

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

ANA LUISA ZANIBONI GOMES

**FORMAÇÃO DE RADIALISTAS
NA ERA DA INCLUSÃO DISCURSIVA:
uma reflexão sobre a condição comunicativo-educativa
do rádio no campo das políticas públicas**

São Paulo
2006

ANA LUISA ZANIBONI GOMES

**FORMAÇÃO DE RADIALISTAS NA ERA DA INCLUSÃO DISCURSIVA:
uma reflexão sobre a condição comunicativo-educativa
do rádio no campo das políticas públicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Área de Concentração *Interfaces Sociais da Comunicação*, Linha de Pesquisa *Educomunicação*, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação sob orientação do Professor Doutor Adilson Odair Citelli.

São Paulo
2006

Gomes, Ana Luisa Zaniboni

Formação de radialistas na era de inclusão discursiva: uma reflexão sobre a condição comunicativo-educativa do rádio no campo das políticas públicas / Ana Luisa Zaniboni Gomes – São Paulo, 2006.

189 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

1. Rádio. 2. Radiodifusão. I. Título.

CDD 302.23

ANA LUISA ZANIBONI GOMES

**FORMAÇÃO DE RADIALISTAS NA ERA DA INCLUSÃO DISCURSIVA:
uma reflexão sobre a condição comunicativo-educativa
do rádio no campo das políticas públicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Área de Concentração *Interfaces Sociais da Comunicação*, Linha de Pesquisa *Educomunicação*, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação sob orientação do Professor Doutor Adilson Odair Citelli.

Aprovada em: 01 /03 /2007

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Adilson Odair Citelli.

Professora Doutora Cícilia Maria Krohling Peruzzo

Professora Doutora Maria Immacolata Vassalo de Lopes

AGRADECIMENTOS

Tive o privilégio de ser acompanhada neste percurso por um mestre orientador, professores, conselheiros, amigos, colegas e colaboradores em diferentes etapas e situações.

Registro aqui minha gratidão pela solidariedade e disponibilidade em dialogar comigo e com o projeto: Professor Adilson Citelli, Professora Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Professora Cicília Peruzzo e Professora Ausônia Favorido Donato. Enalteço o convívio fraternal e estimulante dos colegas do grupo de orientandos do Professor Citelli: Ademilde Silveira Sartori, Débora Martins de Souza, Fernando Citroni, Juliana Maria de Siqueira, Marcos Cripa, Margaret Presser, Marina Escobar de Kinjô e Priscila Helena Belpiede Simões. Agradeço pelas conversas esclarecedoras e instigantes sobre a radiodifusão com Fernando Pereto, Gustavo Gindre, Takashi Tome e Marcus Manhães. Agradeço o incentivo caloroso que recebi dos queridos amigos Éllida Guedes, Marina Ruiz de Matos, Ciro Pedroza, Luiz Carlos Meneguetti, Grácia Lopes Lima, Donizete Soares, Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga e Nathaly Campidelli Roque.

Agradeço também o grande suporte protetor e incentivador da equipe com quem partilho meu trabalho cotidiano: Arlete de Oliveira, Eva Vaz da Silva, Josias Marins, Rafael Garcia, Terlânia Bruno, Vanessa Pipinis e especialmente Cleynyra Guimarães, pelo suporte de digitação, Wellington Costa, pela produção dos mapas georreferenciados, Cristina Cavalcanti, pela colaboração na produção dos gráficos e das tabelas e Arlete Taboada, pela leitura e revisão das versões preliminares.

Muito obrigada ao Ricardo Paoletti, pela ajuda na tradução para o Inglês, e a todos os radialistas parceiros da *Rede de Comunicadores pela Saúde* que colaboraram na materialização desta pesquisa.

Ao Sergio Gomes, com quem compartilho tantos sonhos e que tem me provado, dia após dia, que é possível criar uma grande força quando unimos nossas pequenas fraquezas, e aos meus pais e irmãos, forças sempre presentes em minha vida, dedico o resultado desta jornada.

“O exercício das nossas perplexidades é fundamental para identificar os desafios a que merece a pena responder. Afinal, todas as perplexidades e desafios resumem-se num só: em condições de aceleração da história como as que hoje vivemos é possível pôr a realidade no seu lugar sem correr o risco de criar conceitos e teorias fora do lugar?”

RESUMO

Considerando que no Brasil a radiodifusão é um serviço público do Estado executado por terceiros através de autorizações ou concessões, o rádio - reconhecidamente o mais acessível e popular dos meios de comunicação – ainda não se percebe e nem é percebido como importante aliado das políticas públicas. Entretanto, ao dar face humana a essas emissoras, verifica-se que muitos radialistas vêm desempenhando um importante papel social e transformador da realidade em seus territórios locais. Dados recolhidos junto a 155 radialistas de 142 emissoras de diferentes naturezas e expressões sobre a formação que buscaram - e ainda buscam - para o exercício de suas atividades cotidianas, permitem uma reflexão crítica acerca da possível resignificação do veículo a partir da conscientização de seus comunicadores para o papel educativo que ambos têm a desempenhar no almejado protagonismo cidadão.

Palavras-chave: Rádio. Radiodifusão Comunitária. Controle Social. Comunicação. Educação.

ABSTRACT

Considering that in Brazil broadcasting is a State public service performed by third parties through authorizations or concessions, radio broadcast - by far the most accessible and popular media of public communication – still does not recognize itself and is not recognized as an important ally of the public politics. However, upon giving human face to those radio stations, it is possible to understand that some radio announcers have developed an important social role, as transformers of the reality in their local areas. Accounts from 155 radio announcers from 142 radio stations with diverse natures and expressions about their circumstances and what kind of formative role they sought - and still seek - for the exercise of its activities, allows a critical reflection about the possible re-signification of the radio in the field of social empowerment, including the possibility of understanding the founding source that Education and formation must perform in the long-sought active citizenship.

Keywords: Radio. Communal broadcasting. Social control. Communication. Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro-síntese: delimitação do universo e amostra da pesquisa	63
Tabela 2 - Quadro geral do universo e amostra	66
Tabela 3 - Quadro geral dos radialistas	67
Tabela 4 - Rotatividade dos radialistas das emissoras comerciais	77
Tabela 5 - Rotatividade dos radialistas das emissoras comunitárias	77
Tabela 6 - Regime de trabalho dos radialistas das emissoras comerciais	77
Tabela 7 - Regime de trabalho dos radialistas das emissoras comunitárias	78
Tabela 8 - Funções / cargos referidos pelos comunicadores das emissoras comerciais	81
Tabela 9 - Funções / cargos distintos referidos pelos comunicadores Comunitários.....	82
Tabela 10 - Escolaridade dos comunicadores das emissoras comerciais.....	84
Tabela 11 - Escolaridade dos comunicadores das emissoras comunitárias	85
Tabela 12 - Cursos realizados pelos comunicadores das emissoras comerciais	88
Tabela 13 - Cursos realizados pelos comunicadores das emissoras comunitárias...	89
Tabela 14 - Assuntos referidos pelos comunicadores das emissoras comerciais.....	91
Tabela 15 - Assuntos referidos pelos comunicadores das emissoras comunitárias..	92
Tabela 16 - Conteúdos de programação referidos pelos comunicadores das emissoras comerciais.....	97
Tabela 17 - Conteúdos de programação referidos pelos comunicadores das emissoras comunitárias.....	97
Tabela 18 - Assuntos não classificados referidos pelos comunicadores das emissoras comerciais.....	99
Tabela 19 - Assuntos não classificados referidos pelos comunicadores das emissoras comunitárias.....	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de cobertura das 142 emissoras da amostra.....	68
Figura 2 - Radialistas: Segmentação por tipo de emissora e sexo.....	74
Figura 3 - Radialistas: Segmentação por tipo de emissora e idade.....	75
Figura 4 - Radialistas: Tempo de permanência na atual emissora.....	76
Figura 5 - Radialistas: Tipo de função na emissora.....	80
Figura 6 - Radialistas: Nível de escolaridade.....	84
Figura 7 - Radialistas: Formação específica em rádio.....	86
Figura 8 - Radialistas: Áreas de interesse para formação.....	90
Figura 9 - Conteúdos de maior interesse na área da formação	96
Figura 10 - Localização das emissoras comunitárias no município de São Paulo..	113
Figura 11 - Localização das 2.611 emissoras comunitárias oficializadas pelo Ministério das Comunicações até outubro de 2006.....	118

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O RÁDIO NO BRASIL, AS RÁDIOS DO BRASIL: LÁ SE VÃO MAIS DE 80 ANOS.....	22
2.1	A produção científica nacional.....	22
2.2	Números atuais e projeções do gestor federal.....	23
2.3	Breve histórico da radiodifusão no Brasil.....	23
2.4	O futuro não é mais como era antigamente.....	28
2.5	O rádio e a Educação.....	29
3	COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: PROCESSOS DE FORMAÇÃO.....	33
3.1	Comunicação e Educação: primeiras aproximações.....	33
3.1.1	Educomunicação: um novo campo científico.....	35
3.1.2	Mídia-Educação: abordagem multidisciplinar.	37
3.1.3	Interface: espaço de experimentação e risco.....	38
3.2	Falando de Formação.....	40
3.2.1	Formação na escola paralela.....	44
4	CONSOLIDAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	45
4.1	Construção do Quadro Teórico de Referência.....	45
4.2	Formulação das Hipóteses.....	57
4.3	Delimitação do Universo e Amostra.....	59
4.4	Procedimentos de Pesquisa.....	62

5	DEFICIÊNCIAS, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES.....	64
5.1	Reconstrução empírica e análise do objeto.....	64
5.1.1	O universo, a amostra e sua abrangência.....	65
5.1.2	As grades de programação das emissoras.....	69
5.1.3	O perfil dos radialistas.....	74
5.1.3.1	Segmentação por tipo de emissora e sexo.....	74
5.1.3.2	Segmentação por tipo de emissora e idade.....	75
5.1.3.3	Segmentação por tipo de emissora e permanência.....	76
5.1.3.4	Regime de trabalho.....	77
5.1.3.5	Segmentação por cargo / função na emissora.....	78
5.1.4	A trajetória de formação dos radialistas.....	83
5.1.4.1	Nível de escolaridade.....	83
5.1.4.2	Formação específica na área do rádio.....	86
5.1.5	As demandas de formação dos radialistas.....	90
5.1.5.1	Áreas de interesse.....	90
5.1.5.2	Conteúdos de Programação.....	94
5.1.5.3	Ambiência.....	98
5.1.6	Os cenários das rádios comunitárias.....	100
5.1.6.1	Rádio Futura (Parelheiros).....	101
5.1.6.2	Rádio Colina (Cidade Tiradentes).....	103
5.1.6.3	Rádio Heliópolis (Ipiranga).....	106
5.1.6.4	Rádio Catedral (Campo Limpo).....	107
5.1.6.5	Rádio Athus (Campo Limpo).....	108
5.1.6.6	Rádio Caminho para a Vida (São Mateus).....	111
5.1.6.7	Palavras do povo, grávidas de mundo.....	113
5.2	Contornos da política de radiodifusão comunitária no Brasil.....	115
5.2.1	Números oficiais.....	117
5.2.2	São Paulo, um caso à parte.....	118
5.2.3	A discussão sobre o poder local.....	123
5.2.4	Direito à vez, direito à voz.....	124

6	PALMILHANDO OS ESPAÇOS DE INTERVENÇÃO.....	130
6.1	Reconhecimento das experiências pela Sociologia das Ausências.....	133
6.2	Interpretação de Expectativas pela Sociologia das Emergências.....	134
6.3	Prospecção de alternativas pelo trabalho de tradução	141
6.3.1	A questão da participação e do controle social das políticas públicas.....	142
6.3.2	Comunicação em legítima defesa da vida.....	147
6.3.3	Comunicação a serviço da saúde.....	150
7	CONCLUSÃO.....	155
	REFERÊNCIAS.....	163
	ANEXOS.....	169
	APÊNDICES.....	175

1 INTRODUÇÃO

A busca dos vários cenários e das muitas respostas que circunscrevem o problema da sub-valorização do rádio e do radialista na implementação e no acompanhamento das políticas públicas no Brasil tem direcionado minha atividade profissional na última década e meia, desde que me integrei à equipe da OBORÉ¹.

Atuando diretamente na criação e coordenação de projetos e produtos de comunicação para rádios e radialistas junto a órgãos governamentais como Ministérios da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; junto a entidades do terceiro setor como Instituto Ayrton Senna, Instituto ETHOS, Instituto Itaú Cultural e ainda junto aos movimentos populares e sindicais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) pude experimentar e vivenciar ao menos parte da complexa realidade de centenas de pequenas e médias emissoras, de variadas expressões e em diferentes regiões do Brasil. Este contato regular tem demonstrado a importância de se trabalhar pela valorização do veículo e pela

¹ Com sede na capital de São Paulo, a OBORÉ é uma empresa de comunicação criada em 1978 por então estudantes, jornalistas e artistas que atuavam militantemente na imprensa universitária e alternativa assessorando os movimentos sociais e sindical de trabalhadores na montagem de suas estruturas de comunicação, em plena ditadura militar. A partir de 1993, através de seu recém-criado Núcleo de Rádio, passa a aplicar o conceito de rádio cidadã a toda emissora disposta a abrir parte de sua programação à causa pública, independente de seu tamanho ou expressão. Propõe-se também a desvendar, acompanhar e influir na política de radiodifusão comunitária que ora se instalava no Brasil e a atuar com radiocomunicadores comunitários através de cursos temáticos e oficinas de radiojornalismo, reunindo as entidades representativas das diversas associações candidatas a emissoras de baixa potência e abastecendo-as com produtos radiofônicos centrados na valorização das políticas públicas, especialmente saúde, educação, agricultura familiar, desenvolvimento local, meio-ambiente, música e direitos. Com isso, acreditava preparar terreno para a atuação e sobrevivência dessas pequenas rádios tão logo chegassem as legalizações. Seu pressuposto foi o de que essas pequenas emissoras, uma vez atuantes e integradas, funcionariam como um valioso apoio às ações de desenvolvimento sócio-econômico dos seus municípios e de suas comunidades (OBORÉ, 2006).

qualificação do papel protagonista do radialista na mediação das questões de efetivo interesse social.

A primeira sistematização dessas experiências me foi possível em 2002, ao discutir a parceria estratégica como uma terceira via para o relacionamento com o rádio e, a partir desses referenciais, desenvolver uma metodologia de gestão e avaliação de redes temáticas de parceria e cooperação (GOMES, 2001). A segunda oportunidade de reflexão materializou-se em 2003, através do histórico da montagem de um sistema de comunicação envolvendo federações de trabalhadores de 25 estados do Brasil e mais de 600 programas de rádio coordenados por sindicatos de trabalhadores rurais (GOMES; GOMES, 2003). A terceira experiência, mais recente e ainda em andamento, refere-se ao desafio de inventariar as associações beneficiadas pelo serviço de radiodifusão comunitária no Brasil e traçar os contornos, ainda que preliminares, da política de autorizações e seus marcos legais. Apesar de complexa – por estar ainda em processo de construção – algumas sistematizações dessa política já foram possíveis e aqui se incorporam a fim de contextualizar o papel dos radialistas das emissoras de baixa potência no âmbito das políticas públicas e no campo do controle social, aqui entendido como a participação da sociedade na definição, gestão e no acompanhamento das ações de governo como define Valla (1998).

Foram muitos os atores e muitas as situações que colaboraram - e continuam colaborando - com as reflexões acerca deste cenário empírico. Entretanto, para avançar rumo a reflexões mais profundas e críticas, foi indispensável um movimento de maior aproximação entre essas experiências cotidianas e o campo da Ciência. Nessa incursão, pelo menos quatro situações foram fundamentais e possibilitaram os passos iniciais rumo à construção científica do objeto desta pesquisa.

A primeira situação diz respeito à realocação do discurso do cotidiano para o discurso da Ciência, condição necessária para a ruptura epistemológica, para qual contribuíram autores como Verón, Bachelard e Bourdieu. A contribuição de Verón (1970; 1980) foi, fundamentalmente, alertar para a postura da vigilância epistemológica enquanto exercício constante de explicitação dos caminhos da pesquisa e das opções assumidas pelo pesquisador. Bachelard (1988) iluminou a reflexão sobre a relação sujeito-objeto nas Ciências Humanas e a importância das operações ativas de entendimento, conquista, construção e comprovação do objeto científico. Leituras sobre a noção de campo, discurso e métodos científicos à luz de Bourdieu (2004) contribuíram especialmente para localizar este trabalho no espaço da Comunicação, também marcado por uma construção multi e transdisciplinar e pelo caráter de luta e conflito próprios da Ciência.

A segunda situação refere-se ao rigor na definição e utilização dos métodos na Ciência. Adotar o Modelo Metodológico proposto por Lopes (2001) para orientar o caminho desta pesquisa significou optar por um mergulho vigilante no universo das correlações, cuidando para que a cada operação metodológica correspondesse uma decisão epistemológica e uma justificativa teórica. Atribuo a este Modelo um papel importante porque ajudou a referendar decisões tanto no campo teórico quanto no prático, uma vez que incorporar ou descartar possibilidades são funções deste laboratório vivo que é a pesquisa científica.

A terceira situação remete ao alinhamento temporal do objeto. De onde, de quem e para quem essa pesquisa fala? Tais reflexões partem de algumas experiências concretas de formação de radialistas, até então consideradas inovadoras e passíveis de reprodução, que estimularam a discussão de problemáticas locais a partir do reconhecimento das políticas públicas nacionais. E são problematizadas a fim de compreender o motivo pelo qual, no contexto democrático que redefiniu as relações entre o Estado e a sociedade civil após longo

período de regime militar, o rádio ainda é pouco envolvido com as políticas públicas mesmo sendo um dos meios de comunicação mais acessíveis e populares no país.

Neste aspecto, um dos desafios da investigação foi reafirmar e até mesmo recriar a questão local no contraponto com o global, dando face humana ao radialista. À luz do pensamento dialético, reinstalaram-se as perguntas sobre o papel dos indivíduos na história a partir da emergência da sociedade global: se o nosso tempo histórico é cenário de uma era onde o pensamento global impõe-se aos distintos projetos nacionais, qual o papel e como têm se comportado os radialistas neste paradoxo, já que o caráter local do rádio é uma das condições de futuro para esta mídia e grande parte das questões sociais do Brasil profundo, territorialmente localizadas e que ainda estão por resolver, darão os contornos do futuro da Nação?

A quarta situação refere-se à problematização do universo da investigação. Se a questão do rádio é a sua potencialidade – mas também a sua diversidade - e se o objeto e sua problemática é que norteiam o uso das técnicas de amostragem, algum tipo especial de emissora poderia contribuir de forma importante para o avanço desta pesquisa ou todas, a princípio, teriam contribuições a dar para o avanço dessa reflexão?

O alvo escolhido para a investigação foi a *Rede de Comunicadores pela Saúde*. O projeto foi criado em 1999 por inspiração e incentivo dos Drs. Adib Jatene e David Capistrano Filho, que desafiaram a equipe da OBORÉ a apontar ações na área da comunicação popular que pudessem contribuir na divulgação das políticas públicas de saúde e no fortalecimento dos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS.

Atualmente, a *Rede de Comunicadores pela Saúde* reúne 577 emissoras parceiras (169 comerciais e 408 comunitárias), alcança 4.131 municípios brasileiros e cerca de 30 milhões de ouvintes potenciais. Por adesão voluntária, as emissoras

firmam com a OBORÉ um Termo de Parceria e Cooperação (TPC) cedendo gratuitamente espaço em suas grades de programação para a transmissão do programa *Plantão Saúde*, em dias e horários previamente estabelecidos pela direção da rádio.

A OBORÉ faz a criação, produção e distribuição mensal desses programas, que têm oito minutos de duração e são montados em dois blocos para facilitar a inserção de publicidade local. No mesmo CD são enviadas mais duas Entrevistas Exclusivas e uma Carta Falada com comentários de pesquisadores, especialistas, dirigentes e profissionais da saúde, dando-lhes mais elementos para enriquecer as suas pautas e os seus comentários no ar.

O projeto tem seu monitoramento baseado no *Modelo de Avaliação Permanente* (MAP), ferramenta de gestão desenvolvida especialmente para as redes temáticas de parceria e cooperação da OBORÉ, que utiliza pesquisa por amostragem de forma rotativa e permanente e permite leitura mensal do mapa de veiculação das emissoras, assim como ratificação ou retificação das informações apontadas no documento de adesão. Além do acompanhamento constante dos parceiros, este método científico, reconhecido como alternativo às tradicionais formas de medição de resultados de ações de comunicação e educação em rádio, facilita a produção de pesquisas e um alto volume de adesão espontânea dada a relação de confiança que estabelece com os radialistas por considerá-los os efetivos mediadores da informação junto aos seus ouvintes.

Ao recuperar o sentido real ou figurado das travessias nas diversas formas de sociedade, escreve o professor Octavio Ianni (2000) que todo o cientista se propõe a algum percurso quando estuda, ensina ou pesquisa. O pesquisador, assim como o viajante, nunca está sozinho porque o movimento da travessia é sempre coletivo –

“nós” saímos em busca dos “outros” a partir da descoberta e da construção de métodos e caminhos de mundo que não estão traçados. Portanto, nas páginas desta monografia concentram-se os traçados de viagem. Estão divididos em cinco etapas ou capítulos que procuram desenhar o percurso da pesquisa e esclarecer suas intenções.

No primeiro capítulo é apresentado um breve histórico do rádio no Brasil nesses mais de oitenta anos a partir dos estudos consolidados por Ortriwano (1985), Lopes (1988), Peruzzo (1998a; 1998b; 2006a; 2006b), Bianco (1996; 1999), Moreira (1991; 1999) e Haussen (2004). São apontados também a situação da pesquisa científica nacional sobre a radiodifusão segundo os registros de Meditsch (1999; 2005) e Jacks (2006) e o potencial educativo do rádio num país das dimensões como o nosso, de acordo com o enfoque da inclusão e utilização consciente do veículo proposto por Barbosa Filho (2003) e Piovesan (2004).

O segundo capítulo é dedicado às reflexões que aproximam os campos da Comunicação e da Educação a partir da construção teórica de autores como Citelli (1999; 2000; 2002), Soares (1999; 2002a; 2002b), Belloni (2001) e Braga e Calazans (2001). Adentra o campo da Formação e de suas características nos processos educativos informais e não-formais com o auxílio de Bolle (1997) e Gohn (2006), ao mesmo tempo em que recupera as idéias de Gramsci (1991) sobre a função formativa e intelectual que podem assumir os meios de comunicação enquanto instituições organizadoras da cultura em seus territórios de atuação.

O terceiro capítulo trata das opções e dos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa. Baseado no Modelo Metodológico desenvolvido por Lopes (2001), as operações ali construídas esclarecem o assento materialista e dialético utilizado no método interpretativo e as teorias que alinhavaram tal análise

no campo da Comunicação no Brasil: partem da década de 30, com a Indústria Cultural, e chegam aos estudos transdisciplinares aqui fundamentados nas assertivas teóricas de Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos sobre a necessidade de um conhecimento científico comprometido com a transformação e emancipação dos homens e da sociedade.

É nesta etapa que se apresenta a grande questão motivadora da pesquisa: *o que falta para cumprir-se o encontro do rádio com as políticas públicas se o veículo, além de popular, é um ágil vetor no esclarecimento, acompanhamento e também na fiscalização dessas políticas?* A busca das possíveis respostas foi orientada por um sistema de hipóteses, cujo aspecto central considerou que os radialistas, assim como a maioria da população brasileira, não tinham muito que dizer sobre as políticas públicas porque desconheciam ou eram pouco informados sobre quais são e como funcionam essas políticas. Entretanto, quando passam a conhecê-las, a compreendê-las e a relacioná-las com as questões cotidianas locais, os comunicadores se conscientizam de seu papel protagonista e assumem, na prática, a função do chamado controle social.

O primeiro movimento de investigação foi quantificar e qualificar o desencontro do rádio e das políticas públicas a partir da análise de grades de programação de 78 emissoras comerciais e comunitárias, evidenciando uma reflexão do ponto de vista de classe social e das condições de produção, consumo e vivência cultural. O segundo passo foi analisar tanto a trajetória quanto as demandas de formação de 155 comunicadores atuantes em 142 emissoras comerciais e comunitárias. E o terceiro movimento foi conhecer as trajetórias de seis rádios de baixa potência instaladas na cidade de São Paulo, cujas narrativas puderam contextualizar os desafios que a realidade impõe às comunidades populares que

têm nessas pequenas emissoras um canal de luta pela inclusão e cidadania. A reconstrução empírica do objeto de pesquisa é apresentada no quarto capítulo. Ali já despontam algumas das respostas que, a partir de um processo contínuo de descrição, análise e interpretação, passam a redesenhar aspectos outrora conhecidos e a apresentar novas facetas do objeto investigado.

Finalmente, no quinto capítulo, frente ao retrato reconstituído do rádio e dos radialistas, mais e novos desafios são problematizados sob a ótica da razão cosmopolita defendida por Santos (1995; 2004) a fim de refletir sobre as condições necessárias para a possível mudança do perfil do rádio e de sua aproximação com as políticas públicas. Esta etapa é também fundamentada na perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 1968; 1991) da construção de novos sistemas de alianças sociais como forma de se contrapor à hegemonia e na lógica freiriana (FREIRE, 2003) de que os níveis de consciência do ser humano transitam da sua forma ingênua à sua forma crítica, cuja passagem é provocada essencialmente pelo diálogo argumentativo e pela postura reflexiva e crítica perante a vida.

2 O RÁDIO NO BRASIL, AS RÁDIOS DO BRASIL: LÁ SE VÃO MAIS DE 80 ANOS

2.1 A produção científica nacional

Pesquisadores e especialistas dedicados ao estudo do rádio no Brasil têm se referido, com grande contentamento, a um aumento significativo da produção científica na área da radiodifusão, especialmente na última década (MEDITSCH, 2005).

A mudança quantitativa e qualitativa deste cenário vem sendo observada a partir de dados consolidados nos anos noventa: das 1.769 pesquisas desenvolvidas nos então onze Programas de Pós Graduação em Comunicação brasileiros, apenas 58 (3%) tomaram o rádio como objeto de estudo (JACKS, 2006).

Uma grande conquista dos pesquisadores e especialistas da área foi a reorganização do Núcleo de Pesquisa Rádio e Mídia Digital da INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, em 2001. Reunindo estudos sobre teorias, produção, linguagem, estética, tecnologias, ética, recepção, história, evolução, experiências, experimentações e utilização do som em ambientes audiovisuais e multimídia, o Núcleo já se consolidou como referência nacional e internacional da pesquisa sobre o rádio no país.

Autores como Barbosa Filho, Bianco, Haussen, Jacks, Meditsch, Moreira, Ortriwano e Piovesan têm se destacado como fundamentais para historicizar e refletir sobre o percurso e as principais questões e tendências do veículo nessas oito décadas, apontando para uma outra nova era a partir das experiências recentes com o sistema digital.

2.2 Números atuais e projeções do gestor federal

A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) contabiliza 4.110 emissoras comerciais e educativas operando de forma regular no Brasil: 2.261 em FM e 1.849 em AM. Dessas últimas, 1.708 transmitem seus sinais em ondas médias (OM), 75 em ondas tropicais (OT) e 66 em ondas curtas (OC). Para o sistema de radiodifusão comunitária, que possui legislação específica, os registros oficiais dão conta de 2.611 rádios de baixa potência regularizadas e distribuídas pelo território nacional (MINASSIAN, 2005). No Relatório de Atividades 2004/2005, o Ministério das Comunicações assumiu compromisso público de que, até o final da vigência do Plano Plurianual 2004/2007, todos os 5.507 municípios brasileiros seriam atendidos por ao menos um serviço de radiodifusão. Até então, 3.336 municípios ainda não contavam com nenhuma rádio comercial ou educativa instalada localmente (BRASILIA, 2005).

2.3 Breve histórico da radiodifusão no Brasil

Fundada em 1923 por Roquette Pinto e Henry Morize, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi considerada a primeira emissora definitivamente instalada em território brasileiro. Surgiu como um empreendimento de intelectuais e cientistas, voltado às elites, e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruísticas. Aos poucos, outras emissoras se instalaram no país a partir de iniciativas de clubes, associações ou sociedades. Doações ou mensalidades de seus associados e ouvintes deram-lhe sustentabilidade já que veiculação de propaganda só foi oficialmente autorizada em 1931, dando início à era comercial do

rádio. Datam desta época as primeiras leis que regulamentaram os serviços de radiodifusão no país (ORTRIWANO, 1985).

As políticas desenvolvimentistas nacionais da década de 30 desenharam novas necessidades econômicas e engendraram forças no sentido de incentivar e fortalecer o mercado interno. O alto número de analfabetos fazia do rádio, mais que das mídias impressas, o meio ideal para vender produtos e ditar modas. Isso fez com que a radiodifusão assumisse novas funções que não as educativas e culturais, agora diretamente ligadas ao desenvolvimento político e econômico do país e de mobilização de suas massas:

O rádio comercial e a popularização do veículo implicaram a criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade, mostrando-se capaz não apenas de vender produtos e ditar 'modas' como também de mobilizar massas, levando-as a uma participação ativa na vida nacional. Os progressos da industrialização ampliavam o mercado consumidor, criando as condições para a padronização de gostos, crenças e valores. As classes média urbanas (principal público ouvinte do rádio) passariam a se considerar parte integrante do universo simbólico representado pela nação. Pelo rádio, o indivíduo encontra a nação, de forma idílica: não a nação ela própria, mas a imagem que dela se está formando país (ORTRIWANO, 1985, p.19).

A concorrência entre as emissoras por ouvintes e publicidade suscitou a busca por uma programação de base bastante popular, especializada e diversificada. É nesta época, em plenos anos 40, que despontam as radionovelas, o radiojornalismo e o jornalismo esportivo.

Anos mais tarde, com o surgimento da televisão na década de 50, o rádio é obrigado a buscar uma nova fórmula para sobreviver. Recorre à música, à notícia e aos serviços de utilidade pública. Também passa a dar mais atenção às necessidades regionais e a uma maior segmentação de seu público. Com a entrada do transistor no mercado brasileiro, o rádio adquire agilidade na transmissão das

informações, o que possibilita a criação de suas unidades móveis e ampliação de suas reportagens externas.

As emissoras em frequência modulada, surgidas na década de 60, investem com força na programação musical de suas grades dada a nova qualidade de transmissão e recepção com que passam a operar. Começam também a dialogar com os ouvintes, abrindo os microfones para conversas ao vivo.

A partir dos anos 70, aumenta ainda mais a tendência das emissoras à especialização de seu público e de sua programação:

segunda As emissoras passaram a identificar-se com determinadas faixas sócio-econômicas-culturais, procurando dirigir-se a elas e buscando sua linguagem nos próprios padrões das classes que desejavam atingir. Com o aumento da potência das emissoras pequenas e a criação de muitas novas, surge uma etapa no processo de especialização: as grandes emissoras tentam ganhar os diversos segmentos de público, mantendo programas que atinjam diferentes faixas, em diferentes horários país (ORTRIWANO, 1985, p.24).

A década de 70 também ficou marcada pelo surgimento de agências de produção radiofônica, que abasteciam as emissoras com conteúdos diversificados que não eram possíveis de serem produzidos localmente, gravados na voz de artistas de expressão nacional. Em 1976, a expansão da radiodifusão sonora no país já era de tal ordem que o governo brasileiro, a fim de explorar o serviço de rádio com as notícias oficiais do poder central, criou a Radiobrás – Empresa Brasileira de Radiodifusão.

Já nos anos 80, a transmissão por ondas médias em som estéreo e por satélite agilizou ainda mais o processo das comunicações e facilitou a criação de redes de emissoras com programação unificada e simultânea, inclusive como forma de suprir a carência de mão de obra e a escassez de recursos para as produções locais. O percurso do veículo, paralelo ao desenvolvimento do país, volta-se ao

regional e local mas sem desatar os laços com os grandes centros urbanos por depender do faturamento e do mercado publicitário ali instalado.

Data desta época o surgimento das transmissões em baixa potência. Fruto das demandas por informação, mobilização e auto-expressão de organizações estudantis, comunitárias e populares experimentadas fora dos meios hegemônicos, as rádios livres e comunitárias já preconizavam, nos anos 80, a luta pela democratização dos meios de comunicação no país (PERUZZO, 1998a). A diversidade do caráter e da função dessas emissoras, aliado ao fato de terem surgido sem uma legislação específica, acabou instalando a questão das rádios comunitárias em um quadro confuso e controverso que perdura até hoje (PERUZZO, 2006a). Mas o acompanhamento desse percurso possibilitou a classificação dessas pequenas emissoras em função de sua atuação e prática:

- a) emissoras eminentemente comunitárias, sem fins lucrativos, cujos participantes respondem por todo o processo comunicativo, da programação à gestão. Sustentam-se de apoio cultural, contribuições de sócios, doações e recursos arrecadados mediante a realização de festas e veiculam anúncios comerciais e prestam serviços de áudio a terceiros;
- b) prestadoras de alguns serviços comunitários, sob o controle de poucas pessoas que as utilizam como meio de sobrevivência e que, em geral, também são seus donos. Sua finalidade maior é a venda de espaço publicitário;
- c) emissoras estritamente comerciais, com programação similar às das emissoras convencionais, sem vínculos diretos com a comunidade local. missoras de cunho político-eleitoral, ligadas a candidatos a cargos eletivos e partidos políticos e (5) emissoras religiosas, vinculadas a

católicos e evangélicos, sustentadas por suas mantenedoras e/ou pela venda de espaço publicitário, com programação estritamente religiosa ou alternada por programas de caráter educativo, informativo e cultural (PERUZZO, 1998a).

Na passagem dos anos 80 para os 90, com a tendência crescente de valorizar o espaço local e comunitário em contraponto à globalização, a mídia em geral liga-se a novas demandas e passa a prestar mais atenção nas questões de seu território:

Nos referimos não só à grande mídia, mas principalmente à efervescência, observada desde a década de 90 do século XX, dos meios de comunicação locais, que passam a prestar mais atenção às dinâmicas dos próprios lugares onde se situam, haja vista a mudança de postura demonstrada por TVs regionais, rádios AMs e FMs comerciais etc que passaram a abrir mais espaços para programas vinculados às localidades onde se encontram. Sem falar do espaço criado através dos canais de uso gratuito ou de 'acesso público' no sistema de cabo de televisão e nos espaços de comunicação conquistados pelas rádios comunitárias no país (PERUZZO, 2006b, p.160).

Em plenos anos 90, sob o impacto das novas tecnologias, o rádio tradicional procurou novas maneiras de assegurar sua posição no *ranking* da audiência, manter seus anunciantes e buscar mais publicidade. A formação de redes via satélite recuperou o veículo como um grande vendedor nacional, agora mais ágil e eficaz tanto na captação quanto na comprovação de veiculação dos comerciais. A empresa radiofônica ganhou mais atenção enquanto negócio, profissionalizou e regionalizou sua programação, renovou seus equipamentos, buscou diversificar seus produtos e renovar a sua marca (BIANCO, 1999).

No novo século, era das grandes e rápidas transformações pelas novas tecnologias, o rádio digital sucedeu as transmissões em rede via satélite e os sítios radiofônicos. A capacidade de penetração e impacto globais das tecnologias da

informação abrem novas perspectivas para o uso comercial da multimídia e dos recursos cibernéticos. O novo rádio digital pode oferecer uma programação variada, altamente segmentada, gerada de qualquer parte do mundo e ouvida, sem restrições, no lugar em que o ouvinte estiver (MOREIRA, 1999).

Mesmo com todas as possibilidades tecnológicas que dão acesso a informações mundiais em tempo real, o papel do rádio continua sendo o de promover as informações locais dada a sua característica principal que é a proximidade com a comunidade local.

O que deve mudar, principalmente, é a convivência entre os antigos e os novos meios. Concluindo, pode-se dizer, sem receio do chavão, que o rádio brasileiro tem sido o 'companheiro de todas as horas', não só no âmbito individual, mas, principalmente, no coletivo, e que deverá continuar desempenhando esse papel por um bom tempo ainda (HAUSSEN, 2004, p.61).

2.4 O futuro não é mais como era antigamente

Implantada em caráter experimental pela ANATEL no dia 26 de setembro de 2005, a tecnologia digital vem modernizar a radiodifusão brasileira e modificar a sua lógica futura. O sistema possibilita transmissões AM sem interferências e aumenta a qualidade da FM, que passa a ter som de cd. A novidade transformará o rádio em um veículo multimídia, possibilitando leitura de textos sobre a programação ou visualização de imagens transmitidas ao vivo na tela do próprio aparelho digital.

Outra possibilidade do digital é a transmissão de até três programas simultâneos, na mesma frequência, para públicos diferentes. O padrão tecnológico escolhido pelos empresários brasileiros foi norte-americano - In Band on Channel (IBOC) - por funcionar tanto no modelo digital como no analógico (IDGNOW, 2005).

Diferentemente da TV Digital, que ganhou grande repercussão social e de mídia sobre o modelo ideal a ser adotado pelo Brasil, a questão do rádio digital passou quase que despercebida da grande população e mesmo dos especialistas e pesquisadores do setor, salvo raras exceções. O fato é que estudos técnicos recentes sobre a digitalização do *dial* apontam para a impossibilidade da democratização do rádio, considerando o padrão IBOC e as regras até então estabelecidas na fase experimental, de transição e de operação definitiva no Brasil.

A principal crítica dos engenheiros e especialistas é o caráter reducionista do padrão digital referendado pelo governo brasileiro. Avaliado como um sistema exterminador de espectro, o sinal IBOC ocupa 200 KHz a mais nos canais adjacentes para transmissão simultânea em analógico e digital, nas fases experimental e de transição. Entretanto, ao entrar em operação definitiva, por usucapião o IBOC passa a incorporar integralmente os 400 KHz anteriormente utilizados, inviabilizando o surgimento de novas emissoras.

A manterem-se as regras atuais, a idéia de futuro não será mais como era antigamente: a democratização do rádio está seriamente comprometida, agora e nas próximas décadas.

2.5 O rádio e a Educação

Piovesan (2004) destaca que muito tem se falado sobre o potencial educativo do rádio e dos benefícios de sua utilização consciente num país de dimensões continentais como o Brasil, onde o princípio da inclusão discursiva por meio da valorização da diversidade ainda carece de respostas práticas. Por estar ligado diretamente ao cotidiano das pessoas, o veículo desempenha, ao mesmo tempo, um

papel protagonista e coadjuvante nos processos da educação informal contribuindo para o aumento do repertório de saberes. Ao destacar que a característica comunicadora é intrínseca ao ser humano, Piovesan entende que todas as barreiras impeditivas da auto-expressão, integração e interlocução social das pessoas precisam ser rompidas. Atribui aos educadores e também aos comunicadores este desafio.

Educadores e comunicadores precisam ajudar as pessoas a se compreenderem como seres comunicantes, em toda a extensão da comunicação. E isso só pode acontecer se educadores e comunicadores aprenderem a integrar, harmoniosamente, comunicação com educação – aí tudo ficará mais parecido com a própria vida (PIOVESAN, 2004, p.49)

Barbosa Filho aponta, ainda hoje, para a grande contribuição do rádio na afirmação de valores e ideais coletivos como democracia e cidadania. Ressalta a função social do veículo por atuar como agente de informação e formação do coletivo, e também sua função comunitária, dada a grande força e poder de convencimento do rádio na prestação de serviço público: “estamos fazendo uso de um meio o qual influencia o cotidiano das pessoas, e assim nos possibilita resultados positivos” (BARBOSA FILHO, 2003, p. 50)

Ao categorizar os gêneros radiofônicos pela função que possuem face à expectativa da audiência, o mesmo autor defende que os programas educativo-culturais, se devidamente utilizados, “são de grande valia na conquista da cidadania, em um País em que grande contingente populacional não possui suas principais demandas atendidas, a exemplo do registro de nascimento” (BARBOSA FILHO, 2003, p.109-110). Entretanto, o autor registra que tal gênero é pouco presente no rádio brasileiro e atribui ao viés comercial que impera no empreendimento radiofônico a banalização dos conteúdos de programação e a falta de interesse em projetos que visem instruir e educar. Ainda sobre a função educativo-cultural do

rádio, Barbosa Filho relembra que a gênese do veículo foi educacional, assim concebido pelo fundador da radiodifusão no Brasil, Roquete Pinto, e que essa visão pioneira “é revista hoje como um requisito fundamental para a eficiência do campo educacional” (2003, p.111).

O campo Educomunicação – Educação para comunicação e Comunicação para educação – vem, atualmente, suscitando debates e fixando práticas que possam explorar, de forma conseqüente, o uso do rádio e de outros meios no espaço escolar e em outras instâncias de formação (BARBOSA FILHO, 2003, p.111).

Encontramos em Citelli (2000) a indicação de que não são recentes as reflexões que buscam auxiliar a construção teórica de que os processos educativos, sejam os formais, informais ou não-formais², já vêm se utilizando da Comunicação como meio de conhecimento e de formação. Tais estudos partem da premissa de que os paradigmas da pós-modernidade são reflexos de uma nova maneira de aprender e apreender o mundo, simbólica e culturalmente, e que nessa nova realidade os processos educativos e de formação também se alteram.

Os próprios marcos regulatórios da educação nacional, quando se deparam com a falta de respostas ao desafio de educar, revigoram-se chamando para seu campo formal novos conceitos, paradigmas e, conseqüentemente, novos discursos e práticas. Incluem-se nessas novas práticas e discursos o potencial educativo da

² Na definição de Maria da Glória Gohn (2006), educação formal é aquela desenvolvida no território das escolas, com conteúdos previamente estruturados e normatizados. A educação infomal é aquela em que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização cotidiano, em ambientes espontâneos, sem estrutura ou organização curricular. E a educação não-formal é a que se vive nos espaços construídos coletivamente, estruturados e com intencionalidade educativa.

Comunicação³. Importante destacar que esses marcos também selaram compromissos com a autonomia, a participação popular e a cidadania quando estabeleceram para o ensino público o regime da gestão democrática e passaram a adotar – e mesmo a provocar – novos espaços, práticas, significados e inter-relações nos processos de formação. Caminho idêntico tem ocorrido no ensino informal e no não-formal, geralmente mais ágeis na adoção de métodos alternativos.

Por conseqüência, novas e profundas marcas se instalam no discurso intelectual e na produção científica tanto da Comunicação quanto da Educação.

Dedicamos o capítulo seguinte para esta reflexão na tentativa de aproximar, na teoria e na prática, ambos os campos.

³ A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 205 que a Educação é um direito de todos e dever do estado e da família e que será promovida e incentivada com a colaboração de toda a sociedade. Estão inscritas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394 de 20/12/1996) e em seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) as tentativas de equacionar os grandes objetivos das grades curriculares da educação brasileira, como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte e o saber. Também a gestão democrática do ensino público, a valorização da experiência extra-escolar e a vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Essas grandes linhas podem ser complementadas a partir das definições de cada estabelecimento escolar, articulados às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

3 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: processos de formação

3.1 Comunicação e Educação: primeiras aproximações

Para Citelli (2000), o mundo contemporâneo impôs a tecnologia como elemento mediador entre os homens e entre esses e o mundo, hoje um paraíso virtual. Neste contexto de grandes transformações conceituais são reconhecidas a extensão e a influência dos sistemas e processos de comunicação, manifestadas tanto pela estruturação das empresas quanto pela diversificação e ampliação das ofertas de meios, pela existência de uma sociedade de massas e pelo barateamento dos equipamentos eletrônicos ocasionado pela produção em grande escala. A indústria da comunicação tem nas telecomunicações seu novo objetivo estratégico, especialmente os sistemas digitalizados e satelitais. Isso cria mudanças profundas não apenas nas formas de produção e circulação de informações mas também nas formas de refletir sobre elas:

qualquer reflexão sobre o campo da comunicação pressupõe articular várias frentes que se integram e seu foco pode estar ora no conteúdo, ora nas formas de recepção, ora na lógica organizacional do empreendimento, ora nos objetivos estratégicos (CITELLI, 2000, p. 15).

Citelli aponta que, nos processos educativo formais, diversos educadores evidenciam a urgência em se reconsiderar os modelos didático-pedagógicos oriundos de um contexto enciclopédico, hoje ultrapassado em termos de desafios pedagógicos e em termos de interesse e expectativa dos alunos. Está cada vez mais difícil administrar os objetivos e conteúdos das disciplinas, muitos deles superados ou presos a realidades igualmente ultrapassadas. Segundo Citelli, um dos grandes desafios a serem enfrentados por quem trabalha na interface da Comunicação e da Educação é situar os objetivos do discurso pedagógico e do sistema educacional no interior da lógica da sociedade de massas, mediada pelas relações comunicacionais:

Em nosso entendimento, os reajustes pelos quais as instituições educativas terão de passar não poderão prescindir de uma análise sobre os envolvimento dos sistemas e processos comunicativos na vida dos alunos, professores, diretores, assistentes pedagógicos, educacionais, etc. A escola continuará, para se fazer uso de uma redundância formal, mas com carga significativa ampliadora, sendo uma escola, portanto, locus de sistematização e, sobretudo, de produção de saber. A “leitura” dos sistemas de comunicação, no seu compósito de produção, circulação e, sobretudo, recepção, deve estar integrada aos fluxos crítico-dialógicos dos demais discursos com os quais a escola trabalha (...). Trata-se, em última instância, de instaurar uma prática de busca e entendimento dos processos constituidores dos sentidos, algo comprometido com o encontro das estruturas significativas, sejam elas de puro deleite, prazer difuso provocador do riso, sobriedade analítica ou mesmo a necessária resposta social que pede a participação e envolvimento transformadores (CITELLI, 2000, p. 16-17).

Assim, os conceitos de Comunicação e Educação tornam-se cada vez mais inter-relacionados e complementares. Mesmo tendo a sala de aula papel fundamental nos processos educativos formais, nela se manifestam tanto o discurso pedagógico curricular quanto estruturas discursivas que não fazem parte da lógica formal, como linguagens da comunicação e das novas tecnologias.

O mundo dos media, por exemplo, passou a dialogar de maneira mais ou menos integrada às aulas e às práticas escolares, numa tensão em níveis e graus derivados dos vários centros de pressão que disputam o mercado da troca de informações, de conhecimentos e, eventualmente, de saberes. A sala de aula ganhou a condição de lugar onde ocorre – ainda que de forma nem sempre visível ou sistemática – uma complexa intersecção de ordens discursivas diversas e não necessariamente ajustadas ou complementares [...] (CITELLI, 2000, p. 16-17).

Os estudos sobre as inter-relações Comunicação-Educação remontam às décadas de 30 e 40 e derivam das inquietações frente à expansão dos *media* no século XX (CITELLI, 2002).

Há três abordagens básicas nesses estudos, a partir das quais podem ser destacados pontos de convergência, possibilidades de inter-relação e desafios. A

primeira destaca que os alunos são vulneráveis aos apelos mediáticos e que estes podem influenciá-los na formação de hábitos socialmente negativos. Portanto, a educação deve fortalecê-los para a leitura crítica dos meios e das mensagens. A segunda defende que os alunos não são simplesmente reativos. Logo, há fatores culturais, sociais e contextuais que relativizam o poder dos veículos de comunicação. A terceira abordagem considera que os meios de comunicação são criadores de consensos e legitimadores de poder. Nesta lógica, a mídia deve ser mantida sob vigilância e a ela se opor uma educação libertadora e democratizadora.

Em comum, as três abordagens admitem que a apreensão do mundo tem se dado mais pelos meios de comunicação e pelas novas tecnologias do que pelos meios escolares e que é evidente a necessidade de o espaço escolar ampliar o diálogo com formas discursivas geradas fora dele. Assim, nasce um campo de pesquisa e investigação que envolve a interface Comunicação-Educação, onde novos desafios são colocados ao pensamento pedagógico.

3.1.1 Educomunicação: um novo campo científico

Uma das perspectivas presentes nos estudos que aproximam a Comunicação da Educação, fazendo-os dialogar, justifica-se em uma nova prática metodológica expressa no conceito de Educomunicação. Seus lugares de reflexão e intervenção foram se constituindo ao longo do século XX por estudos teóricos emanados de autores como Burrhus Skinner; Célestin Freinet; Mário Kaplun, Paulo Freire e Jesús Martín-Barbero.

Nos anos 50, a partir de uma visão mecanicista do uso das tecnologias da informação no ensino, Skinner sistematizou a chamada Teoria do Reforço e da

Recompensa. Freinet fez uso da comunicação impressa como forma de estimular a expressão dos alunos, já que para ele educação era sinônimo de expressão. Kaplún definiu o comunicador educativo como o responsável por atuar com ações comunicativas nos espaços educativos para produzir e desenvolver o que denominou de “ecossistemas comunicativos”. Freire iluminou o caráter dialógico dos processos comunicacionais ao reafirmar a concepção da “educação para os meios” como atividade inerente aos programas de alfabetização e de educação popular. Martin-Barbero sistematizou a teoria das mediações e deu grande significado à relação entre Comunicação e Cultura.

No final dos anos 90, Soares consolidou levantamento sobre as práticas integradas da educação e da comunicação na América Latina e rerepresentou a definição de Educomunicação:

[...] conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos e melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem (SOARES, 2002b, p.115).

Seus objetivos são promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão da informação; desenvolver práticas de educação para a recepção ativa e crítica dos meios, facilitar o processo de ensino-aprendizagem através do uso criativo dos meios de comunicação e promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade educativa.

Sistematizada entre os anos de 97 e 99, a pesquisa coordenada por Soares considerou que as transformações profundas nas Ciências Humanas vinham acarretando a eliminação das fronteiras, dos limites, das autonomias e das especificações dos diversos campos do conhecimento. Demonstrou que a inter-relação entre a Comunicação Social e a Educação ganhava uma densidade própria e se afigurava como um campo de intervenção social específico vivenciado em

quatro áreas concretas: na da Educação para a Comunicação; na área das Mediações Tecnológicas na Educação, na área da Gestão Comunicativa e na da Reflexão Epistemológica. Seus principais desafios centravam-se na formação dos profissionais deste novo campo através de cursos regulares, em nível de graduação, de especialização e pós-graduação, e na validação do campo junto aos órgãos financiadores de projetos e pesquisas.

3.1.2 Mídia-Educação: abordagem multidisciplinar

Outra perspectiva presente nos estudos que aproximam a Comunicação e a Educação é a da Mídia-Educação, que reconhece a influência dos meios digitais nos conceitos de ensino e aprendizagem.

Lembra Citelli (2002) que os países latino-americanos apresentaram uma particularidade quanto à sua história cultural: passaram rapidamente do plano discursivo-verbal para os meios audiovisuais. Particularmente no Brasil, sua extensão territorial e os seus problemas de escolaridade fizeram com que a TV e o rádio se tornassem a principal forma de entretenimento e a principal fonte de informação para grande parte da população.

Nesse contexto, as estratégias de ensino e aprendizagem para os meios e os estreitamentos dos diálogos escola-mídia solicitaram reflexões e cuidados teóricos e metodológicos com a leitura crítica da comunicação, a educação para os meios, a comunicação educativa e a pedagogia da imagem a partir de grandes linhas:

- a) discussão de como a escola se relaciona com as novas tecnologias e as mensagens geradas pelas media;

- b) produção de materiais diferenciados e capazes de subsidiar o sistema escolar no trabalho com a televisão, o rádio e a informática, por exemplo e;
- c) programas de formação continuada dos educadores em serviço voltados especificamente à interface comunicação-educação.

Ao discorrer sobre a perspectiva da Mídia-Educação, Maria Luiza Belloni (2001) discute o papel das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação e analisa se essa informação sem dono, sem método, sem critério aparente e sem filtro corrobora ou contradiz o que é ensinado na sala de aula. Para a autora, a mídia passa a ser parte integrante da educação quando a sala de aula, o livro didático e o professor já deixaram de ser a única fonte e referência para o aprendizado dos alunos pois elementos de educação podem ser buscados em qualquer parte, tanto através da Internet como dos meios de comunicação, especialmente a TV. Mas considera que as TIC podem ser um excelente suporte de ensino e aprendizagem por seu aspecto mobilizador e aglutinador desde que se proponham a uma abordagem criativa, crítica e interdisciplinar do conhecimento.

3.1.3 Interface: espaço de experimentação e risco

Na perspectiva da Interface, Braga e Calazans (2001) consideram que a importância da comunicação na sociedade evidencia-se, principalmente, pelo desenvolvimento de processos mediáticos, pela geração de procedimentos públicos de comunicação social e pela sua penetração nas instituições e atividades sociais. Portanto, para abordar as relações entre Comunicação e Educação é preciso observar o surgimento das questões comunicacionais diretamente no campo

educacional e relacionar os dois campos em interação. São as chamadas comunicações educacionais.

Para os autores, a questão educacional é central no desenvolvimento das novas interações da comunicação social: “ a cada invenção tecnológica, a sociedade atribui aos processos comunicacionais uma expectativa educacional” (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 10). Nessa perspectiva, Comunicação e Educação são campos que se invadem mutuamente constituindo uma interface, com lógicas diferenciadas. Por estarem ambos os campos em permanente reconstrução, a interface se torna um espaço de experimentação e risco e pode tanto prestar-se a posicionamentos generalizados e simplificadores de deslumbramento em relação aos processos tecnológicos quanto, por complexa, ainda depender de muita experimentação, pesquisa e reflexão.

Na interface, uma das reflexões vitais é a questão da aprendizagem, que não é consequência apenas da Educação. Como desde o Iluminismo à escola foi reservada a tarefa de realizar a socialização, sobre ela recaem as expectativas sociais para o direcionamento e a intencionalidade do aprendizado. Entretanto, há outros lugares importantes para este processo como a família, o espaço público social e os espaços profissionais. As aprendizagens do campo mediático, por sua vez, induzem a modificações no sistema educacional porque ampliam as informações disponíveis, oferecem imagens, criam contatos e aceleram interações; mas isso ainda é apenas acesso à informação já que é na interpretação que ocorre a aprendizagem.

Alerta os autores que a expectativa de que o estudante sempre se atualize, aliada à oferta de saberes, criam condições necessárias e suficientes para a emergência do objetivo social de que as pessoas passem a gerir sua própria

aprendizagem. Neste caso, o sistema escolar deve atuar para a auto-formação, que não é uma atividade espontânea mas aprendida e, portanto, passível de ser ensinada.

Segundo os autores, os grandes desafios impostos hoje à escola referem-se à discussão de que os processos sociais externos ao espaço escolar concorrem com a escola multiplicando ocasiões e estímulos que serão vividos pelos alunos como relevantes. A escola deve aprender a gerar experiências que incluam os processos de interação social mais gerais e os façam relevantes em perspectiva educacional. Deve também promover a socialização crítica e oferecer acesso à competência seletiva e interpretativa. Ou seja, o foco do aprendizado deve ser a valorização do trabalho interpretativo sobre a informação.

3.2 Falando de Formação

Ao referendar as diversas teses pautadas na idéia de que as necessidades reais da vida já não são mais satisfeitas pelo saber formal, Bolle (1997) analisa, de forma comparativa, as críticas à matriz dos processos educacionais de hoje e as críticas que sustentaram o rompimento do conceito de formação, na modernidade. Compreendendo que a educação formal, centrada na escola, não consegue responder a todas as questões e a todos os afetos que as situações de aprendizagem solicitam, o autor aponta a existência de outros espaços que também cumprem essa função e que atuam como uma escola paralela – lugares onde o aprendizado é lúdico e se contrapõe à tarefa de aprender como um dever, uma obrigação. São os espaços educativos informais e os não-formais (Gohn, 2006).

Bolle acredita que a formação ainda é um conceito possível na contemporaneidade, desde que seja guiada pelo espírito crítico. Para buscar as origens das elaborações tecidas por diversos autores e intelectuais da época e que deram origem à idéia de que não era mais possível falar de formação no mundo moderno, o autor recupera as críticas de Walter Benjamin ao “saber fingido”:

Benjamin constata que a universidade da época, obedecendo aos interesses de uma classe (a burguesia), perseguindo metas utilitárias e se mantendo longe dos escritores, dos artistas e das fontes da vida religiosa – contraria e obstrui a tentativa do estudante de elaborar uma imagem própria do mundo, um eidos que lhe possa servir de organizador da experiência e orientador da vida ética (BOLLE, 1997, p. 12).

O acerto de contas de Benjamin com a escola apoiou-se nas idéias de Nietzsche que, já em 1872, afirmava que não mais existiam instituições de formação, uma vez que a escola moderna alemã não mais enaltecia a *Bildung*⁴, e sim a especialização e o conhecimento utilitário.

Mas por quê aos olhos dos estudiosos da escola da crítica alemã, o conceito de *Bildung* era irrecuperável? Bolle explica que a estética e a ética da humanidade e seus valores haviam sucumbido aos interesses de classe com a aliança do Estado ao ideário burguês. Ligada à condição social, a formação plena passou a ser prerrogativa da classe dominante. Dada a falta de universalidade do estado burguês, essa formação, quando muito, passou a ser parcial, ou seja, uma semi-formação⁵.

Na obra *Os intelectuais e a organização da cultura*, Antonio Gramsci, ao discorrer sobre a atividade intelectual criadora, também tangencia a questão da

⁴ Em Bolle (1997, p. 14-15), “o conceito moderno de Bildung surgiu na Alemanha a partir dos fins do século XVIII. É um conceito de alta complexidade, com extensa aplicação nos campos da pedagogia, da educação e da cultura, além de ser indispensável nas reflexões sobre o homem e a humanidade, sobre a sociedade e o Estado. É até hoje um dos conceitos centrais da língua alemã, que foi revestido de uma carga filosófica, estética, pedagógica e ideológica sem igual, o que só é possível compreender a partir do contexto da evolução político-social da Alemanha.”

⁵ Tal conceito foi definido por Adorno, ao referendar a crítica frankfurtiana aos arrombos do mundo moderno.

formação. Seu percurso denota forte empenho em organizar a sociedade para transformar a realidade e responder às necessidades culturais, sociais e econômicas de suas classes menos favorecidas, classificadas por ele como classes subalternas. Nesse processo, o papel dos indivíduos sociais e de instituições como a igreja, a escola e o partido político tinha grande peso histórico, dada a condição intelectual latente de todo ser humano e de sua capacidade de manter ou modificar uma concepção do mundo para promover novas maneiras de pensar. Para o marxista italiano, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham tal função na sociedade:

[...] em qualquer trabalho físico, mesmo que no mais mecânico, e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora. [...] Existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1991, p.7).

Historicamente, as categorias especializadas para o exercício da função intelectual foram formadas especialmente em conexão com os grupos sociais dominantes. A importância que as categorias e funções intelectuais assumiram no mundo moderno gerou o aprofundamento e a ampliação da intelectualidade de cada indivíduo. Buscou, igualmente, multiplicar as especializações técnicas e aperfeiçoá-las: “[...] é este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada ‘alta cultura’, em todos os campos da Ciência e da técnica “ (GRAMSCI, 1991, p. 9).

Ou seja, Gramsci via a instituição escola como o instrumento que elaborava os intelectuais de diversos níveis. Essa complexidade da função intelectual poderia

ser objetivamente medida, nos vários Estados, pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: “[...] quanto mais extensa for a ‘área’ escolar e quanto mais numerosas forem os ‘graus’ verticais da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado” (GRAMSCI, 1991, p. 9).

Gramsci reconhecia uma espécie de deformação na formação, mas acreditava em alternativas que pudessem atuar nas brechas do sistema dominante através de um processo de formação política e de consciências. Importante destacar que o autor considerava o partido político como uma instituição com função diretiva e organizativa; isto é, com uma função educativa e intelectual: é no partido político que “[...] os elementos de um grupo social econômico superam o momento de seu desenvolvimento histórico e tornam-se agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (1991, p.15).

Por sua função educativa e formativa, o partido político de Gramsci é a escola paralela de Bolle. Assim também pode ser entendido o jornal onde se pratica o “jornalismo integral”, conceituado por Gramsci como um organizador coletivo tal como a escola, a igreja ou o partido político, que têm como função informar, conscientizar, formar, protagonizar, organizar e mobilizar:

[...] o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente a sua área (GRAMSCI, 1991, 161).

Na síntese gramsciana, se os movimentos sociais e os conflitos entre classes fazem avançar o desenvolvimento histórico, as instituições da sociedade civil e as demais instituições que se propõem a organizar a cultura formam a consciência, a

linguagem e a visão do mundo dos indivíduos. Daí serem também, por excelência, formadoras. Assim como são formadores os seus protagonistas.

3.2.1 Formação na escola paralela

Se o território da educação formal é a escola e nele os educadores são os professores, no espaço informal os agentes educadores são a família, os amigos, a igreja, os veículos de comunicação e seu espaço de ação é o cotidiano. Nos processos educativos não-formais, o educador é aquele com quem as pessoas interagem ou se integram e seus territórios são as trajetórias por elas buscadas. Daí existir na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de trocar saberes. Considerando ainda que a educação informal é o caminho espontâneo de socialização dos indivíduos e que a educação não-formal é a trajetória que as capacita para se tornarem cidadãos do mundo, os resultados esperados desses processos são uma formação para a leitura e interpretação do mundo que os cerca. Enfim, uma formação para a vida e suas adversidades e não apenas uma capacitação para o mercado de trabalho (GOHN,2006).

Reconhecendo as funções educativas e intelectuais que podem ter os meios de comunicação enquanto instituições organizadoras da cultura – a exemplo do jornal de Gramsci - o rádio é um dos espaços da educação informal e pode ser um *locus* potencial da educação não-formal. Portanto, igualmente passível de ser organizador da cultura em seu território de abrangência e colaborar na sua própria resignificação para dar vida a mudanças importantes na sociedade.

4 CONSOLIDAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

4.1 CONSTRUÇÃO DO QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Ao discorrer sobre as perspectivas e referências teóricas que interpretam e explicam a realidade social, o sociólogo Octávio Ianni (2000) destaca que por toda a história das ciências sociais os principais autores têm sido viajantes ocasionais ou permanentes e que suas viagens sempre influenciam nos tipos de materiais com que trabalham e nas diferentes interpretações que formulam:

Nas ciências sociais, a viagem revela-se um recurso comparativo excepcional. Permite colocar lado a lado configurações sociais, econômicas, políticas ou culturais diversas, próximas e distantes, presentes e passadas [...]. A perspectiva teórica em que se coloca a análise estabelece as condições e as possibilidades da comparação. Seria possível dizer que cada teoria da realidade social implica não só a eleição de evidências como também a eleição de parâmetros lógicos de interpretação: dado e significado, descrição e análise, explicação e compreensão, parte e todo, sincronia e diacronia, quantidade e qualidade, passado e presente, singular e universal (IANNI, 2000, p.15-17)

Procurando ligar com coerência teoria e prática, esta pesquisa assentou-se na interpretação materialista e dialética da história, que entende a sociedade como resultado da transformação da natureza pelo homem – sujeito ativo e atuante na sua própria transformação. Os aspectos histórico e econômico dessa concepção do mundo, assim como o conjunto das concepções sobre os problemas, o método e as categorias da economia política, sobre o desenvolvimento econômico da sociedade e muito particularmente da sociedade capitalista, foram conceituados, fundamentalmente, nas obras de Marx e Engels.

Para Ianni (2000, p. 20) “a reflexão sobre a realidade social feita por Marx, compreendendo sempre a comparação, pode realizar-se de maneira criativa desde que se organize de modo a desvendar as formas de apropriação e dominação que

tecem a realidade social.” Na sociedade moderna, fundada com o capitalismo, predomina a reprodução ampliada do capital. A burguesia, articulada à propriedade privada, é a classe social dominante. “Esse é o contexto em que se desenvolvem as forças produtivas, compreendendo capital, tecnologia , força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado, planejamento e violência estatal” (IANNI, 2000, p.20).

Em sua última obra, datada de 1908, Plekhânov (1978) já discorria sobre os princípios fundamentais do materialismo dialético e enfatizava que a interpretação materialista da história tem, sobretudo, um valor metodológico por indicar as causas que determinam, no curso da evolução humana, as relações mútuas que os homens estabelecem entre si e por iluminar a explicação do procedimento ao qual é preciso ater-se para descobri-las e trabalhar sobre elas. Neste contexto em que é o *ser* que determina o *pensar*, os homens se comunicam não como simples pessoas mas como sujeitos de uma determinada classe social, dentro de condições desiguais em um sistema de dominação:

As relações jurídicas e políticas engendradas por uma dada estrutura econômica exercem uma influência decisiva sobre toda a psicologia do homem social. Marx diz: ‘sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais de existência, vem-se erigir toda uma superestrutura de sensações, ilusões, maneiras de pensar, de conceber a vida, todas diversas e singulares em seu gênero (PLEKHÂNOV, 1978, p.38-39).

As teorias alinhadas à dialética e que vão desenhar as reflexões desta pesquisa no campo da comunicação iniciam-se nas décadas de 30 e 40, com a Teoria da Indústria Cultural e suas análises críticas sobre a mercantilização da cultura e sobre o mercado cultural (RÜDIGER, 1985). Para os seus seguidores, notadamente os ligados à Escola de Frankfurt, é fundamental o exercício da crítica para decifrar a realidade uma vez que um manto ideológico encobre e embaça os significados das complexas relações sociais.

No Brasil, duas etapas marcam a constituição do mercado cultural: a do desenvolvimento nacional (1930-50) e a do desenvolvimento transnacional (1950-60). A primeira fase é marcada por processos sócio-econômicos de urbanização e industrialização e por processos político-culturais do nacionalismo e populismo. Os meios de comunicação de massa desempenham nesta etapa papel pendular. Difundem estilos de vida urbano e a necessária socialização ao mesmo tempo em que agudizam as tensões sociais e expõem a exclusão, uma vez que grande parte da população não tinha acesso aos bens ofertados pela modernidade. O rádio e o cinema foram, nesta fase, os principais veículos de difusão massiva das primeiras vivências cotidianas do nosso país e de nosso povo.

A segunda fase, a do desenvolvimento transnacional, é marcada pela ideologia desenvolvimentista associada ao capital estrangeiro que passou a dominar os principais ramos da indústria no país nas décadas de 50 e 60. Tal configuração, aliada à ditadura militar, fez com que aqui se desenvolvesse uma política de grande dependência econômica, social e cultural. Implantou-se no país uma infra-estrutura tecnológica que em nome da integração nacional fez emergir a televisão como o principal veículo da indústria cultural. Por contar com uma base de produção nacional, este modelo de televisão evoluiu e se consolidou como um dos mais avançados do mundo. Mas aqui também os meios de comunicação de massa assumiram um papel pendular: negam o imperialismo cultural por sua avançada produção nacional ao mesmo tempo em que são regidos e organizados segundo o modelo transnacional, típico do setor de *mass media* dos países mais desenvolvidos do planeta.

A participação popular no mercado cultural brasileiro manteve-se encoberta enquanto fenômeno de comunicação de massa. Desprezada tanto pela elite

intelectual quanto pelos mecanismos formais de pesquisa de mercado, a comunicação popular mereceu poucos estudos e pesquisas sobre as classes populares e as reapropriações ou decodificações que faziam dos produtos da indústria cultural. Apenas no final dos anos 70, já com ares de redemocratização em curso no país, é que empreende-se uma renovação nas pesquisas sobre o popular e os meios de massa. É o período também em que a perspectiva gramsciana e sua questão maior, a hegemonia, passa a se afirmar nos estudos sobre Cultura e Comunicação no Brasil.

Antonio Gramsci concebe a hegemonia como a capacidade de um grupo social assumir a direção intelectual e moral da sociedade e construir um novo sistema de alianças sociais em torno de seu projeto político. Para o marxista italiano, a maneira de sentir e pensar das classes subalternas é refletida em seus discursos e nas suas práticas, que devem ser estudados de forma relacional e não isolada pois em uma sociedade com grandes desníveis sociais, o popular é geralmente contraposto ao moderno e oficial e definido não por sua origem mas por seu uso. Ou seja, o popular é adotado, usado e consumido mas não necessariamente criado pelas classes subalternas. A idéia de consumo entendida também como espaço de produção de sentidos foi fundamental para o avanço das pesquisas sobre o popular na comunicação porque desmontou a tese do consumidor passivo frente aos campos da produção, da mensagem e dos meios.

Nos anos 80 Jesús Martín-Barbero, teórico e principal representante da Escola Latinoamericana de Comunicação, propõe uma nova abordagem do cotidiano às buscas sobre a questão da cultura popular através do conceito de mediações: a luta dos sentidos das representações na comunicação. Na Teoria das Mediações o estudo dos meios desloca-se para o "lugar" (Martín-Barbero,1997). Um

novo território geográfico e simbólico surge como o local e o mundo onde se forjam as novas identidades e sentidos do popular: o bairro. Ao considerar a cultura como campo de luta e disputa dos sentidos, o autor trabalha sobre as experiências de vida das pessoas e as compreende como sujeitos receptores não passivos mas hábeis de reações, apropriações e cumplicidades.

Ao percurso teórico desta pesquisa alinhavam-se os Estudos Transdisciplinares que a partir da década de 90 inserem a comunicação no contexto da globalização, fazendo com que o global, o nacional e o local passassem a dialogar e a atuar de forma concomitante. Na pós-modernidade, pensada a partir de sua complexidade, a comunicação refere-se a um campo de conhecimento pós-disciplinar onde a ciência fragmentada não consegue mais responder às novas questões. Autores considerados clássicos modernos como Paulo Freire, que discute a educação autêntica, libertadora e transformadora e Boaventura de Sousa Santos, que reflete sobre a necessidade de um conhecimento transformador e emancipador, aqui contribuíram na montagem de cenários e reflexões multidisciplinares.

Considerando que desde a modernidade a grande tarefa assumida pela Ciência foi a de transformar o mundo, Santos (2004) vem problematizando em suas reflexões o debate sobre a Ciência enquanto forma de conhecimento e prática social e sua importância para a vida das sociedades contemporâneas. Uma vez que as formas privilegiadas do conhecimento formal conferem privilégios sociais, políticos e culturais a quem as detém, quanto maior for o acesso a esse conhecimento e o seu reconhecimento coletivo maior será a sua capacidade de atuar na transformação da realidade. Entretanto, esse conhecimento, tanto em termos de produção quanto de acesso, não está equitativamente distribuído na sociedade.

Analisa o autor que hoje a chamada sociedade do conhecimento está cada vez mais vinculada à lógica da competição e do mercado. Aprofundando-se na globalização, com o modelo de capitalismo neoliberal, essa lógica acaba por pautar cada vez mais a atividade de criação de conhecimento. Neste contexto as Ciências, em particular as sociais, foram chamadas a produzir maciçamente um tipo de conhecimento que vem gerando um duplo efeito:

Por um lado, os cientistas sociais dos países do Sul, o chamado Terceiro Mundo, foram forçados a substituir as hipóteses de trabalho com que até então tinham orientado a sua investigação pelos termos de referência da investigação encomendada pelas agências financeiras multilaterais e pelas agências públicas ou privadas de ajuda ao desenvolvimento sediadas nos países do Norte. Tal substituição aprofundou a hierarquia nas relações científicas Norte/Sul, produzindo a proletarização dos cientistas sociais dos países periféricos, ora redigindo relatórios de consultoria, formatados nos países centrais, ora realizando investigação em cuja concepção, planejamento e construção teórica e metodológica não tiveram qualquer participação. (...) O segundo efeito, igualmente devastador, da descontextualização operada pelo conhecimento-receita foi a ocultação, marginalização ou descredibilização, não só de toda a realidade social insusceptível de ser captada pelos estreitos parâmetros desse conhecimento e, por isso, considerada irrelevante, como de todos os outros conhecimentos produzidos localmente a respeito dela. A epistemologia da cegueira, própria da ciência moderna, manifestou-se assim sob uma forma particularmente virulenta de arrogância cognitiva (SANTOS, 2004, p.50).

Em síntese, Santos defende uma Ciência que se pretenda objetiva e independente mas não neutra e socialmente opaca e irresponsável. Entende que enquanto a perspectiva hegemônica dominar as Ciências Sociais não se cumprirá o potencial de renovação epistemológico a elas atribuído. Ou seja, não será uma ciência empenhada na afirmação dos valores da democracia, da cidadania, da igualdade e do reconhecimento da diferença.

A razão indolente e a razão cosmopolita

Para Santos (2004), a tradição científica ou filosófica ocidental considera irrelevante a diversidade de experiências sociais produzidas fora dos grandes centros do capitalismo global. Esse modelo de racionalidade ocidental dominante, criticado pelo autor como *razão indolente*, é o responsável por esconder alternativas à globalização neoliberal que vêm sendo buscadas por diferentes países em suas lutas contra a exclusão e a discriminação de seus povos, notadamente nos domínios políticos e sociais.

O contraponto a este modelo de racionalidade é a *razão cosmopolita*, aquela que se propõe a expandir o presente através do reconhecimento da inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje, e a contrair o futuro, de modo que essa diversificação de experiências estimule o surgimento de novas iniciativas e aumente as expectativas de resultados em menor prazo.

Proponho [...] expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofreremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. Em vez de uma teoria geral, proponho um trabalho de tradução, um procedimento capaz de criar uma intelegibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade (SANTOS, 2004, p.779).

A sociologia das ausências

A crítica à razão indolente, condição necessária para recuperar a experiência desperdiçada e para ampliar o mundo através da ampliação do presente, opera através de um procedimento ao qual Santos denomina *sociologia das ausências*.

Para o autor, há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartada de um modo irreversível:

A ampliação do mundo e a dilatação do presente têm de começar por um procedimento que designo por *sociologia das ausências*. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2004, 786).

Nesse sentido, a *sociologia das ausências* visa recuperar a visibilidade das experiências ausentes, tornando-as alternativas às experiências hegemônicas. Tem um caráter transgressor e uma dimensão desconstrutiva porque enfrenta as formas sociais da inexistência, identificadas por Santos como manifestações da mesma monocultura racional: a monocultura do saber e do rigor do saber; a monocultura do tempo linear; a monocultura da naturalização das diferenças, a lógica da escala dominante e a lógica produtivista assentada na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. E tem uma dimensão reconstrutiva porque valoriza a experiência social outrora ausente, buscada no contraponto de cada uma das lógicas da não-existência. Neste domínio, a monocultura dos saberes dá lugar à ecologia de saberes; a monocultura do tempo linear à ecologia das temporalidades; a monocultura da naturalização das diferenças cede lugar à ecologia dos

reconhecimentos, a lógica da escala dominante é substituída pela das trans-escalas e a monocultura da produtividade capitalista dá lugar à ecologia das novas lógicas e práticas sociais.

A sociologia das emergências

Enquanto a *sociologia das ausências* opera a dilatação do presente, a *sociologia das emergências* proporciona a contração do futuro e consiste em ampliar simbolicamente os saberes, as práticas e seus agentes de forma a identificar neles as tendências de futuro, atuando tanto sobre as possibilidades como sobre as capacidades. Enquanto a *sociologia das ausências* move-se no campo das experiências sociais, a *das emergências* transita no campo das expectativas sociais. Mas ambas estão ligadas e se potencializam mutuamente já que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo, mais experiências serão possíveis no futuro.

Se na chamada *sociologia das ausências* essa multiplicação e diversificação ocorrem pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, na *sociologia das emergências* tais resultados são conquistados, segundo o autor, pela via da amplificação simbólica de pistas ou sinais percebidos mais amplamente nos seguintes campos sociais:

- a) *Experiências de conhecimento*: Nos diálogos e conflitos possíveis entre diferentes formas de conhecimento que geralmente ocorrem nas áreas de domínio da biodiversidade, da medicina, da justiça, da agricultura e nos estudos de impacto ambiental e tecnológico.

- b) *Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção*: Nos diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes, como em projetos de economia solidária, desenvolvimento alternativo e em organizações econômicas diferenciadas como cooperativas, associações de microcrédito ou comércio justo e solidário.
- c) *Experiências de reconhecimento*: Nos diálogos e conflitos possíveis entre sistemas de classificação social, como é o caso da ecologia anticapitalista, do multiculturalismo progressista, da discriminação positiva sob a forma de direitos coletivos e da cidadania pós-nacional e cultural.
- d) *Experiências de democracia*: Nos diálogos e conflitos possíveis entre o modelo hegemônico de democracia representativa e democracia participativa, como é o caso das experiências ligadas ao orçamento participativo, ao planejamento participativo e descentralizado ou à participação cidadã nas decisões sobre impactos científicos ou tecnológicos.
- e) *Experiências de comunicação e de informação*: Nos diálogos e conflitos possíveis entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais, por um lado, e, por outro, as redes de comunicação independente transnacionais e as mídias independentes e alternativas.

O trabalho da tradução

Explica Santos que se a *sociologia das ausências* e a *sociologia das emergências* aumentam enormemente o número de experiências disponíveis e

possíveis, “o trabalho de tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis quanto as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências (SANTOS, 2004, p.802).

Considerado pelo autor um trabalho técnico, intelectual, político e também emocional porque motivado pelo inconformismo a uma determinada carência, a tradução é um meio de esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. Apresenta-se também como um instrumento importante para localizar o conjunto de práticas com maior potencial contra-hegemônico, em cada momento e contexto histórico, já que o potencial contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas outras formas de organização e os seus objetivos. Entretanto, para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis. Para Santos (2004, p. 814-815):

O trabalho de tradução, assente na sociologia das ausências e na sociologia das emergências, apenas permite revelar ou denunciar a dimensão desse desperdício. O tipo de transformação social que a partir dele pode construir-se exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras.

Complexo pela quantidade de experiências ancoradas em saberes e culturas muito diversas, o trabalho de tradução tem a tarefa de identificar os elementos que unem e que separam os saberes, as culturas, as práticas e os seus agentes. Santos defende que identificar os procedimentos metodológicos adequados a cada uma das experiências requer imaginação sociológica e democrática. Alerta para o fato de que as Ciências Sociais convencionais são de pouca utilidade para a tradução porque,

neste caso, o trabalho pressupõe a criação de um consenso transcultural sob pena de comprometer a leitura e compreensão da realidade investigada.

Mas traduzir o quê? Destaca Santos (2004) que a seleção dos saberes e práticas entre as quais se realiza o trabalho de tradução é sempre resultado do reconhecimento das carências, inconformismos e motivações comuns às experiências do grupo. A tradução incide justamente sobre as zonas de contato reclamadas pela razão cosmopolita, ou seja, elege os campos sociais onde as diferentes práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem. Como cabe a cada prática decidir o que é posto em contato com quem, geralmente as zonas de contato iniciais são as de fronteira; com o passar do tempo é que surgem as práticas centrais ou relevantes.

E quando traduzir? Para o autor, a zona de contato deve ser operada reconhecendo a simultaneidade e a contemporaneidade das experiências, sem desconsiderar o tempo histórico de cada uma delas. Quem realiza a tradução são os representantes dos grupos sociais protagonistas das experiências. Por sua natureza argumentativa, o trabalho de tradução exige capacidade intelectual e assenta-se na lógica de partilhar o mundo com quem não compartilha o nosso saber ou a nossa experiência. Santos (2004) vê a possibilidade de um futuro melhor na reinvenção do presente, ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências e tornado coerente pelo trabalho de tradução. Defende a necessidade de interpretar o mundo a partir das lógicas e operações apontadas pela razão cosmopolita por entender que os problemas que o paradigma da modernidade ocidental procurou solucionar continuam por resolver.

De fato, se já na Teoria da Indústria Cultural a comunicação está condicionada em uma arena de lutas por sentidos e por hegemonia, portanto

desafiada a dar a voz a todas as vozes e colocar as mídias a serviço de transformação da sociedade, na atualidade os desafios do campo persistem. Mesmo ressignificada pelos ares da era globalizada, a luta pela democratização dos meios de comunicação e pela inclusão discursiva de todos os atores sociais é um dado do Brasil pós-moderno. É justamente nesta arena de lutas, já tão antiga e ainda tão contemporânea, que assentam-se não só as reflexões teóricas, mas o cenário desta pesquisa, os contornos de seu objeto e todos os demais desdobramentos.

4.2 Formulação das Hipóteses

Por definição, hipóteses são respostas antecipadas ao problema de pesquisa e servem de orientação ao caminho a ser percorrido. Elas também assumem o papel de testar as respostas, buscadas do modelo de interpretação social adotado, e que poderão ou não ser comprovadas.

A grande questão motivadora desta pesquisa foi assim formulada: *o que falta para cumprir-se o encontro do rádio com as políticas públicas se o veículo, além de popular, é um ágil vetor no seu acompanhamento e na sua fiscalização?* Suas hipóteses situaram-se no terreno da dialética e buscaram da Comunicação os conhecimentos empíricos e científicos sistematizados sobre o rádio no Brasil, neste novo cenário do século XXI.

O cumprimento do objetivo geral da pesquisa - levantar e analisar, criticamente, sob o ponto de vista da comunicação, os vínculos estabelecidos (ou não) entre o rádio e as políticas públicas e as temáticas sociais - foi orientado por um sistema de hipóteses.

A primeira hipótese considerou que o veículo rádio é sub-valorizado nas estratégias das políticas públicas nacionais e locais porque a estratégia de relacionamento que o poder público estabeleceu com o rádio é mediada pelas agências de publicidade, que enxergam apenas o aspecto comercial tradicional do veículo e dele se utilizam de maneira funcional. Dada a falta de mecanismos de comprovação de veiculação de anúncios fora dos grandes centros urbanos, os planejamentos de mídia reconhecem apenas as grandes emissoras como potenciais anunciantes para suas verbas publicitárias. Além disso, o próprio rádio se ausentou de ser protagonista ou coadjuvante dessas questões de interesse público porque se reconhece como uma mídia comercial. Portanto, acostumado a relacionar-se com os seus anunciantes de forma tradicional, inclusive com a área pública. Mas o fato é que, afora as questões comerciais, o comunicador desconhece ou é pouco informado sobre os assuntos das políticas públicas para conseguir ou querer discorrer sobre eles – e esse foi o aspecto central desta hipótese.

O objetivo específico da pesquisa era prospectar as condições necessárias para que o radialista fosse o catalisador da aproximação entre o rádio e as políticas públicas e suas temáticas sociais. Neste caso, uma segunda hipótese foi considerada para complementar a hipótese anterior: os radialistas, assim como a maioria da população brasileira, não têm muito o que dizer sobre as políticas públicas porque desconhecem ou são pouco informados sobre quais são e como são essas políticas. Entretanto, quando passam a conhecê-las, a compreendê-las e a relacioná-las com as questões cotidianas locais, assumem outro papel, protagonizando o chamado controle social.

4.3 Delimitação do Universo e Amostra

Delimitar de forma vigilante o universo desta investigação foi um exercício de coerência dada a diversidade do rádio se considerados os seus aspectos técnicos como porte, potência e alcance; jurídicos como tipo de concessão ou finalidade, e até mesmo de expressão como segmento, linha editorial e audiência.

Por trabalhar com uma parte representativa da totalidade, a Ciência delimita seu universo de investigação através de métodos e técnicas. Metodologicamente, os critérios de seleção, dimensão, composição e representatividade de uma amostra estão em função do tipo de pesquisa, de objeto e de sua problemática (LOPES, 2001).

O problema de pesquisa aqui colocado provocou reflexões e buscou respostas acerca da possibilidade de aproximar efetivamente o rádio das políticas públicas e das temáticas sociais a partir de seu reconhecimento no campo do controle social. Perguntou ainda quais seriam as condições de viabilidade para tal aproximação se considerarmos o radialista como a face humana do veículo e, portanto, o verdadeiro agente catalisador dessa transformação.

A intenção da pesquisa foi, primeiramente, levantar e analisar, sob o ponto de vista da Comunicação, os tipos de vínculos estabelecidos (ou não) entre as emissoras de rádio e os assuntos ligados às políticas públicas a partir da leitura de grades de programação de diferentes emissoras. Em seguida, a pesquisa buscou conhecer que tipo de motivação, vivência e formação tiveram esses radialistas para

serem identificados (ou não) como protagonistas do controle social das políticas públicas. Para avançar rumo à hipótese de que o rádio pode ser efetivamente um poderoso aliado do controle social, a pesquisa subsidia a reflexão crítica acerca da formação necessária para que esses comunicadores possam ser considerados os catalisadores da aproximação entre o rádio e as políticas públicas.

O universo de investigação foi delimitado nas 577 emissoras de rádio parceiras da OBORÉ na *Rede de Comunicadores pela Saúde*, configurando-se como uma significativa amostra da diversidade e potencialidade do rádio brasileiro. Importante destacar que esse universo de emissoras já experimenta, talvez ainda sem a devida noção do seu significado, ações de controle social por terem aderido voluntariamente às redes de parceria da OBORÉ na transmissão de programas e peças radiofônicas voltados às políticas públicas de Saúde e de Educação. Mesmo assim, essas emissoras são indicadas como universo da pesquisa para atuarem como campo de prova da baixa qualidade da programação do rádio brasileiro no tocante às políticas públicas em geral.

Se um recorte foi necessário, as emissoras que menos poderiam contribuir com respostas ao problema de pesquisa eram as emissoras comerciais tradicionais, de potência e alcance médio ou grande, situadas em cidades de portes médio e grande e integrantes de grandes redes nacionais por serem reconhecidamente ligadas a grandes empresas de comunicação e, conseqüentemente, marcadas pela relação meramente comercial com o mercado publicitário. Do universo de 577 emissoras foram estudadas 142 rádios localizadas em 136 municípios de 19 estados (AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE e SP) delimitando a amostra da pesquisa (ver Apêndice 1) por apresentarem perfis de:

- a) emissoras educativas, pertencentes a fundações, de potência e alcance médios e distribuídas por todo o território nacional;
- b) emissoras comerciais de cidades pequenas e médias, caracterizadas por uma programação de expressão popular, não afiliadas a redes de geração centralizada nem a grandes redes nacionais e;
- c) emissoras comunitárias, com ou sem licença de funcionamento emitida pelo Ministério das Comunicações.

Frente ao problema anteriormente apontado de que o rádio e as políticas públicas vivem no registro do desencontro, a primeira reação vigilante foi buscar, quantificar e qualificar esse desencontro a partir da análise de grades de programação de 78 dessas rádios (ver Apêndice 2). Para efeito de análise foi necessária uma primeira leitura quanto ao tipo de concessão – radiodifusão geral ou radiodifusão comunitária – o que já evidencia uma reflexão do ponto de vista de classe social e das condições de produção, consumo e vivência cultural.

Para subsidiar uma análise mais profunda da questão da formação dos radialistas foram analisadas a trajetória de 155 comunicadores atuantes nessas 142 emissoras (ver Apêndice 3). Foram também analisadas, em especial, a trajetória de seis radialistas de rádios de baixa potência instaladas na cidade de São Paulo (ver Apêndice 4) cujos depoimentos contextualizaram os desafios que a realidade dessas pequenas rádios impõem aos seus comunicadores. Esta etapa da pesquisa é referenciada no sistema de emissoras de baixa potência em operação no Brasil, estimado numericamente em cerca de 15 mil rádios, das quais 2.345 com autorização legal de funcionamento, conforme dados recentes do Ministério das Comunicações (BRASIL, 2005), e em especial no município de São Paulo, cuja

situação é diferenciada pela ausência de aviso de habilitação oficial para funcionamento.

4.4 Procedimentos de Pesquisa

Todo método científico envolve um domínio teórico e remete o pesquisador à escolha de procedimentos adequados. Nas Ciências Sociais os métodos de observação são o passaporte para tentar conhecer o objeto utilizando o próprio sujeito, olhando, acompanhando e pedindo informações.

Na primeira etapa da pesquisa foram utilizadas como *corpus* as grades de programação de 78 emissoras, que as disponibilizaram de forma voluntária. Essas grades de programação, através da observação direta, deveriam explicitar o tipo de programação e as temáticas abordadas nos seus programas. Supôs-se aqui que a observação direta de uma grade de programação poderia revelar a imagem do veículo e identificar a qual papel se propõe a partir do conteúdo que seleciona para levar ao ar.

Já na segunda etapa, que considerou as 142 emissoras parceiras que se colocaram à disposição da pesquisa, foram trabalhados o perfil de escolaridade e de formação de 155 radialistas através de questionário auto-preenchível com perguntas abertas e fechadas. O *corpus* desta segunda etapa foi gerado a partir de 155 questionários respondidos, referentes a 142 emissoras de 136 municípios de 19 estados. Para possibilitar o aprofundamento contextualizado sobre o tipo de formação referido pelos comunicadores de emissoras de baixa potência e os desafios cotidianos da rádio onde atuam, foram selecionados, a partir de critérios

de representatividade local, seis radialistas de seis emissoras comunitárias localizadas na cidade de São Paulo.

Os procedimentos de pesquisa adotados, além da aplicação de questionário auto-preenchível com perguntas abertas e fechadas, foram as entrevistas semi-estruturadas, em grupo e individuais, gravadas com os responsáveis pelas emissoras e suas equipes. O objetivo desta etapa da pesquisa foi conhecer o tipo de formação que carregam em suas bagagens de vida e contextualizar essa formação a partir das condições reais de existência e produção dessas emissoras no atual contexto da radiodifusão comunitária no Brasil.

O *corpus* desta fase é a documentação transcrita das entrevistas com seis comunicadores e apresentou como resultado de análise elementos que retratam os protagonistas dessas emissoras, contam de que forma se envolveram no movimento de radiodifusão comunitária e sobre o tipo de formação que buscaram e que ainda buscam para sua atuação cotidiana de comunicadores.

Cronologicamente, a coleta dos dados de pesquisa e do trabalho de campo ocorreram de setembro de 2005 a julho de 2006, período em que também foram necessários diversos pré-testes para a adequação do questionário à sua forma final (ver Apêndice 5 e 6).

Universo e Amostra da Pesquisa			
UNIVERSO	577 emissoras	536 municípios	24 estados
AMOSTRA	142 emissoras	136 municípios	19 estados
CORPUS 1	78 grades de programação	77 municípios	18 estados
CORPUS 2	155 questionários de 155 radialistas de 142 emissoras	136 municípios	19 estados
CORPUS 3	06 depoimentos de radialistas de 06 emissoras comunitárias instaladas na cidade de São Paulo	01 município	01 estado

Tabela 1 – Quadro-síntese: delimitação do universo e amostra da pesquisa

5 DEFICIÊNCIAS, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

5.1 Reconstrução Empírica e Análise do Objeto

Conduzida pela compreensão dialética de mundo, esta pesquisa privilegiou sua análise no produto e nas condições de produção – humanas e materiais – em que o negócio do rádio está inserido. Portanto, o produto pesquisado referiu-se às grades de programação de emissoras de rádio – aqui compreendidas como um produto cultural – e nas referências de formação explicitadas pelos comunicadores, dadas as condições e limitações de diversas naturezas a que as rádios em geral e as de pequeno porte e baixa potência, em particular, estão expostas. Fecha-se o círculo a partir da compreensão de que a face humana do rádio – o radialista – pode ser também responsável pela mudança de qualidade da grade de programação das emissoras e de sua legitimidade local, e tornar-se mais um protagonista do controle social das políticas públicas em seu bairro, na sua comunidade, na sua cidade.

O conceito gramsciano de hegemonia foi recuperado na leitura e interpretação das grades de programação das emissoras e na identificação do perfil e necessidades de formação dos radialistas. Aliás, o próprio entendimento do sentido da formação – para quem e para quê - também foi problematizado. Considerando o nível ideológico imanente ao conceito de classe social e materializado no tipo de formação desses comunicadores, foi possível discutir, com Gramsci, um tipo de formação que leve em conta a capacidade de um grupo social construir um novo sistema de alianças a partir de negociações, compromissos e mediações.

Os tipos de habilidades que deverão ser convocadas na formação dos radialistas populares, hoje, foram referenciados a partir da opinião de autores como Paulo Freire (1996; 2002) e Boaventura de Sousa Santos (2004).

Entretanto, há vários pontos nesta discussão que precisam ser enfrentados. Vamos a alguns deles, a partir da recuperação dos caminhos percorridos nesta pesquisa.

5.1.1 O universo, a amostra e sua abrangência

O universo da pesquisa refere-se a 577 emissoras de rádio das quais 169 (30%) são comerciais (AM e FM) e 408 (70%) são comunitárias (FMC). Instaladas em 536 municípios de 24 estados do Brasil, juntas, cobrem 92% do território nacional: 4.131 dos 5.507 municípios brasileiros.

As 142 emissoras destacadas como amostra da pesquisa refletem 25% deste universo e subdividem-se em 34 emissoras comerciais (25% da amostra) e 108 comunitárias (75% da amostra). Instaladas em 136 municípios (25% dos municípios contemplados na amostra) de 19 unidades da federação, essas 142 emissoras, juntas, cobrem 1.898 municípios de 20 estados (34% da federação) e atingem, potencialmente, 13,7 milhões de pessoas.

Foram estudadas desta amostra as grades de programação de 78 emissoras e analisadas as trajetórias de formação de 155 radialistas atuantes nessas 142 emissoras sediadas nos 136 municípios de 19 estados.

A seguir, as tabelas 2 e 3 sintetizam, numérica e regionalmente, tais dados.

Pesquisas			AM				FM				FMC			
UF (24)	Expedidas 577	Devolvidas 142 (25%)	Expedidas 140	com grade 17	sem grade 13	Devolvidas 30 (21%)	Expedidas 29	com grade 2	sem grade 3	Devolvidas 5 (17%)	Expedidas 408	com grade 59	sem grade 49	Devolvidas 108 (26%)
AL	5	2									5	1	1	2
AM	6	1	1	1		1					5			0
AP	2	2									2		2	2
BA	54	14	9	1		1	5			0	40	8	5	13
CE	35	8	10	2	3	5	4			0	21	3		3
ES	8	1					1			0	7	1		1
GO	14	4	1			0					13	3	1	4
MA	16	5	4	1		1					12	2	2	4
MG	85	25	7		1	1	4		1	1	74	15	8	23
MS	4	0					1			0	3			0
MT	6	0									6			0
PA	13	0	1			0	2			0	10			0
PB	26	10	5	3	1	4	2	1		1	19	3	3	6
PE	17	5	3		1	1	3		1	1	11	2	1	3
PI	18	5	4	2		2	1			0	13	3		3
PR	36	5	16			0					20	2	3	5
RJ	12	1	2			0					10	1		1
RN	16	7	2			0	1	1		1	13	4	2	6
RO	2	0	1			0					1			0
RS	46	8	29	2	4	6					17	1	1	2
SC	28	5	10	2		2	3			0	15	2	1	3
SE	2	2	1	1		1					1		1	1
SP	125	32	34	2	3	5	2		1	1	89	8	18	26
TO	1	0									1			0

Tabela 2 – Quadro geral do universo e amostra

UF	AM	FM	Comunitárias	Total
AL			2	2
AM	1			1
AP			2	2
BA	1		13	14
CE	5		3	8
ES			1	1
GO			4	4
MA	1		4	5
MG	1	1	26	28
PB	3	1	6	10
PE	1	1	3	5
PI	2		3	5
PR			7	7
RJ			1	1
RN		1	7	8
RS	6		2	8
SC	2		10	12
SE	1		1	2
SP	5	1	26	32
19	29	5	121	155

Tabela 3 – Quadro geral dos radialistas

A figura seguinte referencia as áreas de alcance das 142 emissoras comerciais e comunitárias às bases geográficas nacional, regionais e estaduais acrescidos dos dados populacionais (apenas no caso das rádios comerciais), unificando a área urbana e rural de cada município a partir de pesquisas na base de dados do último Censo Demográfico Nacional do IBGE ⁶ (IBGE, 2006).

⁶ De acordo com o IBGE o Censo Demográfico 2000 foi o décimo primeiro recenseamento realizado no País desde 1872 e adotou o conceito de população residente ou “de direito”, ou seja, a população é numerada no seu local de residência habitual. Não foram recenseadas as populações moradoras de ruas, nem os residentes em embaixadas, delegações, representações diplomáticas ou consulados.

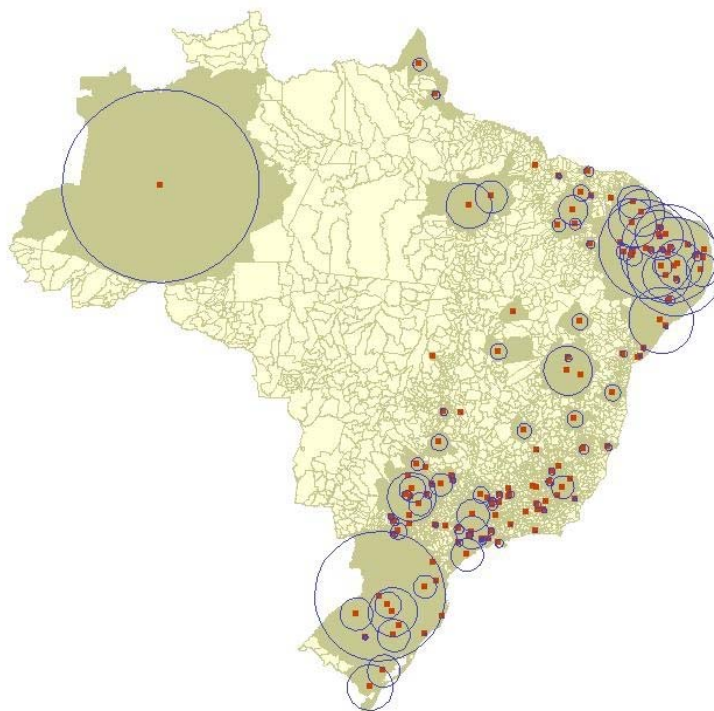


Figura 12 – Área de cobertura das 142 emissoras da amostra, indicando os 142 municípios-sedes, os 1.898 municípios alcançados com seus respectivos dados populacionais (nº de habitantes) e áreas territoriais (km²), de acordo com o IBGE. Para efeito de contagem populacional, não foram consideradas as 108 emissoras comunitárias.

As áreas de alcance das 34 emissoras comerciais estão representadas em círculos que delimitam o contorno médio provável em condições de relevo sem grandes variações altimétricas, já que ainda não estão disponíveis para todas as localidades do Brasil as bases geográficas digitais do relevo, o que alteraria a representação das áreas de cobertura por figuras de formato irregular. Para a obtenção dos contornos médios prováveis foram desenvolvidas equações e utilizados recursos de georreferenciamento para possibilitar ao sistema considerar, para efeito de contagem de municípios atingidos, apenas aqueles cujos raios de alcances das emissoras incluíam as suas sedes administrativas⁷.

⁷ Este estudo de alcance foi produzido a partir das coordenadas geográficas de cada uma das emissoras catalogadas na ANATEL e confirmadas pelas próprias rádios. De acordo com o engenheiro Fernando Pereto, supervisor do estudo, os recursos de georreferenciamento possibilitaram atingir níveis de confiabilidade bastante altas na contagem populacional, ressaltando-se, entretanto, a necessidade do uso do termo “potencialmente atingida” já que não se trata aqui de contagem de audiência e sim de um estudo de alcance potencial.

5.1.2 As grades de programação das emissoras

As grades de programação das 78 emissoras selecionadas como sub-amostra (19 comerciais e 59 comunitárias) foram aqui compreendidas como enunciados discursivos (BAKHTIN, 2003); portanto, reveladores até mesmo do grau de capacidade das emissoras de auto-definirem suas vitrines comunicacionais.

Apenas 23 das 78 emissoras estudadas (29%) conseguiram efetivamente retratar sua programação de forma detalhada, traduzindo certo critério e cuidado na definição e montagem de sua programação. A dificuldade em analisar, de forma mais profunda, o retrato da programação dessas emissoras a partir das grades apresentadas pode ter origem na pobreza dos seus enunciados. Considerando que o estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos deve ser tratado como uma unidade real da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003), passamos a problematizar a análise as grades de programação como enunciados discursivos.

Para Bakhtin, um enunciado se caracteriza por um determinado conteúdo semântico-objetual, ou seja, o sujeito do discurso escolhe os meios lingüísticos e os gêneros do discurso a partir de sua idéia (vontade discursiva) do objeto e do sentido. Os limites de cada enunciado concreto são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso e pela conclusibilidade específica do enunciado. Seu primeiro e mais importante critério é a possibilidade de responder a ele (enunciado), ou seja, gerar o que Bakhtin chama de atitude responsiva: é preciso que o enunciado tenha uma “inteireza” que assegure uma compreensão responsiva. Essa “inteireza acabada do enunciado” é determinada por três fatores:

- a) a exauribilidade do objeto e do sentido, onde o autor define, dá o contorno do objeto;

- b) a vontade de discurso do falante, onde o autor mostra a sua intenção discursiva, que determina o todo do enunciado, seu volume e suas fronteiras e;
- c) as formas estáveis de gêneros do enunciado, onde o uso dos gêneros no cotidiano é naturalmente padronizado.

O emprego da língua se dá através de enunciados orais ou escritos que refletem especificidades e finalidades de um determinado campo da atividade humana percebido, principalmente, por sua construção composicional, seu conteúdo temático e seu estilo. Esse tripé está indissoluvelmente ligado ao enunciado e é igualmente determinado pela especificidade de um certo campo da comunicação. Cada campo de utilização da língua elabora tipos relativamente estáveis de enunciados – e a isso Bakhtin denomina Gêneros do Discurso.

O repertório de Gêneros do Discurso é de infinita diversidade e heterogeneidade uma vez que as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e também porque os campos do conhecimento cada vez mais se desenvolvem e se complexificam. Integram os Gêneros do Discurso (orais e escritos) breves réplicas do diálogo do cotidiano, o relato do dia-a-dia, a carta, regras de comandos padronizados por instituições, repertório de documentos oficiais, manifestações publicísticas (sociais, políticas), manifestações científicas e gêneros literários (do provérbio ao romance), por exemplo, e não apenas os gêneros estudados num corte de sua especificidade artístico-literária, retóricos ou discursivos do cotidiano. Ou seja, o gênero deve ser pensado a partir do tipo de enunciado – sua natureza geral e sua diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana.

Os diversos tipos de enunciados têm particularidades que podem ser dispostas em dois níveis: gênero primário (formam-se nas condições de comunicação discursiva imediata) e secundário (surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e organizado, predominantemente escrito). O estudo proposto por Bakhtin (2003) para os gêneros do discurso considera a natureza do enunciado somado à diversidade de gêneros discursivos. Destaca também o autor que estilo e gênero têm uma relação orgânica e indissolúvel e refletem de forma imediata, precisa e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social, dando o tom de cada época.

Como procedimento inicial para descrição e análise do objeto, as grades foram classificadas a partir de suas figuras jurídicas – comerciais e comunitárias. Das 78 grades, 19 referem-se a emissoras comerciais (17 AM e 2 FM) e 59 a comunitárias. As grades das comerciais revelaram que essas emissoras têm média diária de 18 horas de funcionamento, com início da programação por volta das cinco da manhã e encerramento às onze da noite. Apenas duas emissoras AM (10%) operam 24 horas.

Considerando os gêneros radiofônicos aqui tomados em suas três formas clássicas – Jornalístico ou Informativo, Musical e Variedades - , constatou-se que mais de 50% do horário dessas emissoras está preenchido com programas musicais, estilos notadamente sertanejo, jovem guarda, forró, brega, axé e música popular brasileira. Dez dessas emissoras (53%) registraram de dez a vinte horas dedicadas apenas a músicas. O noticiário jornalístico preenche, em média, três horas da programação diárias dessas emissoras (17% do total da programação), já considerados os 60 minutos da Voz do Brasil, programa oficial do governo brasileiro produzido em conjunto pela Radiobrás, Câmara dos Deputados, Senado Federal e poder Judiciário, e de veiculação obrigatória nas emissoras de todo o país. No gênero Variedades foram considerados também os programas de temas esportivos, religiosos e de prestação de serviços. Os temas esportivos ocupam, em média, 60 minutos da programação diária das emissoras, durante a semana, mas cerca de três horas nos finais de semana, especialmente aos domingos. Doze das dezenove emissoras (63%) mantêm programação religiosa, marcadamente católica, em média

70 minutos diários, inclusive com recitação do terço e transmissão da missa da paróquia local. O restante do horário está voltado à prestação de serviços como tempo e temperatura, hora certa, resultados da loteria esportiva, horóscopo, boletim policial e às tradicionais revistas radiofônicas – programas de variedades com participação de ouvintes, solicitação de músicas, leitura de cartas e citação dos aniversariantes do dia. Importante destacar que são nos espaços desses programas de variedades que, normalmente, são inseridos os temas voltados à saúde, cidadania e educação, apesar de não estarem referidos, de forma explícita, nas grades⁸.

As grades das comunitárias, por sua vez, apontaram média diária de 16 horas de programação, a maioria com início por volta das seis da manhã e encerramento às dez da noite. Apenas cinco emissoras (8%) funcionam 24 horas, sendo que da meia-noite às seis da manhã todas operam no automático, com programação musical.

O gênero Jornalístico ou Informativo preenche, em média, 90 minutos diários dessas grades, já considerados os 60 minutos obrigatórios reservados à Voz do Brasil. Importante destacar que, para vinte das 59 emissoras comunitárias (34%), este material que presta contas das ações dos três poderes da República é o único noticiário disponível na programação; para outras 27 emissoras (46%), além da Voz do Brasil, o tempo reservado a notícias jornalísticas varia de 20 a 60 minutos, apenas. O gênero Musical representa 69% da programação diária das comunitárias: ocupa onze das dezesseis horas totais nas quais prevalecem os ritmos sertanejo, forró, brega, rock, reggae e jovem guarda.

O gênero Variedades ocupa, em média, quatro horas da programação diária dessas rádios. A leitura detalhada da descrição desse programas aponta para um grande número de entidades e instituições que encaminham conteúdos radiofônicos

⁸ Dados regularmente monitorados através do Modelo de Avaliação Permanente (MAP) da Rede de Comunicadores pela Saúde na veiculação do programa Plantão Saúde.

prontos para veiculação – como é o caso da OBORÉ, SEBRAE, Pastoral da Criança, SESC/SENAC, Itaú Cultural, Rádio Senado, Rádio Câmara e Supremo Tribunal Federal – ou que têm espaço reservado para divulgação de suas atividades institucionais ao vivo, como Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Servidores Públicos, Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), Conselhos Tutelares, Polícia Militar, Alcoólatras Anônimos, Associações de Moradores, Câmaras Municipais, Prefeituras e Secretarias Municipais. Ainda no gênero Variedades incluem-se os programas religiosos, marcadamente de expressão católica e evangélica, presentes em 80% dessas rádios (39 emissoras) e ocupando cerca de duas horas diárias de suas programações. Além dos serviços de utilidade pública (oferta de empregos, dicas sobre o mercado de trabalho, denúncias e reclamações de moradores da região e dicas culturais), as grades das comunitárias são marcadas por temáticas diferenciadas como, por exemplo, programas recreativos, educacionais e musicais para o público infantil, conversas com adolescentes, fofocas do mundo artístico, resumo das novelas, horóscopo, aniversariantes do dia, dicas sobre nutrição e educação alimentar, conselhos veterinários para cuidados com os animais domésticos, dicas de saúde e beleza, simpatias, cobertura de campeonatos de futebol de várzea, dicas de pechinchas e permutas, sorteios, piadas, leituras de textos e crônicas e presença de professores ao vivo na rádio para falar sobre as atividades da semana na escola.

5.1.3 O perfil dos radialistas

5. 1.3.1 Segmentação por tipo de emissora e sexo

Dos 155 radialistas pesquisados, 34 (22%) atuam em emissoras comerciais, maioria expressiva nas ondas médias, e 121 (78%) atuam em radiodifusão comunitária de baixa potência. Deste total, 82% são homens e 18% mulheres. No sub-sistema comunitário, 85% são homens e 15% mulheres e o percentual de gênero nas emissoras comerciais é similar: 70 e 30%. Conclui-se, portanto, que este universo do rádio brasileiro é eminentemente masculino e a proporção, em gênero, mantêm-se entre as comerciais e as comunitárias.

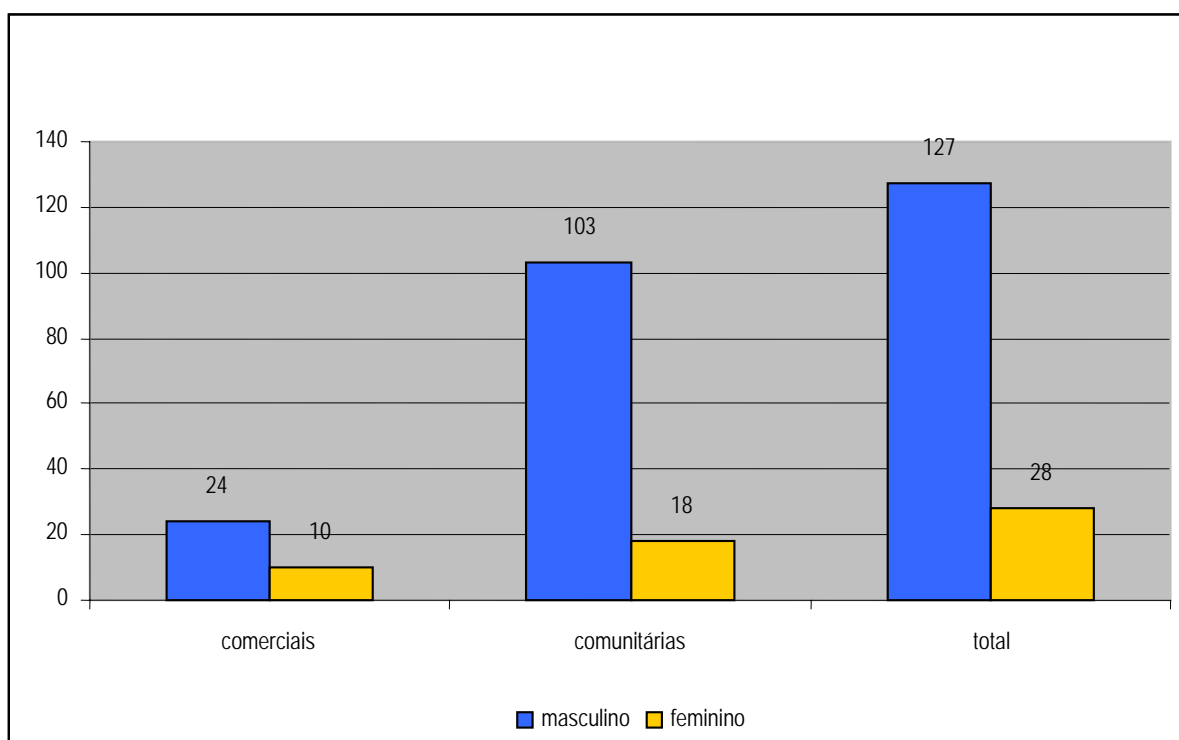


Figura 2 – Radialistas: Segmentação por tipo de emissora e sexo

5.1.3.2 Segmentação por tipo de emissora e idade

Dos 155 radialistas pesquisados, 92 (60%) possuem idade entre 30 e 45 anos. Nas 34 emissoras comerciais, 70% dos radialistas situam-se nesta faixa etária. Sessenta por cento dos 121 radialistas comunitários acusam idade entre 30 e 45 anos. Cinco por cento dos radialistas das emissoras comerciais têm menos de 30 anos e 6% entre 46 e 70 anos. No sub-sistema comunitário, 30% têm menos de 30 anos e 26% entre 46 e 65 anos. Portanto, este universo do rádio brasileiro é conduzido basicamente por homens, na faixa etária dos 30-45 anos e esta situação mantêm-se entre as emissoras do tipo comercial e comunitária.

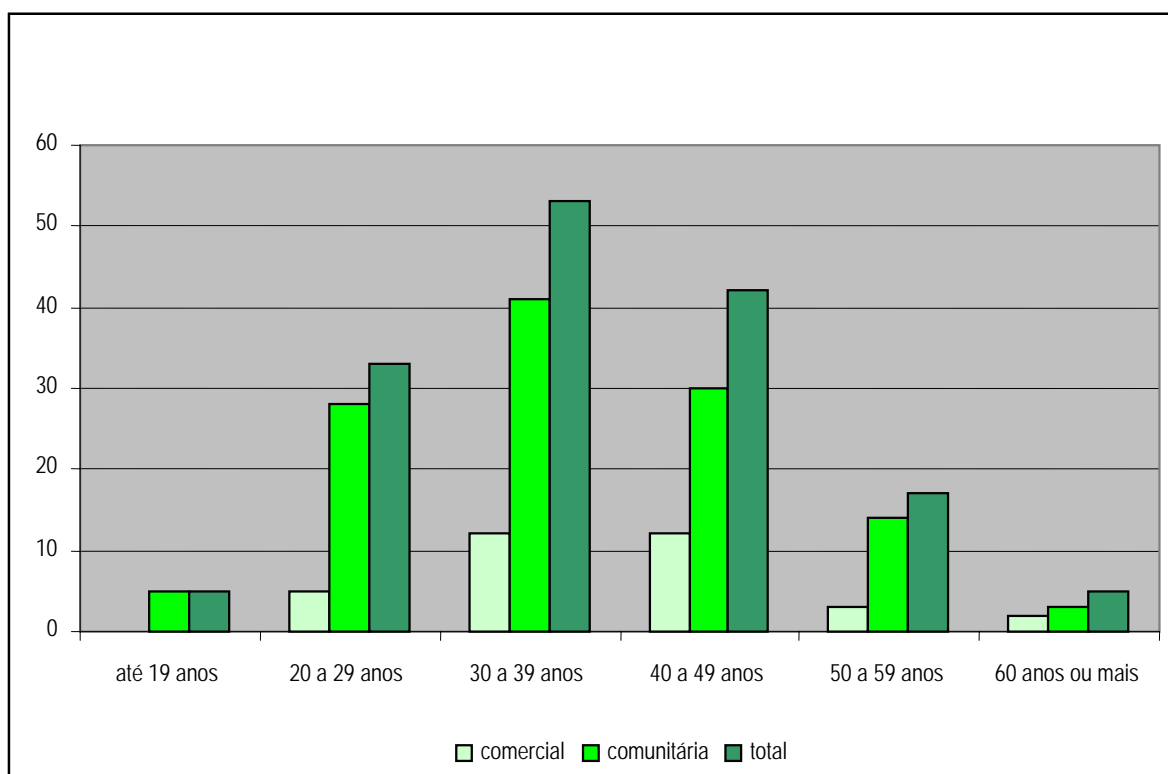


Figura 3 – Radialistas: Segmentação por tipo de emissora e idade

5.1.3.3 Segmentação por tipo de emissora e permanência

Setenta e seis por cento dos 155 radialistas pesquisados têm até dez anos de trabalho na mesma emissora e 58% não refere atuação em outras rádios senão na atual. Em termos comparativos, 50% dos radialistas comunitários têm até 10 anos de trabalho na emissora, caindo para 44% os que atuam nas comerciais.

Então, este universo do rádio brasileiro é conduzido basicamente por homens, na faixa etária dos 30-45 anos e com média de permanência de 10 anos na mesma emissora.

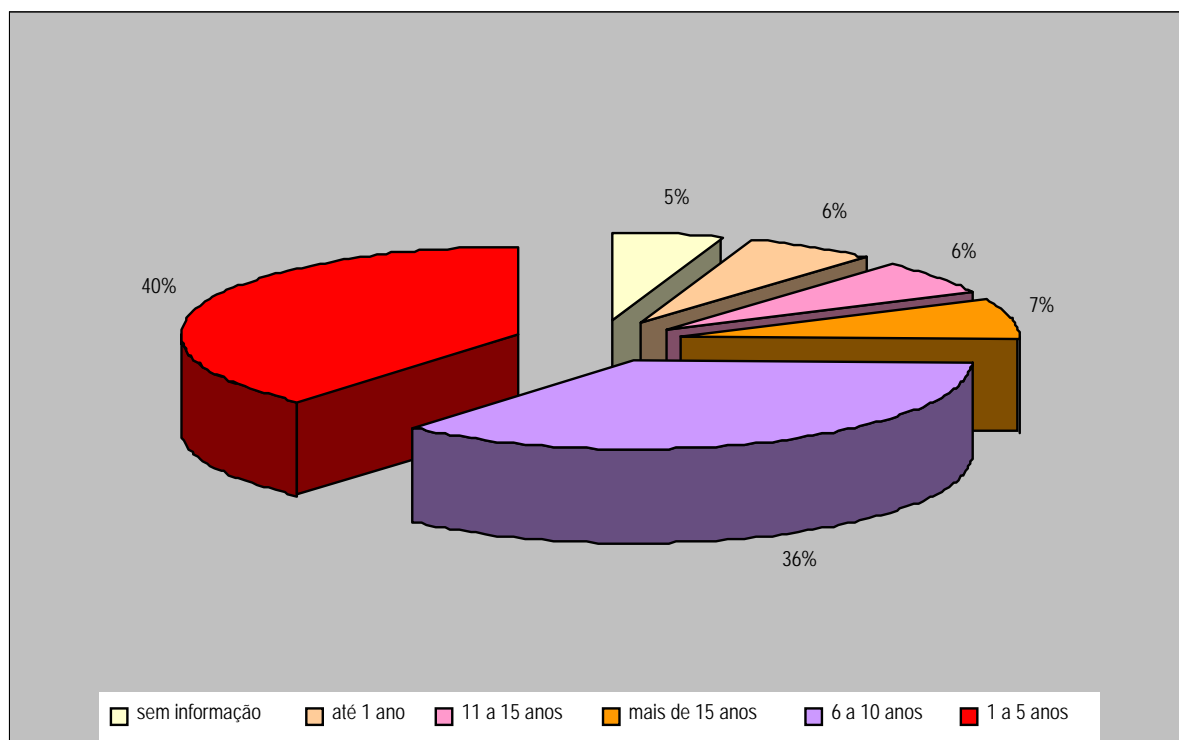


Figura 4 – Radialistas: Tempo de permanência na atual emissora

Você já trabalhou em outras rádios?

Tipos	Qtidade	%
Não	20	59
Sim, em uma comercial	11	32
Sim, em uma comunitária	1	3
Sim, em ambas	2	6
TOTAL	34	100

Tabela 4 - Rotatividade dos radialistas das emissoras comerciais**Você já trabalhou em outras rádios?**

Tipos	Qtidade	%
Não	69	57
Sim, em uma comercial	23	19
Sim, em uma comunitária	22	18
Sim, em ambas	6	5
Sim, em uma comunitária e uma universitária	1	1
TOTAL	121	100

Tabela 5 - Rotatividade dos radialistas das emissoras comunitárias**5.1.3.4 Regime de trabalho**

Setenta e dois por cento dos radialistas comunitários (87) trabalham em regime voluntário. Um radialista informa que trabalha sem remuneração em uma rádio comercial, dentre os 34 pesquisados.

Seu trabalho na rádio é:

Tipos de trabalho	Qtidade	%
Remunerado	33	97
Voluntário	1	3
TOTAL	34	100

Tabela 6 - Regime de trabalho dos radialistas das emissoras comerciais

Seu trabalho na rádio é:

Tipos de trabalho	Qtidade	%
Voluntário	87	72
Remunerado	31	26
Ambos	2	1,65
Não informou	1	0,35
TOTAL	121	100

Tabela 7 Regime de trabalho dos radialistas das emissoras comunitárias

5.1.3.5 Segmentação por cargo / função na emissora

Toda e qualquer emissora de rádio, tradicionalmente, mantém sua estrutura operacional a partir de oito departamentos distintos: Jurídico, Pessoal, Artístico, Jornalístico, Técnico, Comercial, Promoção e Atendimento (público). Entretanto, ao se falar de radiodifusão comunitária, é preciso considerar sua especificidade: trata-se de um serviço regido por legislação própria e normatizado por outros tantos regulamentos⁹. Isso vale tanto para a rádio começar a existir juridicamente quanto para se erguer fisicamente.

A fase embrionária é a montagem da associação comunitária e cultural. Em seguida, a associação pleiteia a licença de funcionamento junto ao Ministério das Comunicações e se organiza tecnicamente para montar a emissora. Grosso modo, essas três fases são normalmente concomitantes e exigem uma série de documentos e estudos técnicos. A parte jurídica, de constituição da associação e da licença para funcionamento, é extremamente importante para esse sub-sistema da radiodifusão. A parte técnica, que é o momento da definição e compra dos

⁹ Como já comentado anteriormente, a Lei 9.612, de 19/02/98, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil, foi regulamentada pelo Decreto 2.615/98 e suas atividades definidas conforme a Norma Complementar 002/98 e Portaria 83 de 19/07/99. Em fevereiro de 2002, a Lei foi alterada com a finalidade de aumentar o prazo de outorga para 10 anos e autorizar renovações por igual período. O Serviço de Radiodifusão Comunitária ganha novos contornos através da Norma Complementar 001/2004 e Portaria nº 448, de outubro de 2005 (BRASIL, 2006).

equipamentos e da antena, - devidamente especificados e homologados - também é outra etapa igualmente vital e desafiadora para toda associação comunitária.

Considerando os oito departamentos tradicionais em empresas de radiodifusão, acima citados, e tentando reordená-los, incorporando os aspectos legais que as mantenedoras (no caso, as associações comunitárias e culturais) são obrigadas a cumprir, podemos chegar a quatro áreas comuns: Jurídica, Técnica, Programação (Artístico / Jornalístico) e Gestão (Pessoal / Comercial / Promoção/ Alianças e Parcerias). Portanto, para efeito de classificação, as 149 funções relacionadas na pesquisa pelo grupo total de radialistas foram aqui resumidas em quatro grandes áreas: Jurídica (J), Técnica (T), Programação (P) e Gestão (G).

Na leitura segmentada, dos 121 radialistas comunitários, 65% atuam na programação da emissora e 55% deles estão ligados à gestão. Percentual similar desenvolve atividades ligadas à programação e gestão nas comerciais: 62% e 53%, respectivamente. Oito radialistas atuam em duas ou mais funções nas emissoras comerciais, sendo que, em cinco casos, assumem também os microfones. Trinta e seis dos 121 radialistas das emissoras comunitárias desempenham duas ou mais funções em suas rádios sendo que, em 72% dos casos, também fazem uso regular dos microfones.

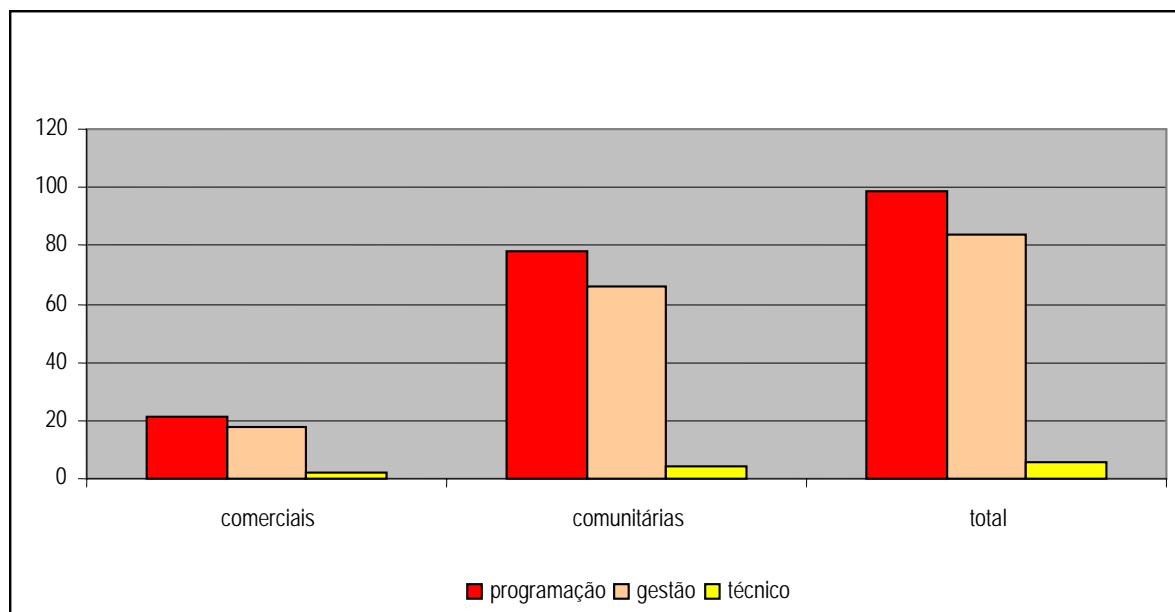


Figura 5 – Radialistas: Tipo de função na emissora

Cargo / função	Qtidade	Classificação
Locutor / apresentador / comunicador	8	P
Diretor	3	G
Diretor administrativo / comercial	3	G
Administrador	2	G
Comercial	2	G
Diretor geral	2	G
Gerente administrativo / comercial	2	G
Produtor	2	P
Programador	2	P
Radialista	2	P
Coordenador de jornalismo	1	P
Diretor de jornalismo	1	P
Diretor de operações	1	T
Diretor de programação	1	P
Gerente	1	G
Gerente de produção	1	P
Gerente de programação	1	P
Gerente geral	1	G
Jornalista	1	P
Redator	1	P
Secretária / recepcionista	1	G
Supervisor	1	G
Técnico	1	T

Tabela 8 - Funções / cargos referidos pelos comunicadores das emissoras comerciais

Cargo/função	Qtidade	Classificação
Locutor / apresentador comunicador	49	P
Diretor	21	G
Diretor-presidente	11	G
Diretor de programação	8	P
Presidente	7	G
Diretor administrativo / financeiro	6	G
Diretor geral	6	G
Administrador	3	G
Vice-presidente	3	G
Coordenador	2	G
Coordenador de programação	2	P
Diretor de jornalismo	2	P
Operador	2	P
Produtor	2	P
Programador	2	P
Repórter	2	P
Sonoplasta	2	P
Técnico	2	T
Auxiliar de engenharia e transmissão	1	T
Coordenador artístico	1	P
Coordenador de apoio cultural	1	G
Diretor artístico	1	P
Diretor cultural	1	P
Diretor de comunicação	1	P
Diretor de marketing	1	G
Diretor de operações	1	T
Gerente comercial	1	G
Gravação	1	P
Mixador	1	P
Radialista	1	P
Relações públicas	1	G
Secretária	1	G
Supervisor geral	1	G
Vice-diretor	1	G

Tabela 9 - Funções / cargos distintos referidos pelos comunicadores comunitários

5.1.4 A trajetória de formação dos radialistas

5.1.4.1 Nível de escolaridade

Dos 34 radialistas atuantes em emissoras comerciais, onze (32%) têm formação superior completa, quatro em Comunicação Social. Quatro radialistas ainda estão cursando o ensino superior (12%), três no Jornalismo. Dezoito comunicadores (53%) têm ensino médio completo e apenas um referiu não ter concluído o 2º grau. Esses dados específicos indicam que apenas sete radialistas que atuam no rádio comercial buscaram na educação formal a habilitação para atuar na área.

Dos 121 radialistas comunitários, 22 (18%) têm formação superior completa, três em Comunicação. Onze comunicadores (9%) ainda estão no ensino superior (um na área da Comunicação) e seis (5%) no ensino médio. Dez comunicadores (8%) não concluíram ensino fundamental e 71 (59%) têm ensino médio completo. Nesse subsistema comunitário, os dados apontam que dos 121 radialistas apenas quatro buscaram sua formação no território da educação formal.

Em síntese, 65% dos radialistas da amostra têm até o ensino médio. Apenas 7% deles buscou sua formação de comunicadores nos processos educativos formais, apesar de existirem cursos específicos em Rádio e TV oferecidos em nível superior e com certificação pelo MEC. Então, pode-se concluir que a formação em rádio está territorializada, fundamentalmente, nos espaços educativos não-formais.

Sendo assim, este universo do rádio brasileiro é conduzido basicamente por homens, na faixa etária dos 30-45 anos, com média de permanência de dez anos na mesma emissora, com escolaridade de 2º grau e formados na área radiofônica em espaços da educação não-formal.

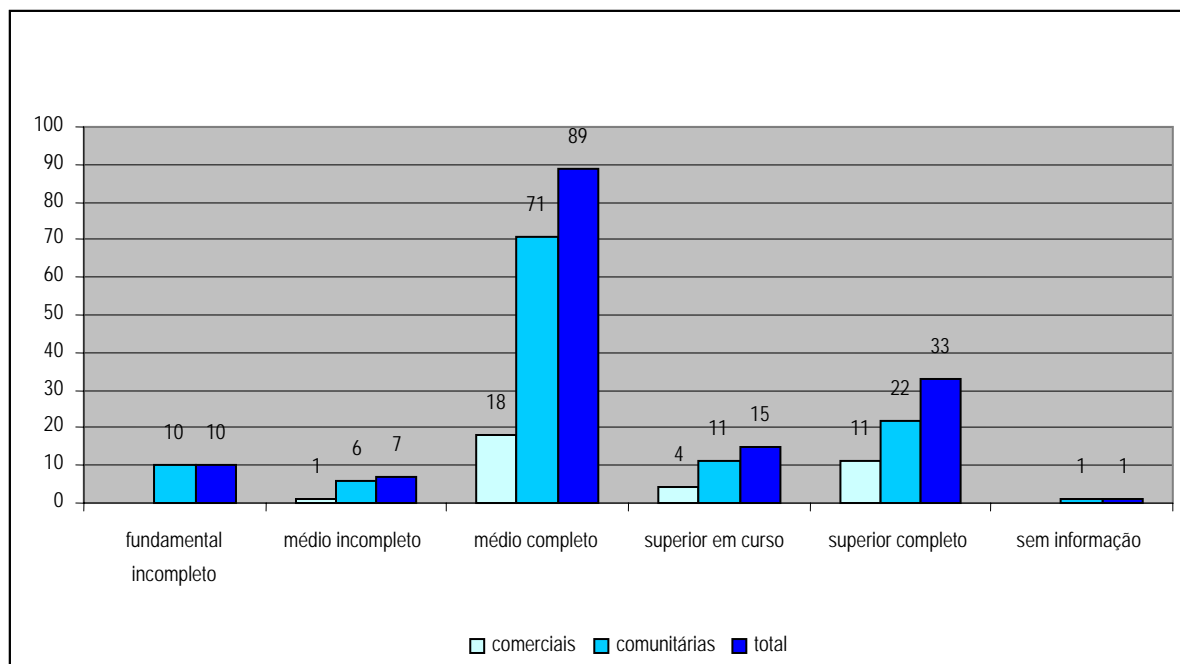


Figura 6 – Radialistas: Nível de escolaridade

Escolaridade	Qtidade	%
Médio - incompleto	1	3
Médio - completo	18	53
Superior – cursando*	4	12
Superior – completo**	11	32
TOTAL	34	100
Nível superior em curso*	Qtidade	%
Jornalismo	3	75
Letras	1	15
TOTAL	4	100
Curso superior completo**	Qtidade	%
Comunicação Social	4	36
Letras	2	18
Administração de Empresas e Matemática	1	9
Agronomia	1	9
Ciências Contábeis	1	9
Geografia	1	9
Normal Superior	1	9
TOTAL	11	100

Tabela 10 – Escolaridade dos comunicadores das emissoras comerciais

Escolaridade	Qtidade	%
Fundamental - incompleto	10	8
Médio - cursando	6	5
Médio - completo	71	59
Superior – cursando*	11	9
Superior – completo**	22	18
TOTAL	121	100
Nível superior em curso*	Qtidade	%
Pedagogia	2	18
Biologia	1	9
Ciências Contábeis	1	9
Engenharia de Telecomunicação	1	9
Jornalismo	1	9
Letras	1	9
Química	1	9
Propaganda e Publicidade	1	9
Psicanálise Clínica	1	9
Serviço Social	1	9
TOTAL	11	100
Curso superior completo**	Qtidade	%
Administração de Empresas	3	13,6
Jornalismo / Comunicação Social	3	13,6
Pedagogia	3	13,6
Letras	2	9
Direito	1	4,5
Educação Artística	1	4,5
Filosofia	1	4,5
Geografia	1	4,5
História	1	4,5
Matemática	1	4,5
Medicina	1	4,5
Odontologia	1	4,5
Propaganda e Publicidade	1	4,5
Teologia	1	4,5
Zootecnia	1	4,5
TOTAL	22	100

Tabela 11- Escolaridade dos comunicadores das emissoras comunitárias

5.1.4.2 Formação específica na área do rádio

Setenta e seis por cento dos comunicadores das rádios comerciais e 57% dos comunicadores comunitários buscaram formação específica na área desde que começaram a atuar profissionalmente no rádio, o que denota um alto índice de interesse dos 155 radialistas pesquisados (63%) em se capacitarem para suas atividades.

Mas cerca de 40% da amostra (60 radialistas) nunca fez curso algum - nem na área radiofônica nem em conteúdos - desde que começou a atuar, profissional ou voluntariamente, nos microfones da emissora, o que também é um índice alto.

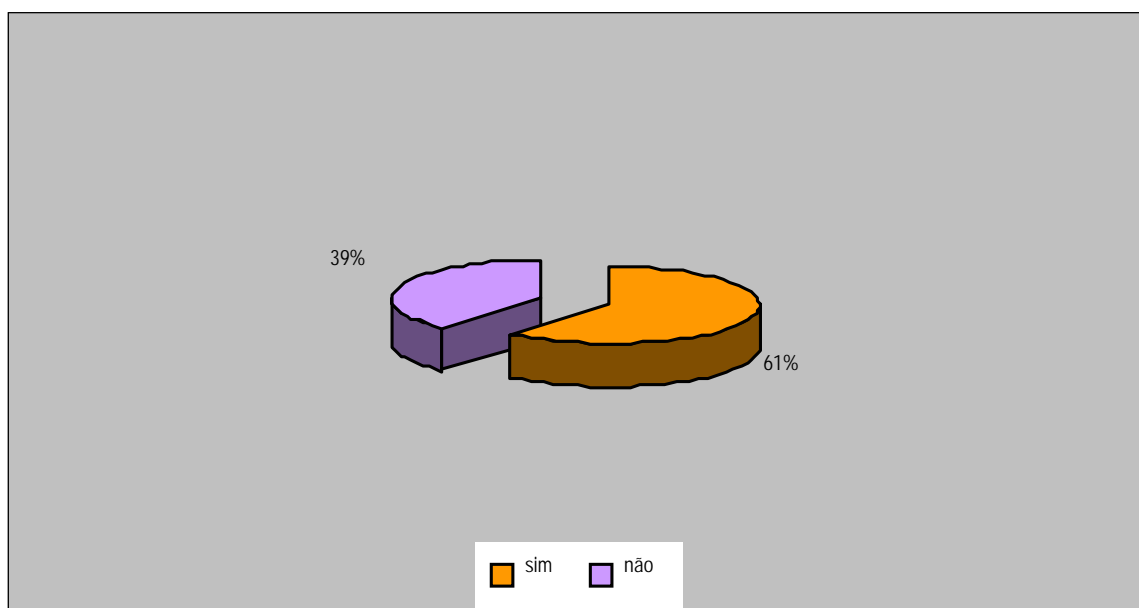


Figura7 – Radialistas: Formação específica em rádio

Importante destacar que as referências ao tipo de curso realizado pelos radialistas remetem a atividades de reciclagem ou de habilitação para determinadas tarefas cotidianas, como locução, reportagem ou informática. Tratam-se, portanto, de experiências de formação ligadas à educação não-formal.

Os oito tipos de cursos mais citados na amostra, independentemente da classificação das emissoras, foram Locução (64 citações); Entrevista / Reportagem (37 citações); Informática (36 citações); Administração e Gerenciamento (33 citações); Linguagem radiofônica (28 citações); Marketing (27 citações), Redação (27 citações) e Técnicas de Jornalismo (25 citações).

Na área de conteúdo, dos sete temas apresentados como opção, foram os mais citados, respectivamente, Comunicação (40 citações); Criança e Adolescente (30 citações); Educação (28 citações), Cultura e Arte (26 citações); Direitos / Cidadania (25 citações), Meio Ambiente (22 citações) e Saúde (20 citações).

As figuras, a seguir, indicam as áreas e as temáticas referidas na pesquisa, por segmento, e referendam o quadro de que esta amostra do universo do rádio brasileiro é conduzido basicamente por homens, na faixa etária dos 30-45 anos, com escolaridade de 2º grau, formação específica na área radiofônica (especialmente em Locução, em Técnicas de Entrevista / Reportagem e em Informática) e estão, em média, há dez anos na mesma emissora. Nesse período, já tiveram oportunidade de participar de cursos, seminários ou oficinas sobre Comunicação, Criança e Adolescente, Educação, Cultura, Cidadania, Meio Ambiente e Saúde buscados, igualmente, em ambientes educativos não-formais.

Que tipo de curso foi esse?

1. Área Jurídica	Citações
Cursos ou oficinas voltados à área jurídica	4
2. Área Técnica	Citações
Informática e Novas Tecnologias	10
Elétrica / Eletrônica / Manutenção de equipamentos	1
Construção / Montagem de Estúdios / Montagem de Antenas	0
3. Área de Programação (Artística e Jornalística)	Citações
Locução	15
Entrevista / Reportagem	11
Redação	10
Técnicas de Jornalismo	10
Linguagem radiofônica	9
Produção radiofônica	8
Programação radiofônica	6
Sonoplastia / Operador de Áudio / Mixagem / Gravação e Edição	6
4. Área de Gestão (Pessoal / Comercial / Promoção e Vendas)	Citações
Administração / Gerenciamento Financeiro / Contabilidade	16
Marketing e Promoção de eventos	9
Atendimento de clientes / Publicidade / Apoio Publicitário	8
5. Área da Política de Relacionamento (Alianças e Parcerias)	Citações
Montagem e Apresentação de Projetos / Busca de Patrocínio	6
Atividades de Relacionamento com instituições financiadoras do 3º Setor	1
6. Área de Conteúdo	Citações
Comunicação	16
Criança e Adolescente	9
Educação	9
Cultura e Arte	8
Direitos / Cidadania	8
Meio ambiente	6
Saúde	6

Tabela 12 – Cursos realizados pelos comunicadores das emissoras comerciais

Que tipo de curso foi esse?

1. Área Jurídica	Citações
Cursos ou oficinas voltados à área jurídica	7
2. Área Técnica	Citações
Informática e Novas Tecnologias	26
Elétrica / Eletrônica / Manutenção de equipamentos	14
Construção / Montagem de Estúdios / Montagem de Antenas	8
3. Área de Programação (Artística e Jornalística)	Citações
Locução	49
Entrevista / Reportagem	32
Redação	26
Técnicas de Jornalismo	19
Linguagem radiofônica	18
Produção radiofônica	17
Programação radiofônica	16
Sonoplastia / Operador de Áudio / Mixagem / Gravação e Edição	15
4. Área de Gestão (Pessoal / Comercial / Promoção e Vendas)	Citações
Administração / Gerenciamento Financeiro / Contabilidade	22
Marketing e Promoção de eventos	18
Atendimento de clientes / Publicidade / Apoio Publicitário	17
5. Área da Política de Relacionamento (Alianças e Parcerias)	Citações
Montagem e Apresentação de Projetos / Busca de Patrocínio	17
Atividades de Relacionamento com instituições financiadoras do 3º Setor	2
6. Área de Conteúdo	Citações
Comunicação	24
Criança e Adolescente	21
Educação	19
Cultura e Arte	18
Direitos / Cidadania	17
Meio ambiente	16
Saúde	14

Tabela 13– Cursos realizados pelos comunicadores das emissoras comunitárias

5.1.5 As demandas de formação dos radialistas

5.1.5.1 Áreas de interesse

Por fim, para qualificar a demanda sobre o tipo de formação que mais ajudaria os radialistas a melhorar sua atuação na emissora, foi solicitado, em pergunta aberta, que registrassem os três temas ou assuntos mais importantes. Todas as referências e assuntos estão indicadas na tabela geral, abaixo, e foram classificadas em áreas para facilitar a análise das respostas. A classificação da tabela de assuntos seguiu os critérios anteriormente adotados, considerando as quatro grandes áreas do rádio: Jurídica (J), Técnica (T), Programação (P) e Gestão (G). Os temas da área da Programação ligados a conteúdos específicos foram reclassificados como “P/C” e analisados separadamente.

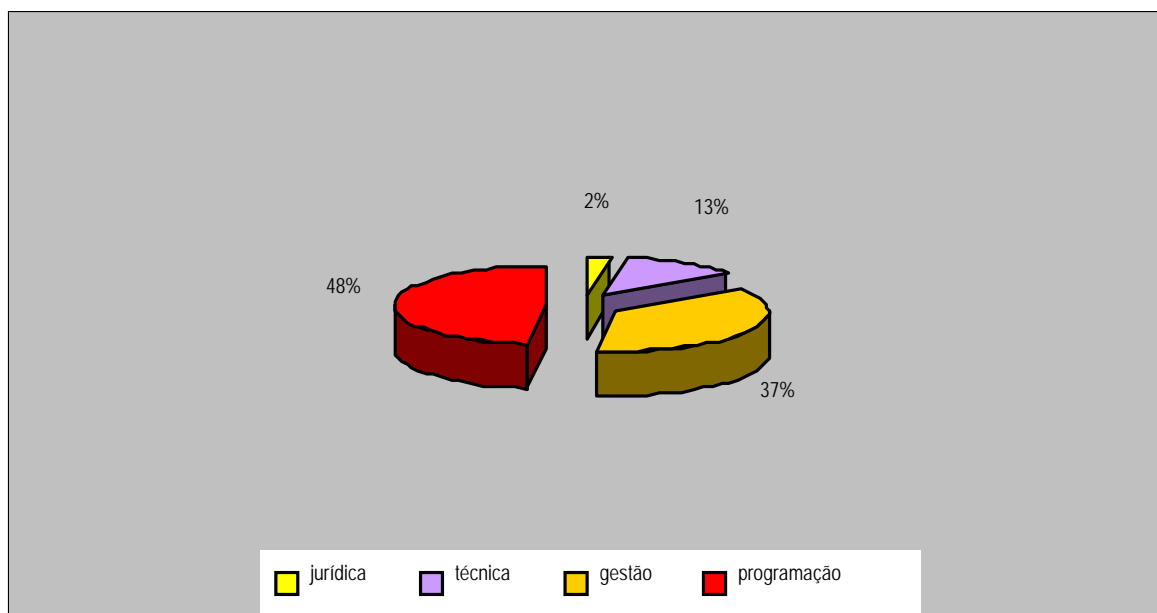


Figura 8 – Radialistas: Áreas de interesse para formação

ÁREA DA GESTÃO (19 CITAÇÕES)		
	ASSUNTOS	CITAÇÕES
G	MARKETING, PROMOÇÃO DE EVENTOS E VENDA DE PUBLICIDADE	8
G	MONTAGEM E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS / PATROCÍNIO	2
G	CRIATIVIDADE / TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO	2
G	ADMINISTRAÇÃO	1
G	ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA	1
G	GESTÃO PESSOAL	1
G	INTERESSE MAIOR DO DEPARTAMENTO COMERCIAL	1
G	POLÍTICAS DE RELACIONAMENTO	1
G	RELACIONAMENTO COM CLIENTES	1
G	RELAÇÕES HUMANAS	1
ÁREA TÉCNICA (7 CITAÇÕES)		
T	TECNOLOGIA	2
T	ATUALIZAÇÃO TÉCNICA	2
T	AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR COM ACESSO A INTERNET	1
T	EXPANSÃO DE POTÊNCIA DOS TRANSMISSORES	1
T	IMPLANTAÇÃO DA NOSSA FM	1
ÁREA DA PROGRAMAÇÃO (24 CITAÇÕES)		
P	LINGUAGEM RADIOFÔNICA	4
P	APERFEIÇOAMENTO NA ÁREA DE JORNALISMO	2
P	ENCONTROS / SEMINÁRIOS	2
P	OFICINA DE COMUNICAÇÃO	2
P	ASSUNTOS PERTINENTES ÀS RÁDIOS AM	1
P	COMO CRIAR VINHETAS E PROPAGANDAS	1
P	COMO ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR	1
P	DIREÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E TÉCNICAS DE JORNALISMO	1
P	LOCUÇÃO	1
P	MODELOS DE PROGRAMAÇÃO	1
P	PRODUÇÃO RADIOFÔNICA	1
P	PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA	1
P	QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS	1
P	RÁDIO POPULAR	1
P	REDAÇÃO DE TEXTOS	1
P	TÉCNICAS DE ENTREVISTAS E REPORTAGENS	1
P	TÉCNICAS DE RÁDIO	1
P	TRABALHO MAIS ACENTUADO DE JORNALISMO	1
ÁREA DA PROGRAMAÇÃO / CONTEÚDO (27 CITAÇÕES)		
P/C	SAÚDE	6
P/C	EDUCAÇÃO	3
P/C	DIREITO	2
P/C	DIREITOS E CIDADANIA	2
P/C	POLÍTICA / INFORMAÇÕES DOS GOVERNOS	2
P/C	COMUNICAÇÃO	2
P/C	ASSUNTOS GERAIS	1
P/C	BASTIDORES DA TV	1
P/C	CÂNCERES	1
P/C	DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS E GESTORES	1
P/C	DOENÇAS CARDÍACAS	1
P/C	HIPERTENSÃO	1

P/C	MEIO AMBIENTE	1
P/C	MERCADO RURAL	1
P/C	MÚSICA	1
P/C	PREVIDÊNCIA / APOSENTADORIA	1

Tabela 14 - Assuntos referidos pelos comunicadores das emissoras comerciais

ÁREA DA GESTÃO (56 CITAÇÕES)		
G	MONTAGEM E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS / BUSCA DE PATROCÍNIO/ PUBLICIDADE / APOIO PUBLICITÁRIO	11
G	POLÍTICA DE RELACIONAMENTO / ALIANÇAS E PARCERIAS	6
G	RECURSOS FINANCEIROS	5
G	MARKETING E PROMOÇÃO DE EVENTOS	4
G	TUDO DE GESTÃO	4
G	CAPACITAÇÃO MATERIAL HUMANO DA EMISSORA	3
G	SER REMUNERADO	2
G	ADMINISTRAÇÃO / GERENCIAMENTO FINANCEIRO / CONTABILIDADE	2
G	APOIO CULTURAL / APOIO FINANCEIRO	2
G	AUTO-SUSTENTAÇÃO	2
G	INTERCÂMBIO ENTRE PROFISSIONAIS	2
G	DEMOCRATIZAR, DAR MAIS ABERTURA PARA AS RADCOM	1
G	ECAD	1
G	EMPREENDEDORISMO	1
G	MAIOR APOIO DE ONGS	1
G	ÁREA COMERCIAL VOLTADA PARA RÁDIO COMUNITÁRIA	1
G	MAIOR APOIO DO GOVERNO FEDERAL	1
G	MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO	1
G	MOTIVAÇÃO	1
G	PRODUÇÃO DE VINHETAS E APOIOS CULTURAIS	1
G	PROJETOS DE AÇÃO COMUNITÁRIA	1
G	PROMOCIONAL / COMERCIAL VENDAS	1
G	QUALIFICAÇÃO EM GERAL	1
G	RELACIONAMENTO COM INSTITUIÇÕES FINANCIADAS PELO 3º SETOR	1
G	RELAÇÕES PÚBLICAS	1
ÁREA JURÍDICA (5 CITAÇÕES)		
J	ÁREA JURÍDICA	3
J	DIREITO E LEGISLAÇÃO	1
J	LEGALIZAR A EMISSORA	1
ÁREA TÉCNICA (19 CITAÇÕES)		
T	AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA ÁREA DE AUTOMAÇÃO DE RÁDIO / INOVAÇÃO / INFORMÁTICA E NOVAS TECNOLOGIAS	7
T	CONSTRUÇÃO, MONTAGEM DE ESTÚDIOS E ANTENAS/ EQUIPAMENTOS / INFRAESTRUTURA / ELÉTRICA / ELETRÔNICA / MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	7
T	ÁREA TÉCNICA / CONHECIMENTO DE LOGÍSTICA OPERACIONAL	4
T	ACESSO A INTERNET	1
ÁREA DA PROGRAMAÇÃO (74 CITAÇÕES)		
P	LOCUÇÃO E APRESENTAÇÃO	17
P	TÉCNICAS DE JORNALISMO	8
P	PRODUÇÃO E PROGRAMAÇÃO RADIOFÔNICA	6
P	CURSO NA ÁREA DE RADIODIFUSÃO	5
P	ENTREVISTA / REPORTAGEM	5

P	REPORTAGENS	3
P	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	3
P	TÉCNICAS DE REDAÇÃO E TEXTOS	2
P	CURSOS E OFICINAS DE FORMAÇÃO	2
P	LINGUAGEM RADIOFÔNICA	2
P	ROTEIROS PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS	2
P	PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E JORNALÍSTICA	2
P	ARQUIVOS DE RÁDIO	1
P	CURSO COMPLETO DE LOCUÇÃO	1
P	CURSOS DE JORNALISMO	1
P	CURSOS DE PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO	1
P	GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE PROGRAMAS	1
P	LOCUTORES MAIS CRIATIVOS	1
p	NOVAS TECNOLOGIAS / PRODUÇÃO DE ÁUDIO	1
P	OPERADOR DE ÁUDIO	1
P	ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	1
P	PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E JORNALÍSTICA	1
P	PROGRAMAS DE DEBATES	1
P	PROGRAMAS / TÉCNICAS DE JORNALISMO	1
P	TÉCNICA DE RÁDIO	1
P	TÉCNICAS DE LOCUÇÃO	1
P	TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E PROGRAMAÇÃO	1
P	USO DA VOZ	1
ÁREA DA PROGRAMAÇÃO / CONTEÚDO (147 CITAÇÕES)		
P/C	SAÚDE	26
P/C	DIREITOS DO CIDADÃO	23
P/C	EDUCAÇÃO	18
P/C	CULTURA BRASILEIRA / CULTURA E ARTE	16
P/C	COMUNICAÇÃO	14
P/C	MEIO AMBIENTE	11
P/C	JORNALISMO / NOTÍCIAS	7
P/C	CONSCIÊNCIA POLÍTICA	5
P/C	CONTEÚDO DE INFORMAÇÕES PARA A COMUNIDADE	4
P/C	AGRICULTURA	2
P/C	CURIOSIDADES EM GERAL / BELEZA	2
P/C	DEFESA DO CONSUMIDOR	2
P/C	DIREITOS DOS IDOSOS / TERCEIRA IDADE	2
P/C	MÚSICA	2
P/C	EDUCAÇÃO INFANTIL / DE JOVENS E ADULTOS	2
P/C	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
P/C	COMUNICAÇÃO POLITIZANDO E EVANGELIZANDO	1
P/C	CRIANÇA E ADOLESCENTE	1
P/C	DIREITOS E DEVERES	1
P/C	DIREITOS NA COMUNICAÇÃO	1
P/C	DROGAS	1
P/C	FAMÍLIA	1
P/C	HUMOR	1
P/C	INCENTIVO À CRIANÇA PRATICAR ESPORTES	1
P/C	INCIUSÃO SOCIAL	1
P/C	SANEAMENTO BÁSICO	1

Tabela 15 - Assuntos referidos pelos comunicadores das emissoras comunitárias

5.1.5.2 Conteúdos de Programação

A sistematização dos dados mostrou que a área da Programação é a que mais demanda interesse em aperfeiçoamento ou reciclagem profissional por parte dos radialistas das emissoras comerciais: 51 das 84 citações do grupo (60%). O incentivo às atividades jornalísticas da emissora, técnicas de entrevistas, reportagens e produção de textos, locução, linguagem radiofônica e técnicas de rádio foram os temas de interesse mais citados. Assuntos, aliás, pertinentes aos currículos formais oferecidos pelos cursos superiores específicos na área do rádio.

Discussões sobre modelos de programação e encontros para qualificação profissional são igualmente citados como relevantes. Com relação aos conteúdos de programação, conhecimento de temas como Saúde, Direitos e Cidadania, Educação e Política estão entre os mais citados. Houve também referência a assuntos ligados ao Meio Ambiente, Previdência Social, Música e Economia.

A área da Gestão, que reúne temas ligados à administração, gerenciamento e sustentação financeira da emissora, recebeu 19 das 84 citações (23%): treze ligadas à sustentabilidade e seis à administração do empreendimento, com destaque para ações de marketing, promoção de eventos e venda de publicidade.

Na área Técnica (8% das citações), verifica-se demanda para atualização nos assuntos ligados às novas tecnologias. Não houve referências à área Jurídica.

Também no sub-sistema das rádios comunitárias a área da Programação é a mais solicitada pelos comunicadores para implementar suas atividades cotidianas na emissora: 220 das 315 citações totais do grupo (70%). Temas como locução e

apresentação de programas e organização da programação da rádio são os de maior interesse.

Das 147 citações de conteúdo de programação, Direito e Cidadania (31citações); Saúde (27) e Educação (22) são os temas que mais interessam a esses radialistas para melhorar sua atuação no rádio. Também foram citados de forma importante assuntos ligados à Cultura (16), Comunicação (14), Meio Ambiente (12), notícias jornalísticas (11) e conscientização política (6). Outros temas referidos foram Humor, Música, Criança e Adolescente e Agricultura.

A questão da administração, gerenciamento e sustentação financeira da rádio (área da Gestão) foi destacada em 56 das 315 citações gerais deste grupo de radialistas. Assuntos jurídicos referentes à legislação das rádios comunitárias obtiveram cinco citações e a área Técnica 19, com destaque para os assuntos ligados à montagem de estúdios, antenas, manutenção e acesso às informações sobre novas tecnologias.

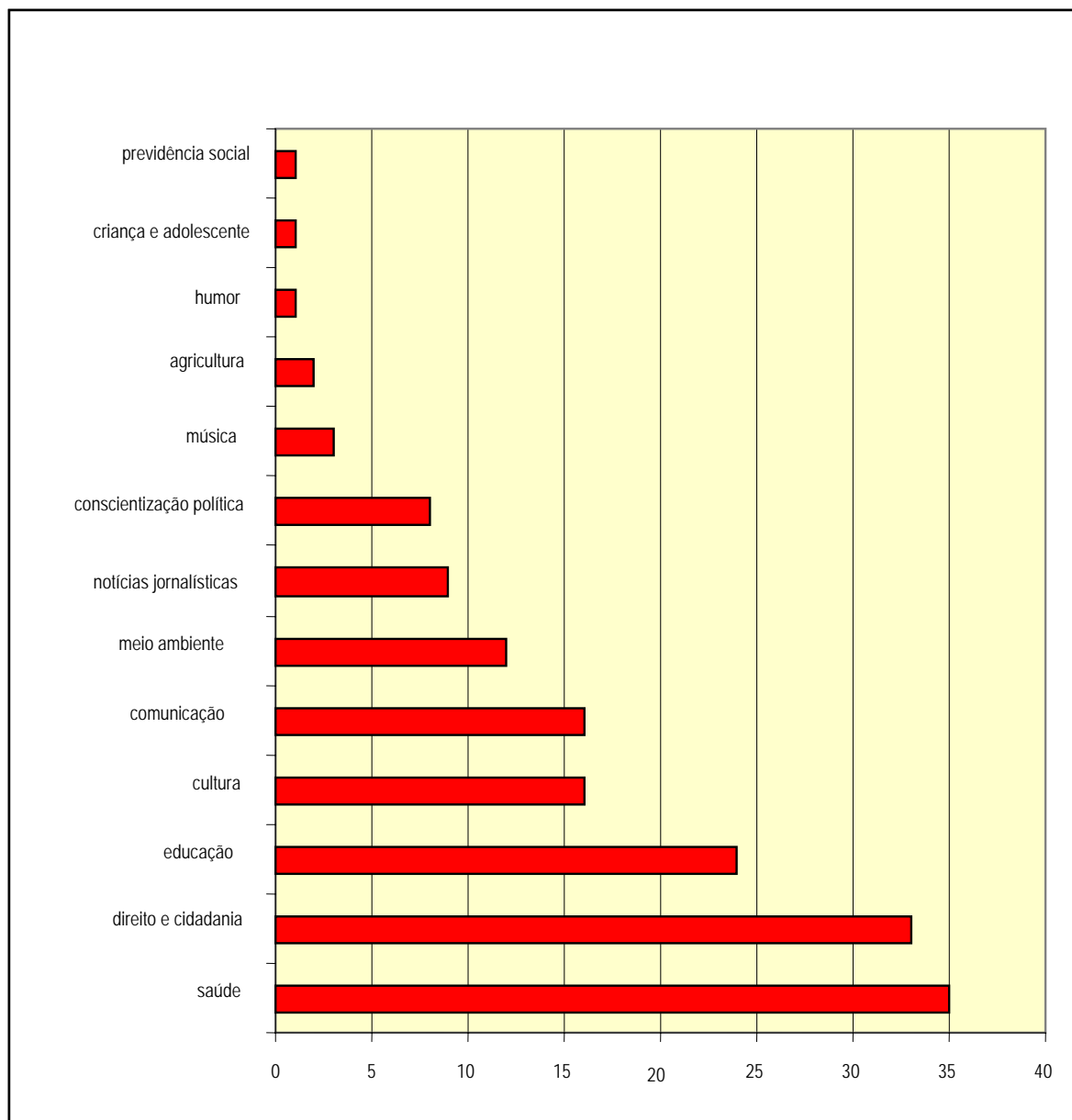


Figura 9 - Conteúdos de maior interesse na área da formação

ÁREA DA PROGRAMAÇÃO / CONTEÚDO (27 CITAÇÕES)		
P/C	SAÚDE	6
P/C	EDUCAÇÃO	3
P/C	DIREITO	2
P/C	DIREITOS E CIDADANIA	2
P/C	COMUNICAÇÃO	2
P/C	POLÍTICA / INFORMAÇÕES DOS GOVERNOS	2
P/C	ASSUNTOS GERAIS	1
P/C	BASTIDORES DA TV	1
P/C	CÂNCERES	1
P/C	DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS E GESTORES	1
P/C	DOENÇAS CARDÍACAS	1
P/C	HIPERTENSÃO	1
P/C	MEIO AMBIENTE	1
P/C	MERCADO RURAL	1
P/C	MÚSICA	1
P/C	PREVIDÊNCIA / APOSENTADORIA	1
P/C	RELIGIÃO	1

Tabela 16 - Conteúdos referidos pelos comunicadores das emissoras comerciais

ÁREA DA PROGRAMAÇÃO / CONTEÚDO (147 CITAÇÕES)		
P/C	SAÚDE	26
P/C	DIREITOS DO CIDADÃO	22
P/C	EDUCAÇÃO	18
P/C	CULTURA BRASILEIRA / CULTURA E ARTE	16
P/C	COMUNICAÇÃO	14
P/C	MEIO AMBIENTE	11
P/C	JORNALISMO / NOTÍCIAS	7
P/C	CONSCIÊNCIA POLÍTICA	5
P/C	CONTEÚDO DE INFORMAÇÕES PARA A COMUNIDADE	4
P/C	AGRICULTURA	2
P/C	MÚSICA	2
P/C	CURIOSIDADES EM GERAL / BELEZA	2
P/C	DEFESA DO CONSUMIDOR	2
P/C	DIREITOS DOS IDOSOS / TERCEIRA IDADE	2
P/C	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
P/C	CRIANÇA E ADOLESCENTE	1
P/C	DIREITOS E DEVERES	1
P/C	DROGAS	1
P/C	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1
P/C	FAMÍLIA	1
P/C	HUMOR	1
P/C	INCUSÃO SOCIAL	1
P/C	RÁDIO E CIDADANIA	1
P/C	SANEAMENTO BÁSICO	1

Tabela 17 - Conteúdos de programação referidos pelos comunicadores das emissoras comunitárias

5.1.5.3 Ambiência

Sete citações oriundas dos radialistas comerciais e quatorze oriundas dos radialistas comunitários não foram classificadas dado o seu caráter subjetivo. Entretanto, refletem a ambiência a que estão expostos os radialistas e a natureza de suas atividades, assim como as condições de existência e produção das emissoras, suas estruturas de funcionamento e as regras que regem esses empreendimentos, tanto os comerciais quanto os sociais.

Estudiosos do campo da Sociologia e da Psicopatologia do Trabalho discutem, já há muitos anos, como as diversas formas de organização das atividades e vivências laborais cotidianas agem sobre o pensar e o sentir dos trabalhadores, provocando sofrimentos, angústias, medos, infelicidades e doenças. Defendem também que as diversas formas e níveis de sofrimento a que estão expostos, especialmente o mental, não têm causas individuais: é no trabalho, mais especificamente no modo como ele é organizado, que devem ser buscadas as causas desses sofrimentos. E se as causas não são individuais, as soluções também não o são (DEJOURS, 1988).

Considerando tais citações como reflexo de expressões coletivas, é possível interpretá-las como uma menção dos radialistas das emissoras comerciais pesquisadas à necessária postura de compromisso e profissionalismo da sua equipe por tratar-se de condições subjetivas de sucesso e de manutenção tanto do empreendimento quanto de seus próprios cargos e empregos. Daí esses radialistas terem identificado tais citações como importantes para melhorar seu trabalho cotidiano.

No grupo dos comunicadores comunitários, referências à falta de apoio da comunidade, liberdade de expressão para os locutores, falta de experiência anterior

e mais oportunidades para a existência das rádios comunitárias podem simbolizar as dificuldades reais desse sub-sistema – e de seus protagonistas – em manterem -se ativos e operantes socialmente. As tabelas a seguir registram a totalidade das citações nos dois sub-sistemas e podem justificar tal interpretação.

REGISTROS NÃO CLASSIFICADOS (7 CITAÇÕES)		
	AMOR A EMISSORA	1
	PROFISSIONAIS COM MAIS VONTADE DE TRABALHAR NO RÁDIO	1
	PROFISSIONAIS GABARITADOS	1
	TER A EXPERIÊNCIA DE HOJE COM 30 ANOS A MENOS	1
	RESPONSABILIDADE	1
	ÉTICA	1
	BOA VONTADE	1

Tabela 18 - **Assuntos não classificados referidos pelos comunicadores das emissoras comerciais**

REGISTROS NÃO CLASSIFICADOS (14 CITAÇÕES)		
	ASSUNTOS	CITAÇÕES
	MAIS APOIO DA COMUNIDADE	4
	CARISMA	1
	DESTREZA	1
	GOSTAR DO QUE FAZ	1
	MAIOR LIBERDADE DE EXPRESSÃO	1
	MAIS LIBERDADE PARA OS LOCUTORES	1
	MAIS OPORTUNIDADES	1
	NOVOS TALENTOS	1
	PODER AJUDAR MAIS OS CARENTES	1
	SIMPLICIDADE	1
	TER ALGUMA EXPERIÊNCIA ANTERIOR	1

Tabela 19 **Assuntos não classificados referidos pelos comunicadores das emissoras comunitárias**

5.1.6 Os cenários das rádios comunitárias

O cotidiano de seis emissoras comunitárias paulistanas foi aqui estudado a partir dos depoimentos de seus diretores responsáveis. Quatro dessas emissoras pertencem a grupos evangélicos: Colina FM, Futura FM, Athus FM e Caminho para a Vida. Nas falas de seus dirigentes nota-se presença e empenho solidários no enfrentamento das questões cotidianas da população. Apenas uma das emissoras analisadas é ligada à igreja católica, a Catedral FM, e o depoimento de seu diretor é marcado pela busca de uma programação ligada à doutrina e evangelização. Já a Heliópolis FM, criada sob os auspícios de uma associação de bairro, retrata um caminho persistente com vistas à inclusão social de sua população. Cada uma, do seu jeito, contou a sua história e teceu o cenário que referendou grande parte das questões presentes nas grades de programação das emissoras e nos resultados do perfil, da trajetória e das demandas de formação dos radialistas, anteriormente expostas e analisadas.

A opção pelo registro dos depoimentos dos radialistas foi inspirada em Paulo Freire, que atribui à leitura de mundo dos grupos populares de vital importância para o pesquisador pois, além de retratar o universo vocabular, é uma explicação de como a pessoa compreende a sua própria presença no mundo: “a pesquisa do que chamava de universo vocabular nos dava, assim, as palavras do Povo, grávidas de mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam” (FREIRE, 1996, p.81).

Nesse sentido, quando o grupo popular se vê desafiado a dialogar e a pensar sua história como uma experiência social - portanto, coletiva – é que percebe outras explicações para o seu cotidiano.

5.1.6.1 Rádio Futura (Parelheiros)

Parelheiros fica no extremo sul da capital, numa área de 350 km², com nascentes de água que alimentam as represas Billings e Guarapiranga, responsáveis por 30% do abastecimento da região metropolitana de São Paulo. A região abriga os distritos de Parelheiros e Marsilac, 112 mil pessoas, 55 favelas e duas aldeias guarani, a Krukutu e a Tenondê Porá (SÃO PAULO, 2004). Não conta com agência dos Correios, há apenas um posto bancário, na sede da subprefeitura, e 23% dos chefes de família dali não têm rendimentos. Uma das maiores reclamações dos moradores é da falta de pavimentação das vias públicas. Entretanto, por tratar-se de área de mananciais, o solo da região não pode ser impermeabilizado e seus córregos, que recebem todo o esgoto e lixo despejado das casas - a maioria construída em loteamentos irregulares - não podem ser canalizados. Luiz Gomes Alves é o atual diretor da Futura FM, ligada à Associação Cultural Comunitária Filadélfia, cuja trajetória de seis anos na região foi assim relatada:

“A Rádio Filadélfia, hoje chamada Futura, atinge Vargem Grande e Parelheiros, duas grandes regiões do extremo sul de São Paulo e foi fundada com intuito evangélico. Mas foi assim só no começo. Agora, a emissora tem outro padrão: 60% dos ouvintes são evangélicos, mas os outros são católicos e espíritas. Tanto que fazem programas lá dois dias na semana. Assim que a Associação Cultural Filadélfia criou a rádio, há seis anos atrás, muitas rádios evangélicas começaram a instalar suas torres por ali. Então, o pessoal da ANATEL foi lá e fechou a gente. Mas abrimos de novo, com o nome de Futura, porque nós temos um apoio muito grande da comunidade e a rádio é uma necessidade de todos. Hoje em dia, quando se fala em rádio evangélica, as pessoas já falam que é pirata. Acho que, como o Ministério das Comunicações é católico, ele não devia proibir cada um levar o seu ritmo porque o importante é o caráter da rádio, é ela ser comunitária. Você tem que saber o que

levar para a rádio, como você usa a rádio, se é pro seu próprio ganho ou se é pra divulgar o interesse da comunidade. O Roberto, diretor de programação, tenta educar as pessoas sobre como e o que elas têm que falar no rádio porque esse negócio de falar língua estranha lá na rádio, a gente não gosta. O programa que o Roberto faz é educativo, de duas horas de duração, e ali passa o Plantão Saúde, passa notícias, reportagens e também passa assuntos evangélicos. A rádio tem uma história, mas tem que saber contar. Como eu não faço programa, não sei falar direito e então eu não sei contar essa história. Se fosse com outra pessoa, seria melhor. A Associação Cultural Comunitária luta pelo desenvolvimento de Parelheiros. Como estamos numa área de manancial, o conteúdo da rádio é muito voltada para essa coisa do meio ambiente. Tem pessoas lá que são da Coopercal, uma cooperativa de reciclagem de lixo. Recentemente, chegou lá na rádio um monte de gente do Conselho Tutelar e perguntou: “Quanto você cobra pra divulgar a gente? Eu quero fazer a minha vinhetinha”. [refere-se à eleição para os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente] Eu falei: “Não, eu não cobro. Eu abro espaço pra você aqui e você fala o que você quiser falar”. Tinha uma moça lá na região que tava de nove meses e não tinha carrinho de bebê. Ela entrou na rádio e pediu no ar. Todas as pessoas que pedem alguma ajuda, a gente coloca no ar pra sensibilizar os ouvintes. Se é o ouvinte mesmo que tá pedindo, ele mesmo passa o recado. Então, o nosso projeto é isso: trabalhar em cima da criança, não somente abrindo uma creche, mas ajudando a educar a criança, fazer valer o Estatuto da Criança. Só que, muitas vezes, a gente tem dificuldade nisso. Então, vêm gente de mil e uma qualidades lá, evangélicos, não-evangélicos, e eu nem pergunto de que religião são. Na rádio, nosso padrão é comunitário e procuramos levar nesse ritmo. Aliás, nós temos esse padrão comunitário desde que fomos conhecendo pessoas e gente como a OBORÉ. A gente conheceu a OBORÉ através do pessoal do Posto de Saúde, e hoje eles fazem programa com a gente, divulgam as coisas do posto. Essa moça do postinho faz parte do conselho comunitário da rádio, que é da Associação das Mulheres de Vargem Grande, ligada a Vargem Grande, Parelheiros e região. Acho que toda rádio que quiser trabalhar como comunitária terá grandes dificuldades em querer alguma coisa e não poder fazer ou não saber fazer. A gente agora comprou um computador, com muita dificuldade. Nós não sabemos nem mexer!... Até perguntei pra ele [outro radialista presente] como eram os programas, essas coisas mais novas. Olha só: nós temos um computador mas as pessoas que vão

fazer programa na rádio não sabem mexe neles. A gente deixa a própria pessoa fazer o programa e mexer na mesa, mas se ela não sabe operar, não sai nada... Veja bem, eu cedi a minha própria casa para ser a sede da rádio, que fica na mesa de casa. As outras pessoas estão de voluntários na rádio porque, pra pagar, a gente não têm condições. Pra gente colocar pessoas que entendem de rádio, tem que pagar 200 reais. Geralmente tem que pagar, senão não elas não ficam. Umas nove pessoas trabalham na rádio, fazendo programas. Nossa principal dificuldade, além da coisa de mexer com os equipamentos, é a papelada da legalização. É essa parte jurídica, que você procura de um lado e é barrado, procura de outro e é barrado. Estamos com problema com a [Polícia] Federal. Foi apreendido o nosso equipamento, fechada a rádio, nós reabrimos, ela fechou de novo e de novo a gente abriu ... mas estamos aí e não sei como vai ser de agora em diante pra gente..."

5.1.6.2 Rádio Colina (Cidade Tiradentes)

Com uma população de cerca de 200 mil habitantes, a Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, possui 50 mil domicílios, 13 favelas e uma taxa de crescimento de sua população sem condições de moradia de 12% ao ano. Cerca de 15% dos chefes de família não tem rendimentos (SÃO PAULO, 2004). Ligada ao Centro Comunitário Castro Alves, a Colina FM, instalada na região há seis anos, está, notadamente, vivendo uma de suas crises de identidade. A rádio foi assim apresentada pelo seu diretor de programação, Rocha D'Urano:

"Estou agora num processo de discutir, mesmo, como é a cara e a vocação dessa rádio. Desde que fui para a direção de programação, percebi que eu nunca prestei atenção em nada, eu fazia o meu programa e pronto. Mas com o surgimento do Plantão Saúde, veio tudo à tona. Eu tive uma dificuldade imensa de transmiti-lo no mês de agosto porque o pessoal da rádio não aceitava, eles não gostavam daquilo ali, eles achavam que era perda de tempo. Acho que a gente tem que enfatizar, que estimular o ouvinte a ver o valor daquela informação. A dona da rádio tem tido um

bom posicionamento, que eu vi, até comunitário, pra criticar certas coisas que estão acontecendo lá. Mas os programadores não estão preocupados em passar coisa relacionada à saúde, ou algo parecido. Só querem coisas que dêem status para o complexo de inferioridade deles. É assim que eu vejo: como a rádio não tem posicionamento comunitário - e eu estou tentando aprender com vocês aqui - é preciso começar a mexer com a cabeça da rádio. Eu estou trabalhando lá, mas, infelizmente, eu não acho que a Colina FM possa ser considerada uma rádio comunitária para estar aqui, no meio de vocês. Eu faço a programação, eu abro e fecho a rádio. Estou dando tudo de mim, mas eu não sou a rádio, eu sou simplesmente uma pessoa que está ali, um peixe fora d'água. Então, fica complicado... Por quê fugir da Anatel? A rádio vive nisso de ficar fugindo... primeiro que a polícia não gosta de ninguém que fuja. Só bandido é que foge. Se você não está legal, se você não está documentado, é melhor morrer de pé porque não adianta ficar fugindo da realidade, ficar mentindo. Como tem programa evangélicos lá, gente... Desculpe, eu respeito todos os que têm rádio evangélica porque pelo menos a idéia é de alimentar a alma. Mas na Cidade Tiradentes não existe mais rádio voltada pro povo. Disso, eu tive a certeza hoje: eu fiz a programação de hoje das 5 até às 11 horas e só entrou a Igreja Renascer. Eu não conheço nada de técnica, mas sempre dez minutos antes da Igreja Renascer entrar no ar, a potência da rádio vai lá em cima... vejo isso pelo meu retorno de áudio. Os comunicadores não têm cultura nenhuma pra passar uma informação correta. Existe um cara lá, para quem eu até já trabalhei, há uns 2 anos atrás, candidato a deputado estadual. Ele resolveu sair candidato de novo e agora está lá na rádio fazendo o programa "De olho com a Verdade". Meu Deus, não tem fundamento nenhum... a gente gosta de ouvir coisas que prendam a nossa atenção, que fale simples, tanto pra pessoa letrada mas também pros moradores da Cidade Tiradentes. Eu vejo que caí na cilada que todos lá caíram, que é a cilada do popular, da música brega, do forró, do sambinha, dessas coisas... Como entro no ar depois desses programas, falando de coisa positiva, eu sou um dos mais detestados comunicadores da Cidade Tiradentes. Primeiro porque eu fico no meio termo. Como eu fui evangélico, fui nascido e criado em lar evangélico, meu pai é pastor evangélico lá em Minas Gerais, eu sei muito bem o que é isso. Mas na mesma hora que eu falo "Glória, Jesus, Aleluia!", também falo de Krishna, às vezes eu falo da Índia, coisa e tal. Mas eu leio, eu sei muito bem falar das coisas. Sabe quanto eu estou ganhando por mês pra

fazer programa de rádio, todos os dias? Eu abro a rádio, eu não tenho descanso, e tô ganhando R\$150,00 porque só consegui apoio do Supermercado Castro Alves, que me paga R\$50,00 por mês; do depósito em frente da rádio, que foi uma luta pra esse homem conseguir fazer esse comercial, e o do Bar do Alemão. Sabe, é complicado pra mim sobreviver disso. Não sei exatamente até onde que eu vou. A única coisa que me faz prosseguir é o espírito comunitário. Eu continuo ali simplesmente porque estou preocupado com as pessoas que podem estar me ouvindo. Se bem que quantidade não se aposta e qualidade muito menos.. Mas como eu vou ficar brigando por audiência se o nível da rádio, em geral, é péssimo? Eu tenho um programa de madrugada, que é o Love by Night, voltado pra casais e onde discuto sexualidade, onde eu questiono essa questão do GLTB, da monogamia, da poligamia, essas coisas todas. Eu sei que eu tô atirando pérolas aos porcos. Às vezes, uma ouvinte, de repente, me liga e diz alguma coisa e então eu já não tenho a sensação de estar falando sozinho. Eu falo da subprefeitura, sei de todos os problemas porque eu corro atrás, o subprefeito da Cidade Tiradentes nos apóia, a assessora dele sempre me atende, mas eu sei que essas coisas não têm nada a ver com o espírito de hoje da rádio. E isso é até motivo de chacota: “Ele é besta, não tá ganhando nada pra fazer isso”. Minha vida é correr sem gravador, pedindo gravador pra ouvinte emprestado pra poder chegar no posto de saúde e entrevistar as pessoas. Os próprios caras da rádio não enfatizam aquilo como bom. Olha aqui esse caderno [mostra um caderno grande, cheio de anotações]. Por um acaso, como eu conheço as pessoas na rua, uso meu programa pra falar da situação delas. Então, eu uso meu programa durante uma meia hora para falar, explicar, ler textos. Às vezes falo de língua portuguesa, geralmente eu uso a língua portuguesa, falo de substantivo, de verbo, dou aulas de reforço na rádio pra alunos do primário, que são meus vizinhos. E sou criticado demais porque lá só o que presta é música funk. É o alimento que o povo quer. Mas não é verdade, existem pessoas especialíssimas na Cidade Tiradentes que ouvem a rádio e dizem simplesmente que ouvem o meu programa porque eu consigo conversar um pouco, porque não é só música, música, música... Já houve momentos em que cheguei a ter medo de falar coisas no ar, cutucar, falar de droga, falar de ladrão e qualquer coisa assim porque era possível que eu não chegasse nem em casa... lá não é brincadeira, não. Lá é um desafio.”

5.1.6.3 Rádio Heliópolis (Ipiranga)

No bairro de Heliópolis está a maior favela da capital e a segunda maior da América Latina. Abrange um perímetro de cerca de um milhão de metros quadrados e está sendo objeto de regularização fundiária, após 35 anos. Composta por 14 glebas, tem 120 mil habitantes e pertence ao Distrito do Ipiranga, zona sul de São Paulo (SÃO PAULO, 2004). A trajetória da Heliópolis FM foi aqui recuperada por Geronino Barbosa, diretor geral da rádio e também dirigente da UNAS - União de Núcleos, Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco, sua entidade mantenedora.

“A rádio Heliópolis foi criada em 1992 pela UNAS e surgiu da necessidade de informar e mobilizar a nossa comunidade. No dia oito de maio de 92 inauguramos a Rádio Popular de Heliópolis, nome dado pela própria comunidade. Nossos equipamentos eram um transmissor, uma antena, uma mesa de som, um aparelho de cd, uma vitrola de tocar vinil, um microfone e várias cornetas espalhadas pela comunidade. Em 27 de agosto de 97, passamos a operar como rádio comunitária na frequência 102.3 durante dois anos, mas por causa de interferência de uma grande emissora comercial, a frequência foi mudada de novo. A lei destaca muito claramente que as grandes rádios podem interferir nas comunitárias, mas as comunitárias jamais podem interferir nas comerciais. Assim ficamos, de 1999 a 2002, quando tivemos outra interferência, e a rádio mudou a frequência para 97.9. Está assim até hoje, funcionando todo dia, das 6 da manhã até meia noite. Estamos há sete anos aguardando a licença do Ministério para funcionar. Nesses 14 anos, a rádio já ganhou vários prêmios, como o troféu da Ação Social pela Promoção da Cidadania da APCA e o da Associação da Parada do Orgulho Gay. Nosso objetivo é transmitir para a comunidade. Somos uma referência cultural e política para a população. Levamos divertimento, informações sobre os serviços públicos de saúde, educação e cultura. Nós, moradores da favela, não queremos ficar no isolamento social.”

5.1.6.4 Rádio Catedral (Campo Limpo)

A região do Campo Limpo, zona sul da cidade, é formada pelos distritos de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade. Sua população é estimada em mais de 500 mil habitantes, 25% deles morando nas 237 favelas ali instaladas (SÃO PAULO, 2004). A Catedral 106,7 FM pertence ao Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Campo Limpo. Seu atual diretor, Diácono Edilson Marcos Lima dos Santos, assumiu a direção da rádio em junho de 2005 com o firme propósito de fazer com que a emissora, fundada há nove anos, continue sendo a voz da Igreja Católica na zona sul:

“Esta é uma igreja pós-concílio, que nasce a partir da divisão da Diocese de São Paulo, em 1989. Já tem uma história de 16 anos e é isso que nós queremos continuar preservando. Quando cheguei na emissora, tinham três pessoas trabalhando na programação; hoje, já conta com mais de cem colaboradores próximos. Minha filosofia é trabalhar com uma equipe. Não quero que a rádio termine em mim, já que ela não começou comigo. Se me mudarem de paróquia e o bispo me disser que não estou mais na rádio, eu devo obediência a ele e vou embora. Mas, enquanto estiver na rádio, quero pensar em trabalhar por ela. Temos um programa sertanejo no sábado e no domingo, que talvez entre também durante a semana. Temos lá um jornalista, que já é formado, e que abriu espaço para os alunos da Unisa [Universidade de Santo Amaro] fazerem um trabalho na rádio às sextas-feiras, como estagiários. São alunos de Jornalismo que vieram pedir o espaço para eles. Na verdade, eu estou dizendo para eles brincarem de rádio...quase todos estão lá assim...até eu, porque também estou começando a conhecer sobre rádio... Eu já tenho um convênio com as Paulinas, elas têm um curso de rádio. E estou tendo um bom contato também com essa gente da Canção Nova. Pode ver que a música católica tem avançado muito. Já houve um show de música católica no Olímpia, coisa que era um pouco assombroso para nós, católicos. Já foi feito um no Credicard Hall, outro no Moinho Santo Antônio e outro na Gazeta. Acho que isso é

sinal de um novo grito da música católica, que atende a um perfil de ouvintes bem variado, e nós estamos somando com essa gente. Eu, principalmente, tenho um diálogo muito aberto. Tenho a certeza de que o outro pode colaborar muito comigo. Mas a rádio comunitária não atende mais às necessidades e aos anseios da nossa diocese. Tanto que estamos pleiteando a concessão de uma rádio educativa para breve.”

5.1.6.5 Rádio Athus (Campo Limpo)

Pertencente à Associação Comunitária e Cultural Athus, a Athus FM entrou no ar às dez da noite do dia 1º de abril de 2004, transmitindo direto do Parque Sônia, em Campo Limpo, zona sul de São Paulo. Quem comentou sobre o perfil da emissora foi seu diretor, o radialista José Rodrigues:

“ A rádio é evangélica, mas alcança muita gente porque numa casa sempre existe um evangélico, um católico, um budista, um espírita. A fé das pessoas é variada. Cada igreja tem o seu ponto de vista e o seu lado bom. Quando a pessoa tem um espírito de ser uma pessoa ruim, ela é ruim seja onde for. O que vale é prestar serviço pra comunidade. A emissora tem um estúdio de gravação e outro para a transmissão e funciona 24 horas por dia. Doze voluntários fazem os programas, mas só quatro cuidam da sonoplastia: eu, o Félix, o Zemar e o Robson. Mais do que isso, vira bagunça: um mexe, outro mexe, e a rádio nunca fica com o som perfeito. Você ouve essas rádios oficiais, elas sempre jogam um som perfeito. Por quê? Porque tem um controle. Então, nós trabalhamos com quatro e tudo tá sempre equalizadinho e arrumadinho. O Felix já trabalhou em emissoras convencionais e fala como é difícil fazer uma rádio funcionar perfeitamente. Na rádio comercial, tem diretor para tudo quanto é coisa: diretor de jornalismo, diretor de esporte, diretor de departamentos, os mais diversos. E cada diretor toma conta da sua parte e vai em frente pra fazer a rádio funcionar. Já no caso da rádio pequena, os dirigentes também são porteiro, recepcionista, operador de áudio, locutor, contato publicitário, faxineiro e um montão de coisa. Fica tudo em cima de uma ou duas pessoas. Então,

o que estamos tentando fazer pra melhorar a programação da rádio é organizar as tarefas. A turma fala que rádio evangélica é pirata. Mas uma rádio comunitária tem que ter o quê? Uma ótima sonoplastia, uma ótima qualidade de som pra você jogar no ar. Não é aquela rádio que você liga e parece rádio AM, lá do Norte, que não tem qualidade de som. FM tem que ter qualidade de som, tem que ter equalização, tem que ter uma boa mesa de som. Pra isso, a pessoa tem que conhecer equipamentos pra chegar e comprar um bom e barato. Nós nos preocupamos muito com a equalização da rádio. A sonoplastia é bem feita, nós temos dois computadores pra fazer a sonoplastia bem feita, temos aparelho de CD, temos tudo que uma rádio comunitária precisa. Uma das grandes dificuldades da rádio é justamente a produção de programas de qualidade. Nosso plano é inserir programas pré-gravados, curtos e de qualidade. A exemplo do “Plantão Saúde”, que tem 8 minutos, o dos esportes será de um minuto e pouco, com foguetinhos informativos que fiquem na mente das pessoas. Muito blá-bla-blá termina ficando muito pouco na cabeça das pessoas, mas de algo bem organizado e bem distribuído o ouvinte tira proveito. As rádios convencionais, por exemplo, fazem campanha contra A Voz do Brasil, tanto que elas não passam mais ou passam em outro horário. É o seguinte: A Voz do Brasil é muito preciosa, principalmente a primeira meia-hora. É notícia pura, é o noticioso puro de qualquer telejornal. Quem ouve A Voz do Brasil tá informado do que está acontecendo no Brasil. A segunda meia-hora é o blá-blá-blá da Câmara e do Senado, mas mesmo assim é bom porque você se intera da situação. Então, nós retransmitimos a Voz do Brasil em conexão com a rádio USP e tem qualidade, ela pega direto por satélite. A gente tem até uma vinhetinha que é assim [ele cantarola a vinheta] “a partir de agora, nós entramos em conexão com A Voz do Brasil” ... tem um fundo musical e aí a gente entra. O Fome Zero, um outro exemplo, nós captamos da televisão a chamada do Fome Zero e jogamos na rádio, passando a gravação da televisão pra rádio. Você pode ver aí na foto que a gente tem outro estúdio [mostra a foto]. A gente pega na TV tudo o que é do Governo Federal, a gente grava, edita, corta bonitinho e aí joga no ar. Fica uma coisa bem profissional, tanto é que as pessoas ligam pra gente e não sabem que a gente é rádio comunitária. “Ah, vocês são rádio comunitária? Não parece!” Porque a gente procura umas vinhetinhas bonitinhas, bem feitinhas, é uma coisa bem organizadinha mesmo. A gente procura organizar da maneira que a gente sabe e pode fazer. Às vezes, eu tô dormindo e o telefone toca pra turma perguntar o telefone da rádio. Eu vou lá, pego o telefone,

passo pra turma. Outro dia, ligou uma família lá pra rádio, uma mulher com 5 filhos. Venceu o aluguel de R\$60,00 e ela não tinha dinheiro pra pagar. A dona da casa colocou a mulher e os filhos pra fora, e o marido tava trabalhando. Então, a gente colocou a mulher e os filhos lá dentro da rádio, arranjamos comida e eles dormiram lá dentro mesmo. Isso não é ter postura comunitária? Agora, quando o programador evangélico quiser fazer uma programação, a gente tem um contratozinho: “Olha, por favor, não fale mal de religião, não fale isso, nem a, nem b...” Nós temos isso aí e ele assina o contrato. Se ele falar, nós tiramos do ar porque esse não é o objetivo. O objetivo da rádio é levar informação, coisas boas pra comunidade. Tanto é que tem uma quadra, a quadra do Dora, ele vai lá com o advogado que nós temos, que faz programação cultural, e ele é católico. Ele vai lá e faz a programação dele junto com o Raimundo Moura. Ele divulga os eventos que ele tem na quadra dele, e ele abre espaço também pros evangélicos porque é uma comunidade que anda unida naquela região. O colega ali tava falando que não pode cobrar apoio. Nós temos bastantes apoios culturais que nos ajudam, porque uma rádio necessita de verba. Nós passamos de hora em hora os blocos comerciais. A cada uma hora fechada, cinco minutos é pros apoios culturais. No jornalismo, estamos nos organizando pra inserir notícia tanto ao vivo como pré-gravada. De manhã, a gente fica só dando os blocos. Porque na época que eu fazia AM e FM convencional, eu fazia um noticioso de 3 minutos. Três minutos é mais que suficiente pra levar as informações. Você vê a CBN ? A CBN passa 2 minutos pelo mundo e em 2 minutos passa muitas informações. [refere-se ao programa diário “Dois minutos pelo mundo”, produzido e distribuído pela BBC - Brasil e veiculado diariamente na CBN /Sistema Globo de Rádio]. A Bandeirantes tem cinco minutos de repórter Band Sat, em horas diferenciadas, e jornalismo local de 15 minutos. Mais do que o suficiente. Então, nós estamos organizando a produção assim. Eu trabalho numa empresa e o outro período que me sobra eu dedico à rádio e vou até à noite. Mas é muito cansativo pra produzir, pra fazer todo o trabalho. Na rádio convencional, tem uma equipe especializada. Se você é o telefonista, você é só o telefonista. Você é discotecário, é só discotecário. Agora, se você é produtor, você tá lá na sala com tudo quanto é aparatos, tem os computadores recebendo e-mail toda hora, tem os SACs, tem a prefeitura enviando releases e CDs etc, etc... Estamos implantando a internet lá na rádio pra receber e-mails, receber releases de prefeitura, de agência de notícias.

Queremos fazer uma rádio viva, voltada pro povo, com coisas que o povo precisa ouvir.”

5.1.6.6 - Rádio Caminho para a Vida (São Mateus)

O distrito de São Mateus fica no extremo leste de São Paulo, na divisa com o município de Mauá. A maioria dos seus 380 mil habitantes vive em condições de pobreza. Cerca de 14% dos chefes dos mais de 100 mil domicílios ali instalados não têm rendimentos. Dez por cento de suas famílias moram em favelas, como a do Jardim Tietê e a do Parque das Flores, taxa que cresce ao ritmo de 5% ao ano (SÃO PAULO, 2004). A mantenedora da Caminho Para a Vida FM é a Associação Rádio Comunitária Caminho para a Vida. Seu diretor, Almir Ribeiro dos Santos, foi um dos pioneiros moradores do Parque das Flores, bairro que há onze anos vem ajudando a organizar. Em seu depoimento, Almir contou como a rádio começou, junto com o bairro, a apoiar o povo do lugar:

“Nosso bairro é novo, o Parque das Flores, tem onze anos e ali moram trinta mil famílias. A rádio começou junto com o bairro e nosso objetivo era e ainda é apoiar o nosso povo. A rádio tem também o apoio do posto de saúde, da delegacia, do subprefeito, de todo mundo. Todo mundo tem direito de falar na rádio, só que a rádio é evangélica e só toca louvores; disso eu não abro mão. Se eu não falar isso eu to mentindo. Tenho que ser realista. Mas nós estamos levando a rádio assim e estamos tentando legalizar ela. Uma vez tentaram fechar a gente, mas o delegado da 55 [55º Distrito Policial] foi lá, revistou e tentou liberar a rádio pra mim, mas não deu. Eu operava com 300 watts. Ele falou “Almir, abaixa isso, coloca 100, vai levando aí devagar que os cara [da Anatel] tão no seu pé...” Aí colocamos 100 watts e continuamos. Nesse ponto de tocar só louvores evangélicos, quero dizer que é assim agora porque a rádio não tá uma coisa totalmente legalizada. Pra tocar outro tipo de coisa vamos ter que discutir depois que vim a legalização. Nós trabalhamos dentro de uma associação de bairro. A diretoria é formada por doze pessoas e todos

têm programa na rádio. Temos apoio da liga de futebol, temos uma área grande que usamos para fazer eventos pras crianças e isso é um meio de tirar os meninos da rua. Tem sábado que a gente deixa a programação só pras crianças e coloca no ar só louvores infantil, pede apoio pro bar e faz um cachorro quente e distribui guaraná. Nós temos também lá cadeira de roda, temos um carro que funciona 24 horas. Nosso bairro é meio distante e tem rua lá que não entra carro. Uma certa feita, encontraram uma pessoa morta lá e ela ficou dois dias esperando porque não tinha como tirar. Os voluntários da rádio foram lá, tiraram a pessoa de lá de baixo com a ajuda do bombeiro e nós trouxemos ela pra cima. Então, é um trabalho social. A rádio não cobra pra divulgar coisas, ela é mantida por donativo. A pessoa vai lá, se quiser ajudar, ajuda. Não tem esse negócio de que um vai pagar x, outro vai pagar y. Isso não existe, todo mundo lá sabe disso. Isso é um problemão porque tem vez que, no final do mês, não dá nem pra fazer manutenção. A gente tem que dar um jeito de apertar e fazer tudo sozinho porque tem que fazer manutenção todo mês mas a gente não sai cobrando ninguém. E assim a gente vai levando...”

5.1.6.7 Palavras do povo, grávidas de mundo

Das seis emissoras estudadas, quatro estão instaladas na zona sul e duas na zona leste da capital.



Figura 10 – Localização das emissoras comunitárias no município de São Paulo

Notadamente, são áreas periféricas, com grandes extensões territoriais e enorme população de baixa renda – público que mais desafia os diversos programas sociais de sucessivas administrações municipais, estaduais e federais.

Nesses locais, os movimentos sociais comparecem, há décadas, com contribuições importantes em praticamente todas as áreas das políticas públicas: segurança, saneamento, transporte, moradia, saúde e educação. Contudo, nos últimos anos, concomitante ao surgimento de inúmeras organizações não-governamentais nas mais diferentes áreas de atuação social, instalou-se um

processo gradativo de esmorecimento dos movimentos sindical, associativo e popular.

Por outro lado, o crescimento populacional, o desemprego, o gradativo deslocamento humano para áreas mais periféricas dos municípios, o acesso descontextualizado e pouco seletivo dessa população às informações sobre os direitos sociais instalados nas políticas públicas e a ausência do poder público em responder às necessidades básicas dessa camada populacional facilitaram aos grupos religiosos, de diversas expressões, a adoção, de forma assistencialista, de algumas funções básicas do Estado.

Com diferentes matizes e acentos, as narrativas acerca do cotidiano das rádios comunitárias revelam dificuldades e deficiências que são comuns à grande maioria das emissoras de baixa potência em operação no Brasil. Referem-se a questões como sustentabilidade financeira, dificuldades em produzir conteúdos e organizar a programação, qualidade dos vínculos estabelecidos com a comunidade, falta de capital humano e dificuldades em legalizar a emissora - item este presente em todos os depoimentos coletados.

De fato, trata-se de uma situação impeditiva, de caráter técnico, jurídico, mas sobretudo político: desde que a Lei da Radiodifusão Comunitária entrou em vigor no país, em 1998, a cidade de São Paulo ainda não foi contemplada com aviso de habilitação. Portanto, nenhuma das rádios comunitárias de São Paulo funciona, ainda, de forma legal.

Para melhor compreender este complexo cenário, passamos a delinear os contornos da política de radiodifusão comunitária em âmbito nacional, com ênfase na região de São Paulo.

5.2. Contornos da política de radiodifusão comunitária no Brasil

Duas Leis, dois Decretos, duas Normas Complementares, onze Portarias e duas Medidas Provisórias publicadas em caráter oficial entre fevereiro de 1998 e outubro de 2005 constituem os instrumentos legais que, em conformidade aos princípios constitucionais, historicizam e regulam os serviços de radiodifusão de baixa potência no Brasil (BRASIL, 2006).

A radiodifusão comunitária foi oficializada como um serviço público regular a partir da Lei 9.612, assinada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e por seu Ministro das Comunicações Sergio Motta, em 19 de fevereiro de 1998. Dez anos, portanto, de promulgada a Constituição que assegurou ao povo brasileiro, no bojo da redemocratização do país, seu direito à livre manifestação de idéias e opiniões “sob qualquer forma, processo ou veículo, sem qualquer restrição” (BRASIL, 1988) e reconheceu a importância da participação da sociedade civil na formulação, execução, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.

De forma sintética e de acordo com os desdobramentos políticos e técnicos que desde 98 se incorporaram ao arcabouço legal, a legislação em vigor define a rádio comunitária como um serviço de radiodifusão sonoro que opera em frequência modulada, baixa potência e alcance restrito. Sua área de cobertura é limitada ao raio de no máximo mil metros contados a partir de sua antena transmissora. Seu equipamento transmissor, obrigatoriamente certificado pela ANATEL, opera com potência máxima de saída de 25 watts. Trata-se, em tese, de uma pequena estação de rádio.

Na perspectiva legal do poder concedente, uma rádio comunitária tem como objetivo proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades:

Uma rádio comunitária deve divulgar a cultura, o convívio social e os eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população [...]. A programação diária de uma rádio comunitária deve conter informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas. Deve estimular tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais. Deve respeitar sempre os valores éticos e sociais da pessoa e da família e dar oportunidade à manifestação das diferentes opiniões sobre o mesmo assunto (BRASIL, 2006).

A lei também define que a execução do serviço de radiodifusão comunitária está restrita às fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registradas, com sede na comunidade em que pretendem prestar o serviço. Seus dirigentes devem ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade.

A entidade candidata-se a uma autorização para rádio comunitária através de encaminhamento de formulário de demonstração de interesse ao Ministério das Comunicações, em Brasília. Se houver canal (frequência) disponível para a localidade de interesse, o Ministério das Comunicações publica o Aviso de Habilitação no Diário Oficial da União. Com isso, a solicitante deve entregar, dentro do prazo estabelecido no Aviso, os documentos exigidos. A autorização é concedida por dez anos, podendo ser renovada por igual período. Por lei, cada entidade pode receber apenas uma autorização para execução do serviço e está proibida de transferi-la a terceiros.

Tanto em página eletrônica quanto em publicações oficiais disponíveis sobre o assunto o Ministério das Comunicações adverte, de forma destacada, que uma rádio comunitária

não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo com partidos políticos ou instituições religiosas [...] a instalação e funcionamento de estação de rádio, sem a devida autorização, é crime Federal, punido com prisão dos responsáveis e apreensão dos equipamentos. Essa penalidade é aplicada não somente ao proprietário da estação clandestina, como também a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estejam ligados a essa atividade ilegal (instaladores, vendedores e fabricantes de equipamentos, anunciantes etc.) (BRASIL, 2006).

5.2.1 Números oficiais

Segundo dados apresentados na Mesa de Trabalho da Associação Mundial das Rádios Comunitárias e Cidadãs (AMARC)¹⁰ pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, através da Coordenadora do Serviço de Radiodifusão Comunitária Alexandra Luciana Costa, 11.605 pedidos de autorização de funcionamento de rádios comunitárias foram analisados pelo Departamento de Outorga entre fevereiro de 1998 e outubro de 2006.

Do total de pedidos, 2.611 foram autorizados e 4.842 arquivados¹¹. Ainda estão em análise 4.152 processos, dos quais 756 em exigência¹² e 366 em análise final.

¹⁰ Reunião realizada na OBORÉ, Escritório Paulista da AMARC, dia 10 de outubro de 2006, para discutir com o Ministério das Comunicações uma solução para a situação da cidade de São Paulo e outros 9 municípios vizinhos, ainda sem aviso de habilitação para o serviço de radiodifusão comunitária.

¹¹ O requerimento foi arquivado em função de inviabilidade técnica para publicação de aviso de habilitação.

¹² Há pendências técnicas ou jurídicas na documentação apresentada pela entidade ao poder concedente.

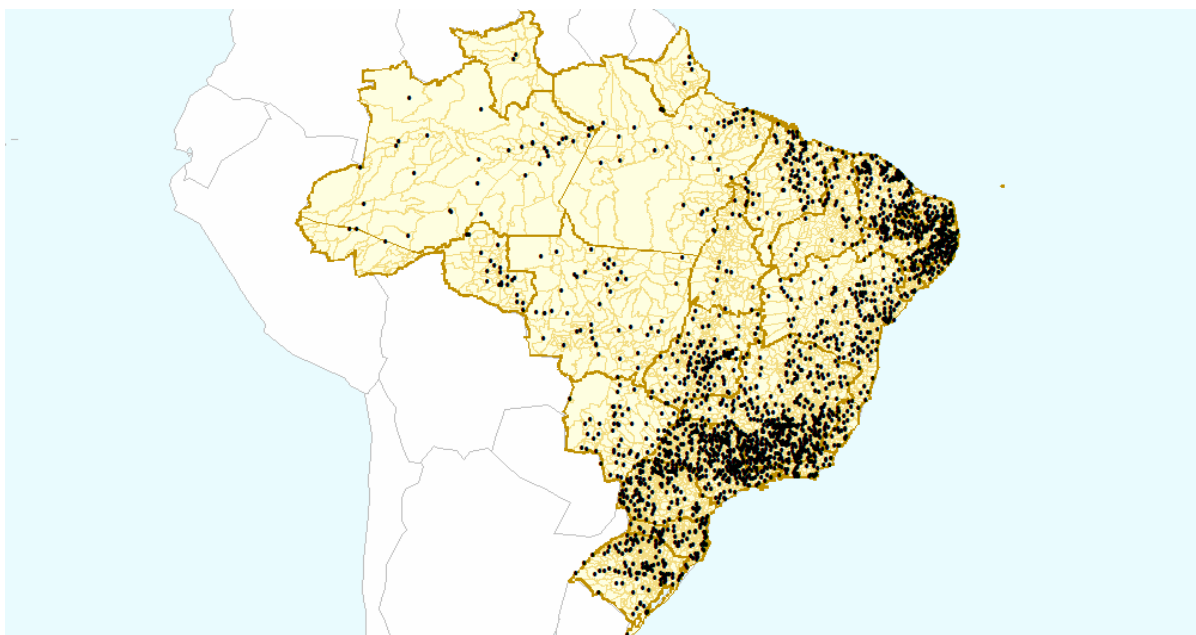


Figura 11 - Localização das 2.611 emissoras comunitárias oficializadas pelo Ministério das Comunicações até outubro de 2006.

5.2.2 São Paulo, um caso à parte

Nenhuma das emissoras contempladas com licença definitiva de funcionamento tem sede em São Paulo. A cidade está fora do mapa das autorizações de outorga (BRASIL, 2006), junto com mais nove municípios vizinhos. O próprio Ministério das Comunicações reconhece 335 entidades da Capital de São Paulo com documentação apresentada em Brasília mas ainda sem parecer técnico.

Importante destacar que, de 2003 a 2006, foram 8.100 novos requerimentos apresentados ao Departamento de Outorgas. Muitas entidades aguardam resposta oficial do Ministério há mais de cinco anos. Outras tantas, menos pacientes, colocam a rádio em funcionamento, correndo o risco de visitas da ANATEL e da Polícia

Federal. São essas duas organizações que, juntas, têm protagonizado operações de apreensão de equipamentos, fechamento de emissoras e, não raro, prisão dos responsáveis. Tais situações têm ocorrido no país inteiro e são cada vez mais freqüentes.

Embora a ANATEL tenha designado, desde abril de 2004, o canal 198 para as rádios comunitárias da cidade de São Paulo (freqüência 87.5) (BRASIL, 2006), nenhum chamamento oficial do Ministério das Comunicações para que as associações e fundações interessadas formalizassem seus pedidos de funcionamento tinha sido publicado até meados de outubro de 2006.

De acordo com o Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério, Joaílson Ferreira, o motivo é técnico dada a inconveniência de outorga de emissoras comunitárias em regiões de elevada conurbação enquanto prevalecerem os critérios estabelecidos na Norma Complementar 1/2004, referindo-se à distância mínima de quatro quilômetros entre as estações executantes para assegurar uma relação de proteção, ou seja, evitar interferência de uma emissora na outra no momento transmissão. Tal parecer está respaldado por estudo elaborado pela própria ANATEL e Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD): uma política de outorgas que considere apenas a preservação da distância mínima entre estações poderá conduzir à prestação do serviço com qualidade aceitável em uma área de cobertura inferior ao estabelecido na regulamentação vigente, que corresponde a um círculo de um quilômetro de raio.

Em termos simplificados: mesmo cumprindo a distância mínima de 4 km para as antenas (estabelecida na Norma Complementar 01/2004), poderiam surgir na região metropolitana de São Paulo agrupamentos muito densos de emissoras comunitárias de tal forma que haveria uma interferência entre elas que reduziria o

contorno efetivo de proteção de 1 km para 510 metros, não atendendo ao texto da própria Norma. Além das inevitáveis interferências entre as estações, apenas 7% da área da comunidade seria potencialmente coberta pela emissora. Para o CPqD, os instrumentos legais atuais não dão conta de resolver a situação do município. A sugestão da ANATEL para o impasse é que na região metropolitana seja provisoriamente considerada uma distância de 6km entre as estações comunitárias.

Configura-se um novo cenário, onde a legislação em vigor é incapaz de viabilizar a existência de rádios comunitárias em São Paulo. O parecer técnico exarado pela ANATEL e pelo CPqD reforça a necessidade de um planejamento, de âmbito regional, para evitar a concentração de antenas transmissoras e a redução do contorno de serviço causado pela interferência combinada das estações, conforme demonstra o estudo referendado pelo Ministério das Comunicações. Reforça, inclusive, a tese de que é preciso uma solução local para desatar tecnicamente este nó, uma vez que a distância de 6 km entre as emissoras abre espaço para apenas 37 rádios comunitárias na cidade.

Importante recuperar que a radiodifusão em geral e o serviço de radiodifusão comunitária estão sob proteção do Estado Brasileiro, conforme prevê o artigo 22 da Constituição. Em tese, somente a Câmara Federal teria competência para propor alterações na legislação, no tocante às concessões. Contudo, baseado nos princípios do Federalismo, o município de São Paulo aprovou uma lei que garante a instalação de rádios comunitárias em seu território. Sancionada em 23 de junho de 2005 pelo então Prefeito José Serra, a Lei 14.013 descentraliza da esfera federal para a municipal as decisões sobre a exploração dos serviços de radiodifusão comunitária e instrumentaliza o poder local a tornar mais ágil a análise dos processos, a emissão das autorizações e, principalmente, a fiscalização desses

serviços. Com a descentralização dos processos, potencializa-se a fiscalização sobre quem são, realmente, os beneficiários das autorizações.

Outro ponto importante da lei municipal é o de favorecer a auto-sustentação das pequenas emissoras ao permitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural ou inserção publicitária, desde que esses recursos sejam, obrigatoriamente, revertidos para a própria emissora e administrados pela associação responsável. Nas regras federais, uma rádio comunitária não pode veicular publicidade. Só é permitido apoio cultural (citação do nome da entidade apoiadora) desde que restrito aos limites de seu raio de alcance de um quilômetro. Isso praticamente inviabiliza a existência e sustentabilidade da emissora pois, mesmo contando com mão-de-obra voluntária, a rádio precisa de recursos para compra, manutenção e atualização de equipamentos, além de outras pequenas despesas como contas de luz e telefone. Pior: dá margem à ação do narcotráfico, das facções criminais, pregações e cultos religiosos de finalidade meramente financeira e dos políticos ricos de direita, reconhecidamente os que têm dinheiro na mão para investir e financiar pessoas, projetos e entidades localizadas em regiões em que têm interesses estratégicos.

Este marco legal faz de São Paulo a primeira grande cidade brasileira a ter o direito de autorizar o funcionamento de rádios comunitárias. Apesar de grande, a conquista ainda é parcial: o executivo municipal ainda não definiu regras pormenorizadas de operacionalização pois a ABERT apresentou recurso contra a lei através do Ministério Público. Todos os desdobramentos ainda tramitam na esfera jurídica.

Outro respaldo legal que pode potencializar esta iniciativa do executivo paulistano está na nova Lei de Zoneamento do município. O Plano Diretor do Município de São Paulo, que vigorava desde 1971, foi remodelado em 2002 (lei

13.430 de 13.09.2002) (SÃO PAULO, 2006) e previu revisões a cada dois anos. Em 2004, através da lei 13.885, estabeleceram-se normas complementares ao PDE e instituídos os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispondo sobre o uso e ocupação do solo no município (Lei de Zoneamento) (SÃO PAULO, 2006). No artigo 266 da Lei de Zoneamento há a determinação de que o Executivo desenvolva o Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária e o incorpore à revisão de 2006.

Este importante documento define e planeja o desenho futuro do município. Pode colaborar, em muito, com o Ministério das Comunicações no desafio de encontrar mecanismos adequados de distribuição territorial das rádios comunitárias na cidade, inclusive de acordo com os princípios da legislação federal: distribuir as pequenas emissoras de forma organizada, a partir dos dados geográficos locais, como relevo e demografia, sem o risco de interferências de umas sobre as outras. O artigo 266 prevê ainda a participação da sociedade no desenvolvimento das regras para a instalação das rádios, desenvolvimento de sistema público de controle de cadastros georreferenciados e formas de participação do Executivo Municipal na produção de conteúdos. Entretanto, a Câmara de Vereadores ainda não trabalhou sobre a revisão do PDE prevista para 2006. Todas essas possibilidades de entrosamento ainda estão por concretizar:

O Executivo deverá desenvolver o Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária, a ser incorporado ao PDE quando de sua revisão, abrangendo no mínimo os seguintes pontos:

- I. definição das regras a serem observadas para instalação de rádios comunitárias, de acordo com a legislação própria e com base em processo participativo;
- II. desenvolvimento de sistema público de controle e cadastro georreferenciado;
- III. formas de participação do Executivo na produção de conteúdo a ser disponibilizado para veiculação.

Parágrafo único. As diretrizes para a elaboração do Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária são:

- I. democratização do acesso aos meios de transmissão, inclusive no que diz respeito ao espectro de frequências, cf a legislação federal;

- II. garantia da viabilidade técnica do meio, de forma a evitar interferências de radiofreqüência;
- III. garantia da participação da sociedade civil e de suas entidades representativas nos processos de elaboração, decisão e gestão;
- IV. garantia da pluralidade de pensamento e de representação, com espaço na programação para temas ligados a etnia, gênero, diversidade de orientação sexual e deficiência física e mental;
- V. priorização das rádios relacionadas a programas e ações de saúde, educação e cultura (SÃO PAULO, 2006).

5.2.3 A discussão sobre o poder local

Fruto de uma luta de seis anos que reuniu, em sua fase inicial, as principais lideranças locais do movimento das rádios comunitárias, músicos, órgãos públicos da saúde, educação, cultura, universidades e entidades simpáticas à causa da democratização dos meios de comunicação, a construção de uma lei de municipalização para as rádios comunitárias amparou-se em uma ampla frente política, interinstitucional e interdisciplinar que começou a ganhar corpo no fim dos anos 90, quando da realização do *workshop* Direito Constitucional e Radiodifusão Comunitária.

Organizado pela Escola de Comunicações e Artes da USP e pela OBORÉ, o evento reuniu, no dia 14 de outubro de 1999, na Sala da Congregação da Escola, representantes de rádios comunitárias de São Paulo, do Legislativo, Judiciário, Ministério Público, da Aeronáutica, engenheiros, jornalistas e professores de Comunicação. O ponto alto do encontro foi a palestra do advogado Paulo Fernando Silveira, juiz federal especialista em Direito da Radiodifusão Comunitária e autor de uma obra de referência no assunto (Silveira, 2001). Conhecido como um incisivo defensor da democratização dos meios de comunicação, o juiz já tinha concedido, à época, mais de cem liminares para o funcionamento de rádios comunitárias na região de Uberaba, no Triângulo Mineiro. Silveira é defensor do argumento de que é

o município que deve conceder a autorização para o funcionamento das rádios comunitárias apoiando-se nos princípios do Federalismo. Esses princípios asseguram força política autônoma aos estados e municípios para decidirem sobre questões regionais e locais, respectivamente. Definem também que apenas os assuntos de interesse nacional ou que envolvam mais de um Estado é que são discutidos no âmbito da União.

Diz o juiz federal que a partir do momento em que o município recobra sua parcela de poder político indevidamente usurpada pela União, resgata sua autogovernabilidade política, como quer a Constituição Federal, proporcionando aos seus munícipes o poder de decidirem sobre os interesse locais.

[...] contudo, remanesce uma pretensão que reputo maior e mais nobre: libertar o povo brasileiro da ignorância, romper com a dominação elitista do setor das comunicações e, em decorrência, democratizar o país, retirando nossas sofridas maiorias do domínio político de minorias oligárquicas, que impedem o crescimento nacional e negam a justiça a milhares de irmãos, ao arrostarem sem reboço os princípios constitucionais da liberdade de expressão e da igualdade, este último o pilar que sustenta o regime democrático de um povo livre (SILVEIRA, 2001, p.2).

5.2.4 Direito à vez, direito à voz

A questão das rádios comunitárias pode ser analisada em vários terrenos. Do ponto de vista financeiro, há resistência das grandes emissoras, representadas pela ABERT em dar espaço à atuação das pequenas, que respondem basicamente por informações de interesse locais, dando vez e voz às demandas concretas das suas comunidades. Tal concorrência pode significar perda de hegemonia e de audiência real dos grandes veículos, se somadas as várias comunidades que têm seus meios próprios de comunicação e a eles se fidelizam.

A prática tem demonstrado que pequenas emissoras comunitárias têm conseguido índices altos de audiência e de aceitação pelas comunidades locais. Primeiro porque desenvolvem uma programação sintonizada com os interesses, cultura e problemática locais. Segundo porque têm revelado grande capacidade de inovar programas e linguagens, o que as diferenciam das FMs tradicionais. Terceiro porque acabam revelando um grande potencial de atrair os anunciantes locais tanto pelo preço mais baixo das inserções, quanto pela possibilidade da alta segmentação de mercado, ou seja atinge diretamente o público-alvo do anunciante local. Todavia, dinheiro não é tudo que interessa, não o único motivo para a contestação às rádios comunitárias. Elas são portadoras de um conteúdo político que amedronta os três poderes constituídos [...] (PERUZZO, 1998b, p.7).

Outra alegação da ABERT é de que as pequenas emissoras interferem na transmissão das grandes, e mais que isso: atrapalham a frequência dos aviões e das ambulâncias, significando riscos à população. Se analisado do ponto de vista técnico, o uso de equipamentos homologados e a observância aos princípios da lei da radiodifusão comunitária encerrariam tal impasse. Mas sabemos que o ponto central não está apenas no questionamento financeiro, técnico ou legal. A política de concessões praticada no Brasil, que privilegia senadores, deputados e políticos influentes de tendências ideologicamente conservadoras, com o advento das pequenas emissoras locais teria um concorrente real: a voz da comunidade questionando justamente essas políticas conservadoras expressas nos meios de comunicação tradicionais.

Não é à toa que já há duas décadas o movimento que deu origem ao serviço de radiodifusão em baixa potência tinha como bandeira de luta a democratização dos meios de comunicação e a busca de informações alternativas às divulgadas nos meios hegemônicos. De certa forma, isso explicaria os *lobbies* constantes dos grandes conglomerados de comunicação junto ao Congresso Nacional, selando compromissos de barrar mudanças significativas no Código Brasileiro de Telecomunicações (de 1962 e posteriormente seus diversos decretos, portarias e

normas regulamentadoras) e Lei Geral das Telecomunicações (de 1997 e também seus diversos decretos, portarias e normas) e abafam discussões sobre a radiodifusão privada, pública, comunicação comunitária, TV paga, telecomunicações e informática, controle de propriedade, propriedade intelectual e acesso à informação.

Não é novidade que o acesso aos meios e o conteúdo das informações estão fortemente vinculados e monopolizados pelo poder político e econômico. Os movimentos de quebra desses monopólios, apesar das fortes resistências, continuam atuando de forma legítima mas não necessariamente legal nas brechas do sistema vigente. Nesse sentido, é até possível dizer que os pequenos veículos de comunicação, voltados para um território fisicamente delineado, continuam alternativos, à margem, transitando na contra-mão das grandes linhas do desenho rascunhado pela globalização.

Quanto a questão da ilegalidade desse tipo de transmissão, de fato sob o ponto de vista jurídico é discutível, pois a lei das telecomunicações e a Carta Magna do país colidem no assunto. Porém, podem ser consideradas como legítimas, pois têm uma função social importante no processo de convivência e desenvolvimento comunitário. Atendem a uma carência crescente de comunicação em nível local, a que a legislação não soube se adiantar. Além de muitos municípios brasileiros não disporem de emissoras de rádio (setenta por cento), em geral as rádios existentes tem uma programação descolada das problemáticas locais, eminentemente musicais e padronizadas, e em alguns casos transmitem em rede nacional, operadas a partir dos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro (PERUZZO, 1998b, p.8).

No caso das emissoras locais, a política governamental tem sido dúbia. O mesmo governo criminaliza mas utiliza-se desses recursos comunitários e populares para se conectar aos movimentos sociais, como é o caso do Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, da Educação e da Cultura, por exemplo.

[...] muito se tem a crescer em qualidade participativa na programação e na gestão de veículos de radiodifusão comunitária. Mesmo porque somos um povo sem tradições participativas e culturalmente impregnado de viéses de conformismo e tendência a transferir aos governantes a responsabilidade pela solução dos problemas sociais. Contudo, nas duas últimas décadas a praxis dos movimentos populares começaram a alterar esse quadro ao possibilitarem a elaboração cultural de novos valores, muitos dos quais podemos ver incorporados em experiências de comunicação comunitária. A experiência da radiodifusão comunitária evidencia uma crescente demanda pela mídia local e por programas locais nos grandes meios massivos. São canais que possibilitam a expressão das diferenças e ao mesmo tempo das identidades culturais das populações locais (PERUZZO, 1998b, p.13).

É no espaço dessa contradição que mora a importância de se refletir e buscar os embasamentos que explicam - e até justificam - a política que vem sendo adotada pelos sucessivos governos em relação à radiodifusão comunitária.

Importante registrar que em março de 2003, início do Governo Lula, uma grande mobilização das entidades de representação das rádios comunitárias conseguiu com que o Ministro das Comunicações Miro Teixeira criasse um Grupo de Trabalho com o objetivo de diagnosticar a situação e propor ações para desburocratizar o setor das autorizações. Na prática, nada avançou e a repressão às emissoras prosseguiu de forma exponencial. Em novembro de 2004 um novo Grupo de Trabalho, desta vez interministerial, foi criado pelo então Ministro Eunício de Oliveira para produzir novo diagnóstico e novas propostas para disseminar pequenas rádios por todo o Brasil. O relatório final, entregue em setembro de 2005 ao presidente Lula pelo novo ministro, Hélio Costa, não foi oficialmente divulgado (BRASILIA, 2005). As buscas e apreensões de equipamentos pelos órgãos federais continuaram por todo o Brasil.

Um dos casos mais recentes de retenção de equipamentos foi o da rádio Heliópolis, instalada em 1992 na capital de São Paulo e administrada pela UNAS – União de Núcleos, Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco. Parceira do governo federal, estadual e municipal em diversos projetos sociais e uma das grandes experiências brasileiras de comunicação comunitária a rádio está instalada em uma área ainda não regularizada da zona sul da cidade que concentra mais de 120 mil habitantes.

Na manhã do dia 20 de julho de 2006, por decisão da Justiça Federal, a Polícia Federal e a ANATEL lacraram a rádio, após 14 anos de funcionamento ininterrupto e apreenderam uma mesa de som, dois microfones, uma CPU, um gerador de estéreo e um transmissor. Também foi aberto processo criminal contra dois dirigentes da UNAS, João Miranda Neto, presidente da entidade, e Geronino Barbosa, diretor geral da rádio.

Fruto de inúmeras articulações sociais e políticas e de fortes manifestações de solidariedade, os principais coordenadores da ANATEL encontraram uma solução técnica e jurídica capaz de resolver o caso: autorizar a execução do serviço especial para fins científicos ou experimentais no canal 199, supervisionado por uma universidade ou instituição de ensino. Os trâmites desta operação notadamente política estão em andamento e, possivelmente, ainda em 2006, tal alternativa venha a resolver o impasse pontual de Heliópolis (BREVE; DIAS; COUTO, 2006). Mas não resolverá o pano de fundo da questão, que é oficializar o aviso de habilitação para São Paulo.

No momento em que a maior metrópole do país é assolada por uma onda de violência urbana protagonizada por organizações criminais ligadas ao narcotráfico, é reprimida uma iniciativa que, reconhecidamente, colabora no fortalecimento das

lutas populares e na organização da sociedade por meio da difusão de valores como a solidariedade e a justiça.

Duas semanas depois do fechamento da rádio Heliópolis e imediatamente após a adoção de solução provisória ao caso, a Polícia Federal em São Paulo, através da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, desencadeou a *Operação Sintonia* com o objetivo de cumprir mais de 40 mandados judiciais de busca e apreensão na Grande São Paulo e encerrar as atividades de diversas rádios que operam sem a autorização da ANATEL. A operação lacrou, no dia 02 de agosto, 16 emissoras na Grande São Paulo e mais 26 no dia 18 de setembro.

É neste conturbado e contraditório cenário que se dá a entrada do Brasil na nova era do rádio, a da transmissão digital.

6 PALMILHANDO OS ESPAÇOS DE INTERVENÇÃO

Se analisados de forma conjunta, os dados anteriormente expostos apontam que o universo do rádio estudado nesta pesquisa é apresentado aos ouvintes por homens com idade entre 30 e 45 anos, com 2º grau completo, formação específica em Locução e Técnicas de Entrevista e Reportagem e com conhecimentos básicos de Informática. Antigo na emissora, esse radialista-padrão já participou de cursos, seminários ou oficinas sobre Comunicação, Criança e Adolescente, Educação, Cultura, Cidadania, Meio Ambiente e Saúde.

Esse comunicador considera, essencialmente, que atividades de reciclagem e aperfeiçoamento na área do Jornalismo (técnicas de entrevistas, reportagens e produção de textos) e na área da Gestão (para aprender a organizar modelos de programação e a sustentar financeiramente seu programa ou sua emissora) poderiam colaborar na melhoria de sua atuação profissional.

Como contraponto a este perfil, os dados da pesquisa também apontam que um entre cada três comunicadores do rádio nunca fez curso algum - nem na área radiofônica nem em conteúdos - desde que começou a atuar, profissional ou voluntariamente, nos microfones de alguma emissora.

Dos dados recolhidos especificamente no sub-sistema da radiodifusão de baixa potência, evidencia-se, além das dificuldades de legalização e de auto-sustentação da emissora, uma grande demanda de formação em locução, apresentação de programas e redação de notícias. Referências à falta de conhecimento para organizar a programação da rádio e produzir conteúdos de programação, aliada à falta de acesso e habilidade em trabalhar com as novas

tecnologias, incluem-se entre as deficiências localizadas entre esses comunicadores populares.

Olhando para as 79 grades de programação das emissoras, mesmo com as já citadas dificuldades de análise em função da pobreza de seus enunciados, verifica-se que retratam um rádio que opera, em média, 17 horas diárias, das quais 60% é dedicada à música; 30% aos programas de variedades e 10% ao noticiário jornalístico.

Um ouvinte ligado em tempo integral nesta emissora-padrão, invariavelmente ouvirá mais de dez horas de música, de estilos sertanejo, jovem guarda, forró e brega. Ouvirá cerca de hora e meia de programação religiosa; uma hora de noticiário ou debate esportivo e duas horas e meia de variedades – momentos que permitirão a ele (ou a ela) acompanhar a previsão do tempo e da temperatura na sua cidade e região, conferir a hora certa e os resultados da loteria esportiva, divagar sobre as surpresas que o seu signo do zodíaco lhe reserva, atualizar-se sobre as ações da polícia e do movimento das delegacias através do boletim policial e saber quem são os aniversariantes do dia. Temas de saúde, educação e cidadania ocuparão não mais que quinze ou vinte minutos de seu tempo. Ouvirá também duas horas de notícias: uma hora da Voz do Brasil e mais uma hora de outras informações locais, nacionais e, eventualmente, internacionais.

Se esse ouvinte estiver sintonizado em uma das 59 rádios comunitárias da amostra, terá mais chance de passar um recado ao vivo ou reclamar dos problemas da sua rua ou do seu bairro. Poderá também conhecer as ofertas de empregos na sua região, saber das reuniões de sua associação, atualizar-se com as fofocas do mundo artístico, ouvir o resumo das novelas ou acompanhar as simpatias quentes para aquele dia. Grande possibilidade também de passar várias horas embalado ao

som de hinos evangélicos e sermões religiosos. Terá chance de ouvir o *Plantão Saúde*, produzido pela OBORÉ. O programa *A Gente Sabe, a Gente Faz*, do SEBRAE. O *Viva a Vida*, da Pastoral da Criança. A *Prosa Rural*, da Embrapa. Ou ainda os programas institucionais do Sindicato de Trabalhadores Rurais, dos Servidores Públicos, dos Conselhos Comunitários de Segurança, dos Conselhos Tutelares, da Polícia Militar, dos Alcoólatras Anônimos, das associações de moradores e dos poderes locais como Câmaras, Prefeituras e Secretarias Municipais. Notícia jornalística, mesmo, este ouvinte só saberá das oficiais, uma vez que 34% dessas emissoras têm nos 60 minutos da Voz do Brasil o único espaço dedicado ao noticiário.

O retrato do rádio, revelado e analisado nesta pesquisa, aponta tendências, dificuldades e deficiências que são reconhecidas a partir da realidade social e econômica na qual estão inseridas e das condições culturais que proporcionaram suas diversas experiências sociais e comunicacionais, de variadas naturezas e expressões. Mas podem, também, ser interpretadas a partir das exceções localizadas na pesquisa e que denotam experiências de rupturas neste cenário tradicional do rádio.

Recuperando a tese de Santos, que corrobora ser a transformação do mundo a grande tarefa assumida pela Ciência na modernidade; e que, sendo objetiva e independente, não se apresenta neutra tampouco socialmente opaca, o desafio de reconhecer e interpretar este retrato a partir das exceções – portanto, a partir do novo - e prospectar alternativas para ressignificá-lo, pode ser aqui discutido através da *sociologia das ausências*, da *sociologia das emergências* e do *trabalho de tradução*.

6.1 Reconhecimento das Experiências pela Sociologia das Ausências

O simulacro de experiências em curso nas emissoras aqui analisadas, sejam tradicionais ou inovadoras, tende a produzir uma imagem enquadrada do veículo quando nos propomos a resgatar e a analisar os pontos em comum dessa diversidade. Portanto, mesmo que o retrato do rádio configurado anteriormente se apresente em formas e aspectos tradicionais, pouco engajados e pouco criativos, há que se destacar que, pontualmente, a presença de programas diferenciados em algumas das grades e o empenho de determinados comunicadores em adotar novos modelos de programas, já denotam certas diferenças de conteúdo e de propósitos que merecem ser reconhecidos e destacados.

Este exercício de localizar o que está sendo feito de novo, ou de não tradicional, para que a experiência não seja desperdiçada, é o que propõe Santos na sociologia das ausências: recuperar as ausências compreendendo-as como alternativas às experiências hegemônicas por terem, segundo ele, um caráter transgressor.

Então, as experiências detectadas precisam ser iluminadas, enaltecidas e incentivadas porque mostram, na prática, que é possível uma atuação diferenciada no rádio, seja ele comercial ou comunitário, e isso depende, em grande parte, do propósito que lhe conferir sua face humana, ou seja, o comunicador.

A título de exemplo, refiro-me a citações recolhidas na própria pesquisa dando conta de emissoras que transmitem programas e conteúdos diferenciados tais como os produzidos por sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, por postos e unidades de saúde, conselhos de segurança, conselhos tutelares e associações de moradores. Como os programas recreativos e educacionais para o público infantil,

as conversas com adolescentes e os espaços dedicados aos grupos e bandas locais. Como as dicas de pechinchas e permutas, as piadas, a leitura de textos literários e poesias, os conselhos veterinários para animais domésticos. Além do boletim semanal das atividades de uma escola de ensino fundamental, sempre divulgado ao vivo por seus professores.

Ao recuperar esses exemplos, a concepção de um rádio mudo de informação e surdo para os problemas e expectativas sociais de seu público começa, finalmente, a ser quebrada.

6.2 Interpretação de Expectativas pela Sociologia das Emergências

O objetivo de atuar no campo das interpretações de expectativas é ampliar os saberes e as práticas sociais de forma a identificar, em seus agentes, as tendências do futuro a partir das possibilidades e das capacidades desses agentes e de seus contextos sociais e econômicos. Significa atuar na ampliação de repertórios, saberes e práticas dos radialistas, colaborando com sua formação a partir de suas necessidades e expectativas profissionais e sociais. A isso Santos chama de contrair o futuro, fazendo com que as transformações se materializem em prazos mais curtos.

Aqui, entretanto, cabe uma problematização a respeito da natureza das expectativas. De onde elas se originam? Dos ouvintes, dos radialistas ou dos especialistas que se propõem a interpretá-las? Quem está solicitando um rádio melhor e diferente? Quem está solicitando mais habilidade nas falas do rádio ou mais conhecimento dos assuntos ditos ao microfone?

Gerida no espaço das novas expectativas sociais, Santos (1996) explica que a sociologia das emergências se manifesta pela via da percepção de pistas ou

sinais, reconhecidos em diálogos e conflitos possíveis em determinados campos de experiências, dentre eles o da comunicação. Pensando a percepção de pistas ou sinais como um ato crítico ou político, contra a imparcialidade ou neutralidade e a favor da autonomia e da cidadania; pensando também no papel educativo do comunicador, buscamos na argumentação de Freire - que entende ser a prática pedagógica, na sua essência, uma prática política – a importância da conscientização e de se “pensar certo” :

[...] me parece ser pouco tudo o que fazemos na defesa e na prática da ética universal do ser humano [...] daí a crítica permanentemente presente em mim à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia [...] daí o tom de raiva, legítima raiva, que envolve o meu discurso quando me refiro às injustiças a que são submetidos os esfarrapados do mundo. Daí o meu nenhum interesse de, não importa que ordem, assumir um ar de observador imparcial, objetivo, seguro dos fatos e dos acontecimentos (FREIRE, 1996, p. 14-17).

Nesse sentido, é possível responder, por exemplo, que a expectativa de um rádio diferente e melhor é uma necessidade social. Também é possível defender que o pesquisador tem como uma de suas tarefas e compromissos identificar e interpretar necessidades sociais. Daí o papel intelectual organizador da cultura, como defende Gramsci. Por outro lado, as demandas de formação recolhidas indicaram que os radialistas pesquisados reconhecem, concretamente, suas necessidades específicas para que possam atuar socialmente no cotidiano do rádio. Mas, onde e como buscá-las?

Quanto aos ouvintes, dada a surdez que acomete a maioria das rádios e o reduzido diálogo ao vivo nos microfones, penso que restam-lhes três posturas: manter o rádio ligado na emissora, mudar de frequência ou desligar o aparelho. Cabe aqui a observação de que a fiscalização e o controle social dos meios de

comunicação promoveriam o ouvinte ao *status* de participante, com condições de fazer com que as referências que hoje mantêm a programação e as falas do rádio pudessem, no mínimo, ser discutidas e reorientadas.

Voltando à questão da ampliação de repertórios para responder às expectativas e emergências, aqui estão recuperadas as principais demandas acusadas pela pesquisa e que podem ser classificadas em três níveis: Gerencial, Editorial e Pedagógico. Explico, abaixo, o porquê desta classificação.

Gerencial porque reúne expectativas ligadas à estrutura, gerenciamento e sustentação financeira do empreendimento rádio. Também aqui estão incluídas as ações e formalidades legais para as autorizações, concessões ou licenças de funcionamento das emissoras, em particular as de baixa potência. O nível gerencial requer capacidades e habilidades gestoras de diversas naturezas, principalmente as que se referem à tarefa de organizar tanto o empreendimento quanto a missão desses espaços comunicacionais.

Editorial porque reúne expectativas ligadas ao conteúdo e forma de se expressar dessa rádio, referindo-se, inclusive, à sua maneira de se apresentar enquanto veículo, seja através de grade e estilo de programação ou apresentação institucional.

Pedagógico porque reúne demandas e necessidades de formação para a prática cotidiana, compreendendo-se aqui que formar não é transferir conhecimento. Mais que treinar ou ensinar, como afirma Freire (1996, p.22) “formar é possibilitar a reflexão crítica sobre a prática de uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo.”

Parece inevitável e positivo que esses três níveis necessitem de entrosamento e se complementem à medida em que vão se exercendo, na prática.

De fato, na perspectiva pedagógica estão inseridos os outros dois níveis, Gerencial e Editorial, uma vez que dizem igualmente respeito a demandas de formação. A escolha pelo termo Pedagógico reflete, dentro do leque de expectativas ligadas a este nível, a necessidade de uma convocação diferenciada de repertórios a serem aplicados no espaço da emissora dedicado à produção de sentidos. Ou seja, colaborar na ampliação de repertórios que possam qualificar os conteúdos radiofônicos e as habilidades dos radialistas para que sejam capazes de criar novos sentidos e novas práticas. Isso envolve, na prática, ampliar a capacidade dos comunicadores de detectar problemas reais e propor soluções originais e criativas a esses problemas.

Em Tese de Doutorado intitulada “Trançando redes de comunicação - releitura de uma *práxis* da educação no contexto da saúde”, a educadora Ausônia Donato (2000)¹³ recupera o posicionamento das diversas teorias educacionais - as teorias não críticas, as crítico-reprodutivistas e as teorias críticas – cuja distinção reside na forma de compreender as relações entre educação e sociedade. Segundo a autora, os princípios da proposta pedagógica da teoria crítico-social dos conteúdos podem ser traduzidos pelo caráter reflexivo do processo educativo. Valoriza-se o ensino competente e crítico de conteúdos como meio de conscientizar para uma prática social transformadora.

A partir do início dos anos 80, alguns educadores passaram a questionar se era possível uma visão crítica da Educação, ou seja, perceber os determinantes sociais da Educação e, ao mesmo tempo, entendê-la como instrumento capaz de superar o problema da marginalidade. Para dar respostas a esta questão, uma nova perspectiva, foi gestada: a teoria crítico-social dos conteúdos. Admite ser a Educação determinada pela sociedade onde está

¹³ O objeto da tese se constituiu num conjunto de relações entre práticas pedagógicas e comunicacionais alocadas no campo da saúde. Enfatiza conceitos de comunicação e educação popular, comunicação dialógica e mediações.

situada, mas admite também que as instituições sociais apresentam uma natureza contraditória. Assim, a Educação pode reproduzir as injustiças mas tem, também, o poder de provocar mudanças [...]. Na teoria crítico-social dos conteúdos, a educação é entendida como processo de criação e recriação de conhecimentos. Professor e aluno são considerados sujeitos do processo ensino-aprendizagem. A apropriação do conhecimento é também um processo que demanda trabalho e disciplina. valoriza-se a problematização, o que implica uma análise crítica sobre a realidade-problema, desvelando-a. É ir além das aparências e entender o real significado dos fatos. Cito como principais representantes desta tendência pedagógica no Brasil, Professor Paulo Freire, Professor Dermeval Saviani, Professor José Carlos Libâneo e Professor Moacir Gadotti (DONATO, 2000, p.23-24).

Independentemente do *locus* do processo educacional – formal, informal ou não-formal, outra discussão aqui pertinente pode ser refletida a partir de Freire: informar é uma prática pedagógica? Pode esta prática transformar a realidade?

Em ensaio publicado em 1969 pelo Instituto de Capacitación y Investigación em Reforma Agrária, em Santiago do Chile, sob o título *Extensión o Comunicación*, Freire (2002) discutia, no contexto da então nova sociedade agrária chilena, o relacionamento entre os camponeses e os agrônomos extensionistas. Começava por analisar o termo “extensão” do ponto de vista semântico, lingüístico e filosófico, qualificando-o como um atributo da invasão cultural na medida em que não correspondia a uma ação educativa, de caráter libertador. Para Freire, a extensão não é educativa porque seu conceito remete-se a um princípio autoritário, unilateral, de transferência de conhecimento. Portanto, incompatível com uma autêntica educação que tem na dialogicidade seu viés libertador e transformador. E também porque, ao utilizar-se do recurso da propaganda, a extensão atua no registro da persuasão. Suas reflexões defendiam que uma capacitação técnica deveria ser vista de forma interdisciplinar, onde o centro da discussão seria o homem concreto - que

existe na realidade concreta, que o condiciona. Se focalizada no contexto da totalidade cultural local, os reflexos dessa capacitação atingiriam, automaticamente, as demais dimensões da vida. Foi nesta perspectiva que o autor afirmou que o trabalho do agrônomo tem caráter pedagógico. Portanto, uma tarefa de educador.

A grande questão freiriana busca respostas de como tornar mais eficiente o ato comunicativo para que as pessoas sejam mais autônomas nas suas vidas. Parte do pressuposto de que a educação é comunicação e diálogo e não transferência de saber. É, portanto, condição comunicativa que os interlocutores compreendam, de maneira semelhante, o objeto da comunicação: “ou o signo tem o mesmo significado para os sujeitos que se comunicam, ou a comunicação se torna inviável entre ambos por falta da compreensão indispensável” (FREIRE, 2002, p.71).

Neste contexto, as considerações acima recuperadas de Freire ajudam a reforçar a idéia, já anteriormente exposta, da possibilidade de colaborar na mudança de postura dos radialistas frente aos seus microfones. Um dos caminhos para atingir essa condição comunicativa e educativa é que eles sejam devidamente informados e sensibilizados através de temas e assuntos que tenham raízes no seu cotidiano e no do seu público.

Na obra *Educação e Atualidade Brasileira*, Freire (2003, p.25) também aponta que a atualidade nacional, por ser fruto de um processo histórico, apresenta uma série de marcas tanto do passado quanto do presente, manifestadas no comportamento social do homem. Conhecer e entender criticamente essas marcas remotas e recentes ajuda a compreender as disposições mentais e o comportamento contraditório do homem na sua atualidade histórica e cultural, sobretudo na vida pública.

O educador fala sobre dois pólos contraditórios que deram corpo a posições igualmente contraditórias assumidas pelo comportamento social do homem: de um lado, a inexperiência democrática e, de outro, a emersão do povo na vida pública nacional. O mecanismo dessa contradição originou-se do fato de que o povo passou a emergir no cenário político nacional mas com atitudes que denotavam a sua falta de experiência democrática reveladas através de posturas e disposições mentais de sua pouca consciência da coisa pública, do interesse comum e, conseqüentemente, do pouco respeito a essa mesma coisa pública (FREIRE, 2003, p.26). Analisar a *antinomia fundamental* - ou seja, o jogo de contradições da atualidade histórica – é essencial para refletir sobre a posição que deve assumir o agir educativo frente a este cenário. A idéia defendida por Freire (2003, p.31) é a da necessidade de aumentar o grau de consciência dos problemas do seu tempo e do seu espaço, onde o diálogo é o instrumento de promoção da consciência acrítica ou transitivo ingênua para a consciência transitivo-crítica, vital à democracia.

Em síntese, ao iluminar o importante papel dos processos e conteúdos político-pedagógicos da educação na conquista de uma sociedade mais consciente, portanto mais justa e democrática, Paulo Freire destaca a necessidade de atuar no desenvolvimento da consciência transformadora. A educação enquanto ato de conhecimento e como prática da liberdade é, antes de mais nada, conscientização: o desenvolvimento crítico da tomada de consciência, que vai da fase espontânea da apreensão até a fase crítica na qual a realidade se torna reconhecível, através do movimento dialético entre a reflexão crítica e a ação transformadora.

Nesse processo Freire distingue três níveis de consciência, que abrangem desde a consciência na sua fase espontânea (*consciência intransitiva*), passando pela *consciência transitiva* (ingênua, limitada ao conformismo, à renúncia do

pensamento autônomo e à transferência para outros da responsabilidade de resolver seus problemas) e atingindo sua forma plena na *consciência crítica*, estágio de independência e comprometimento do pensamento, onde as explicações mágicas são substituídas pela interpretação mais profunda dos problemas por princípios e reações de causa e efeito.

Portanto, novos elementos são aportados à possibilidade de colaborar na mudança de postura dos radialistas frente aos seus microfones: cabe à educação e ao agir comunicativo e educativo quebrar as amarras impostas pela consciência acrítica; vencer a comodidade da consciência transitiva ingênua, que mantém a distância social entre as classes e papéis sociais, e ajudar as pessoas a exercerem, de fato e de direito, a consciência crítica como forma de vida (ROSAS, 2006).

6.3 Prospecção de alternativas pelo trabalho de tradução

Um trabalho de tradução consiste em estimular e favorecer a troca de experiências enquanto método articulador e viabilizador de práticas transformadoras. Essa troca ocorre em espaços passíveis de serem compreendidos e compartilhados, sem que as identidades próprias de cada experiência sejam destruídas. O trabalho de tradução é desenvolvido, essencialmente, a partir do que Santos denomina de consenso transcultural, buscado através de estratégias argumentativas e do uso da língua enquanto elemento unificador. Requer uma especial capacidade de reconhecer e interpretar as zonas de contato que cada experiência apresenta para ser discutida a partir das suas necessidades e expectativas.

Santos fala essencialmente da necessidade da conversa que possibilita a reflexão e a descoberta de novas possibilidades. Do passo a ser dado para tornar possível o que antes parecia impossível. Nesse contexto, significa refletir sobre como passar da teoria à prática e quais os caminhos e desafios a serem enfrentados no percurso.

Uma das indagações que aqui cabe é a de que instalar um diálogo argumentativo a partir de um consenso transcultural nos limites apresentados pelas zonas de contato ou demandas apontadas pelos radialistas em sua formação requer grande capacidade de definir um sentido comum a este diálogo.

Para avançar nesta reflexão, sugerimos iluminar a questão da participação popular nas políticas públicas como um tema importante a ser trazido para o terreno comum do diálogo e, em seguida, analisar algumas experiências com formação de radialistas onde o conhecimento e o reconhecimento das políticas públicas de saúde foram os eixos propulsores do diálogo e da reflexão sobre como aplicar a teoria à prática cotidiana.

6.3.1 A questão da participação e do controle social das políticas públicas

O processo de redemocratização do Brasil, politicamente conquistado e instalado na Constituição de 88, a Constituição Cidadã, fundamenta-se em muito na participação popular e no controle social das políticas públicas para responder aos vários desenvolvimentos desejáveis e necessários à Nação.

Estudiosos do campo social referem-se ao termo participação popular como “as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços

básicos na área social” (VALLA, 1998, p.9) sejam eles saúde, educação, habitação, transporte ou saneamento básico. Controle social, por sua vez, não só é a postura vigilante da sociedade sobre as ações de governo, mas “o espaço do exercício do protagonismo de sujeitos democráticos populares” (SPOSATI; LOBO, 1992, p.371), um dos mecanismos de participação típicos da democracia participativa.

A participação popular na gestão do Brasil também está garantida pelo exercício do voto direto nos representantes do Executivo e Legislativo e pela presença de órgãos populares como sindicatos, partidos, conselhos, comissões e ouvidorias junto ao Executivo, com o objetivo de controlar e fiscalizar as ações do Governo. Recorrer ao Judiciário para fazer valer o direito criado pela legislação, e não aplicado pela administração, é um outro mecanismo de participação acessível a todo cidadão. Sposatti e Lobo (1992, p.371) apontam que “a presença da participação popular diretamente no Executivo tem levado, inclusive, à construção da concepção de que o quarto poder é o poder popular na ação de Governo e de Gestão.”

Para Chauí, se ao Estado cabe a montagem da infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico do país e ao fornecimento dos serviços básicos à população – as chamadas políticas públicas – à população cabe o direito de “atuar como um contra-poder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes” (CHAUI, 2006).

Por tratar-se de participação da sociedade não só na definição mas na gestão da coisa pública, esses mecanismos de participação popular legitimam a política do Estado diante da população e abrem um canal para as entidades de representação da sociedade disputarem o controle e o destino da verba pública, configurando-se em uma força imprescindível para materializar as conquistas e impulsionar as

mudanças necessárias ao bom funcionamento das políticas públicas na área social (VALLA, 1998).

Entretanto, se as diretrizes das políticas públicas, grosso modo, são definidas pela sociedade e para a sociedade, muitas vezes essas conquistas nem são conhecidas e muito menos chegam à grande parcela da população que mais se beneficiaria delas. Eis instalado um paradoxo.

Há vários cenários de referência para analisar, ao menos em parte, esta questão. Os meios de comunicação de massa, tradicionalmente, dedicam-se aos fatos mas não ao funcionamento e diretrizes das políticas públicas. As ações de divulgação dos governos centram-se, basicamente, em operações de publicidade e marketing. O chamado controle social, por sua vez, ainda não foi capaz de incluir em suas estratégias a divulgação de suas ações e conquistas, até como forma de prestar contas de seu papel de representação social. Por falta de um padrão desburocratizado de representatividade, comprometido com resultados e capaz de tornar visível suas ações para ampliar a sua própria força, o controle social tem urgente necessidade de se reconfigurar para conseguir atuar, de forma mais efetiva, no cotidiano.

Reconhecendo a complexidade democrática e a necessidade dessa reconfiguração, Sposati e Lobo (1992) demarcam grandes tópicos para reflexão que, apesar de originadas e incensadas a partir do discurso da saúde - setor em que as experiências de criação dos conselhos enquanto representação popular no controle do Estado foram marcantes, na década de 80 - ainda agora podem ser estendidas a todas as outras áreas das políticas públicas: a necessidade de conhecer e integrar novas experiências de controle social e de buscar novos aliados para alargar o seu conceito, as suas práticas e a sua capacidade de alterar a realidade.

Ainda no discurso da saúde, David Capistrano da Costa Filho, sanitarista e um dos construtores da política do Sistema Único de Saúde incorporada à Constituição de 88, reforçava sempre em suas falas a necessidade de estimular a formação dos Conselhos Locais de saúde e dos Conselhos entre as unidades de saúde. Mas também defendia que

[...] controle social, de fato, não é só montar os Conselhos, que sabemos que às vezes perdem a alma. O controle social tem que ser barulhento, inorganizado. Começa assim, depois adquire formas estabilizadas. É o controle social sob a forma da reclamação e isso pode ser exercido por qualquer cidadão [...] (MAENO; CARMO, 2005).

O rádio, uma mídia popular, está presente em cerca de 90% dos lares do país¹⁴. Acessível à quase totalidade da população, o veículo marca a trilha sonora do cotidiano dos brasileiros:

É incontestável a importância do rádio hoje na sociedade brasileira. Ele desempenha inúmeros papéis e funções, entre os quais destacam-se a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas, de criar novos hábitos de consumo e de atender a demandas simbólicas por lazer, entretenimento, informação e companhia. É o veículo que está mais perto do ouvinte. A audição acontece em qualquer lugar, sem precisar de fios ou tomadas, e serve como trilha sonora do dia-a-dia da grande maioria da população brasileira (BIANCO; MOREIRA, 1999, p.11).

Mas o veículo ainda é pouco envolvido com as questões sociais emergenciais que desafiam o Brasil, nesta virada de século, seja pela via da publicidade comercial, da abordagem jornalística ou pela pré-disposição a pactos de

¹⁴ A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2004 – registra a presença de ao menos um aparelho de rádio em 88,1% das habitações do Brasil.

compromissos sociais percebida em atividades pontuais com radialistas de todo o Brasil. O que estaria faltando para cumprir-se, efetivamente, o encontro do rádio com as políticas públicas se o veículo é, em potencial, um poderoso aliado do controle social?

Se as diretrizes das políticas públicas são definidas pela sociedade e para a sociedade, e se essas conquistas nem são conhecidas e nem chegam à grande maioria da população necessitada, uma aliança entre o controle social e os meios de comunicação poderia ser um forte elemento revitalizador desse fluxo.

O ponto a considerar é o nível de conhecimento e apreensão das questões que envolvem a participação da sociedade – portanto, dos cidadãos – no acompanhamento da gestão e fiscalização das políticas públicas. Para que os comunicadores atuem e estimulem tal comportamento, precisam ter acesso a essas informações, de forma contextualizada, e serem igualmente habilitados também para mais essa conversa com os seus ouvintes.

É a hora de inverter a lógica tradicional que recai sobre o papel do rádio, incentivado pelas relações de mercado e pelas agências de publicidade que defendem o jabá testemunhal em detrimento à adesão genuína às causas públicas. O entendimento sobre o papel do controle social e da participação popular na gestão e fiscalização das políticas públicas é mais um desafio a ser vencido na instalação do diálogo argumentativo nas zonas de contato iluminadas nesta pesquisa. Trata-se de uma ação típica dos terrenos educativos comprometidos com a cidadania.

Recuperando novamente a ótica da razão cosmopolita de Santos, para vencer o desafio de responder às necessidades e expectativas é preciso desconstruir os modelos lógicos formais e reconstruí-los em outros moldes. Sugere o autor recorrer à imaginação sociológica e à imaginação democrática para buscar

esses outros e novos procedimentos interpretativos, talvez únicos, para tentar enfrentar tais desafios do mundo.

Nesta lógica, passamos a considerar as diversas atividades de formação de radialistas, já realizadas ou em curso, que se configuram alternativas às experiências hegemônicas. Geridas pelos princípios da imaginação epistemológica e democrática defendidas por Santos, tais experiências vêm demonstrando que é possível potencializar a ação de radialistas, em suas atividades cotidianas, através de encontros que esclareçam contextos, apresentem definições e ofereçam novos sentidos aos temas abordados, especialmente no campo das políticas públicas.

Refiro-me aqui, em especial, às atividades de formação de comunicadores nos temas da Saúde – experiências realizadas pela OBORÉ cujos resultados nutriram de esperança a idéia de que era possível o estreitamento de laços com o rádio a partir de um relacionamento de parceria e de cooperação com alguns dos seus radialistas através de encontros presenciais para compartilhar experiências e saberes.

6.3.2 Comunicação em Legítima Defesa da Vida

A partir da experiência vivenciada nos seminários “Comunicação em Legítima Defesa da Vida”, realizados durante todo o ano de 1996 junto a radialistas e dirigentes de 3.660 sindicatos de trabalhadores rurais de todo o Brasil, a OBORÉ identificou junto a esse público - em tese, bem organizado e informado por sua origem nos movimentos sociais e sindical - baixo grau de informação e conhecimento sobre as diretrizes das políticas de saúde estabelecidas a partir da Constituição de 88 e seus eixos prioritários ligados à atenção universal e prevenção.

Importante destacar que esses seminários integravam um grande plano de ação visando diminuir acidentes, mutilações, intoxicações e mortes de agricultores, mas tinham também o objetivo de fazer com que as estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho passassem a registrar o que na prática já estava constatado: que depois da construção civil, a categoria dos rurais era (e ainda é) a que acusava os mais altos índices de sofrimento no trabalho. A subnotificação desses acidentes e mortes, dada a alta taxa de informalidade da mão de obra do setor, mascarava a gravidade da situação e, assim, não justificava a adoção de medidas de intervenção por parte do poder público.

Foram três anos de intensas negociações para que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a OBORÉ convencessem o Ministério do Trabalho a adotar uma política concreta para a questão dos constantes envenenamentos e mortes de trabalhadores pelo uso de veneno sem proteção (especialmente os bóias-frias, assalariados temporários das grandes empresas do ramo da citricultura); da contaminação dos lençóis freáticos gerados pelo uso excessivo de agrotóxicos nas plantações; para coibir o trabalho de crianças e a enorme taxa de mutilações infanto-juvenis nas lavouras de sizal e na carvoaria; do alto número de acidentes com motosserras, enxadas e cercas elétricas acusadas pelos trabalhadores das grandes plantações de milho, soja e trigo.

Finalmente, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro, órgão ligado ao Ministério do Trabalho) foi designada para acompanhar e mapear, através de um convênio de cooperação, a realidade da área rural. Além das campanhas oficiais de prevenção, foram realizados oito seminários sobre Comunicação, Segurança e Saúde nas cinco regiões do país, reunindo pela primeira vez os mais de setecentos radialistas e comunicadores

ligados ao movimento sindical rural. A estratégia privilegiou, essencialmente, os meios de comunicação do movimento (boletins, jornais e programas de rádio) como vetores de informação e esclarecimento sobre prevenção de acidentes, doenças e mortes.

Os palestrantes, selecionados entre gestores, promotores, técnicos e especialistas dos setores da Saúde, Previdência, Trabalho, Ministério Público e de Centros de Pesquisa das Universidades locais, foram desafiados a esclarecer qual era o papel de suas instituições e de que forma poderiam colaborar na diminuição dos acidentes, doenças e mortes de trabalhadores rurais. Aos participantes, o desafio foi o de refletir e responder como esses temas poderiam estar presentes, de forma regular, nos veículos de comunicação em que atuavam. Ao plenário coube a tarefa de organizar um plano de ação conjunta – possível e realizável em seis meses – para que o movimento, em nível nacional, tivesse uma pauta coordenada de lutas e reivindicações que pudessem se materializar em conquistas e garantias expressas em suas convenções e acordos coletivos de trabalho.

Afora a luta, esse convívio proporcionou o contato com realidades diversas, de norte a sul do país, e a descoberta de dezenas de emissoras convencionais que, em regime de cessão de espaço gratuito, permuta ou venda de horário, abrigavam em suas grades programas produzidos por sindicatos e voltados ao homem do campo. Proporcionou também conhecer centenas de pequenas emissoras espalhadas pelo Brasil profundo e que tinham à frente associações de moradores, associações de bairro, paróquias, entidades não-governamentais e sindicatos de trabalhadores.

Através de suas coordenações e de suas equipes, essas rádios sinalizavam não só experiências bem sucedidas como também dificuldades e deficiências de

várias naturezas. Junto disso, um universo de entidades e pessoas buscando informações, meios e formas de como montar e gerir uma rádio comunitária. Configuravam-se, desta forma, três grandes blocos que precisavam ser pensados e atendidos distintamente: o das rádios comerciais - abertas ou não a parcerias mas com viés cidadão; o das rádios comunitárias já instaladas e o das proto-rádios.

Foi na tentativa de responder a esses três sub-sistemas que a OBORÉ se viu desafiada a buscar parcerias com instituições permanentes como universidades, centros de pesquisa e poder público para viabilizar uma série de atividades de formação para radiocomunicadores.

6.3.3 Comunicação a serviço da Saúde

São Paulo foi palco, no fim dos anos 90, da implantação do Projeto Qualidade Integral de Saúde (Qualis) em dez áreas das regiões norte e sudeste da cidade. A Secretaria Estadual da Saúde, gestora do projeto, reconheceu que necessitava de forte apoio popular e da opinião pública para implantar esse novo modelo, célula inicial do Programa de Saúde da Família, em disseminação por todo o território nacional e orientado pelas diretrizes do SUS mas ainda não experimentado em grandes cidades.

O cardiologista Dr. Adib Domingos Jatene, à época diretor da Fundação Zerbini - entidade civil ligada ao Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP – convida o sanitarista David Capistrano da Costa Filho para assumir o Qualis, em 1997. Capistrano imediatamente identifica nessas dez áreas da capital um número alarmante de moradores com tuberculose, uma doença com um diagnóstico absolutamente elementar, cujo remédio é oferecido

gratuitamente na rede pública de saúde e com grande chance de cura para quem obedece a prescrição médica: tomar os comprimidos diariamente, durante seis meses e sem interrupção.

O sanitarista procura a OBORÉ para desenvolver um plano de comunicação que ajudasse a reverter o quadro da doença e das mortes por tuberculose. Para ele, era preciso informar e esclarecer a população que o tratamento de tuberculose não poderia ser interrompido antes dos seis meses; que as pessoas não caíssem na ilusão de que já estavam curadas com um ou dois meses de tratamento só porque os sintomas tinham ido embora. Enfim, era preciso melhorar o trabalho de comunicação com todas as casas, pessoas, com os parentes e vizinhos.

Monta-se, então, um plano de trabalho baseado nos resultados de duas ações imediatas. A primeira delas foi a aplicação de questionário, em outubro de 98, junto aos 32 coordenadores e agentes comunitários de saúde desses dez centros do Programa de Saúde da Família das zonas norte e sudeste de São Paulo. O objetivo era identificar como eles se informavam no dia a dia e saber se tinham conhecimento de quais eram os recursos de comunicação existentes em seus territórios de atuação.

A apresentação dos dados resulta no “Seminário de Recepção e Informação das Unidades de Saúde do Projeto Qualis”, em novembro do mesmo ano, onde foram destacados o importante papel que a comunicação tinha a desempenhar na luta contra a tuberculose e a conscientização de que os meios pelos quais os técnicos da saúde se informavam não eram os mesmos do público que atendiam (ver Apêndice 1). A segunda ação foi a aplicação de nova pesquisa (“Quem fala com o povo”) por esses 32 gestores e agentes de saúde, entre março e abril de 99, junto

a 1.757 moradores atendidos pelo Qualis para saber quais os comunicadores em quem essas pessoas mais confiavam (ver apêndice 2).

A sistematização e análise das informações do seminário gerou um plano de ação que apontou as seguintes direções: (a) entrosamento de Jatene e Capistrano com o jornalista Heródoto Barbeiro para colaborar na divulgação dos grandes problemas de saúde da população (especialmente a tuberculose) junto aos radialistas das grandes emissoras listadas no “Quem Fala com o Povo”; (b) construir uma ponte em direção à Faculdade de Saúde Pública da USP para organizar cursos de extensão, aos sábados, que capacitassem comunicadores populares e estudantes de jornalismo no assunto Saúde e (c) criação de um programa de rádio – Plantão Saúde – para abastecer, ao menos, as rádios comunitárias dos bairros onde atuava o Projeto Qualis, inventariadas pela própria população local.

Durante três meses os programas de rádio foram produzidos, reproduzidos em fita cassete e distribuídos para cerca de 50 emissoras. Nasciam, assim, as bases da *Rede de Comunicadores pela Saúde*, atualmente formada, como já citado, por 577 emissoras comerciais e comunitárias distribuídas por todo o território nacional.

Com a ajuda de Capistrano, chamado em 1999 pelo então Ministro da Saúde José Serra para implantar o programa de Casas de Parto em todo o Brasil, a OBORÉ conquista o apoio do então Secretário de Políticas de Saúde do Ministério, Dr. Cláudio Duarte da Fonseca, para desenvolver os Cursos de Informação sobre Saúde Pública para Radiocomunicadores na Faculdade de Saúde Pública da USP, através do seu Centro de Educação Permanente. Voltados tanto para comunicadores comunitários e populares como para estudantes de comunicação, o objetivo dos cursos era estimular o envolvimento da Universidade na qualificação de

comunicadores e ganhá-los para a idéia da importância da prevenção aos grandes problemas de saúde da população.

Pela primeira vez, nos seus 86 anos de existência, a Faculdade de Saúde Pública da USP, sob a direção do Prof. Dr. Arnaldo Siqueira, abria os seus portões para a comunidade através de cursos de extensão. A coordenação das atividades, pela FSP, ficou a cargo do professor Paulo Gallo, do Departamento de Saúde Materno Infantil. Pela OBORÉ, parte executora, coube ao jornalista Sergio Gomes a mobilização dos radialistas e a coordenação técnica das atividades de comunicação.

Nas suas três edições (1999 a 2001), esses cursos capacitaram mais de 400 pessoas, entre comunicadores populares de rádios comunitárias da região metropolitana de São Paulo, jornalistas da grande imprensa, de jornais de bairro, da imprensa comunitária e sindical, profissionais da saúde e também estudantes de jornalismo¹⁵.

As experiências de formação de radialistas acima resgatadas tiveram o objetivo de colaborar com a reflexão acerca da possibilidade de transitar da teoria à prática a partir do conhecimento e do reconhecimento das políticas públicas de saúde. Se a habilitação tradicional e específica que vem preparando o radialista para a sua atuação na área, de maneira geral, já não consegue mais responder às

¹⁵ Foi na Faculdade de Saúde Pública que, no dia 26 de agosto de 2000, o então candidato a vereador pelo PSDB Ricardo Montoro assumiu o compromisso, se fôsse eleito, de trabalhar pela aprovação de uma lei municipal autorizando o funcionamento das rádios comunitárias na cidade e a assinar, de próprio punho, a declaração "Em Defesa da Democracia na Comunicação e do Poder Local Comunitário". Eleito, Montoro uniu-se ao então recém-nomeado líder do PT na Câmara, vereador Carlos Neder, e no dia 15 de fevereiro de 2001, reunidos com o juiz Paulo Fernando Silveira e os seus respectivos chefes de gabinete Francisco Buonafina e Marco Manfredini, começaram a discutir a elaboração de um projeto de lei voltado para regulamentar, em nível municipal, o funcionamento das rádios comunitárias. Foi solicitado ao juiz Silveira a produção do anteprojeto que daria origem ao Projeto de Lei 145/2001 e à Lei 14013/2005. Protocolado na Câmara dos Vereadores em 27 de março de 2001 pelos então edis Montoro e Neder, o PL 145 recebeu parecer favorável em todas as instâncias: Comissão de Constituição e Justiça (22 de maio de 2001); Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente (26 de setembro de 2001); Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica (4 de abril de 2002) e Comissão de Finanças e Orçamento (8 de maio de 2002). Dois anos depois, o projeto de lei foi apresentado por Montoro para votação em plenário da Câmara Municipal em duas instâncias. Sua última e definitiva aprovação foi no dia 11 de maio de 2005. Em 23 de junho de 2005, o projeto torna-se Lei.

necessidades atuais do veículo e nem ao que ele será, no futuro próximo, torna-se cada vez mais importante recorrer a ações educativas comprometidas com a cidadania.

Há que se considerar a importância de buscar novos aliados, novos sujeitos e novas práticas de educação não-formal e informal que reconheçam o radialista não apenas como um profissional apto para o mercado, mas como um cidadão que tem rosto, voz e postura autônomos. Neste caso, a intencionalidade e o compromisso com a causa e a coisa pública são condições a serem observadas na sua formação.

7 CONCLUSÃO

“Um homem que tem algo a dizer e não encontra ouvintes está em má situação. Mas pior ainda estão os ouvintes que não encontram quem tenha algo a dizer-lhes.”

Bertolt Brecht, Teoria do Rádio

Na tentativa de sistematizar as diversas reflexões provocadas por esta pesquisa e discorrer, sinteticamente, sobre as tendências, expectativas, dificuldades e deficiências do rádio e dos radialistas nela retratadas, passamos a recuperar o trajeto desta dissertação.

Por quê o rádio, tão acessível e popular num país como o Brasil, caminha em descompasso com as políticas públicas? Partindo questão e da constatação de que o veículo ainda é pouco utilizado para informar e mobilizar para as políticas públicas emergenciais que desafiam o país nesta virada de século, este estudo é conduzido a fim de prospectar as condições necessárias para que o radialista seja o catalisador dessa possível aproximação e entrosamento.

Ao se propor a uma reflexão crítica acerca da ressignificação do papel do rádio e dos radialistas na ampliação do controle social das políticas públicas, considerou-se a possibilidade comunicativo-educativa do veículo no momento atual do país, onde a inclusão social e discursiva dos diversos atores sociais é a chave para a promoção da diversidade e da cidadania.

A observação de como estão construídas as grades de programação de 78 emissoras de diferentes naturezas e expressões proporcionou a análise do nível atual de desencontro do veículo com as políticas públicas. Entrevistas com 155 radialistas de 142 rádios comerciais e comunitárias instaladas em 136 municípios de 19 estados do Brasil possibilitaram o mapeamento do perfil e das demandas de

informação e formação desses comunicadores. Quanto à radiodifusão de pequeno porte, foi possível identificar e contextualizar algumas de suas problemáticas centrais a partir dos relatos de dirigentes de seis emissoras comunitárias localizadas na capital de São Paulo.

Compreendendo que o radialista, por ser formador de opinião e ter legitimidade local, é o grande responsável pela mudança da qualidade das informações geradas nos seus programas, a pesquisa qualificou o papel colaborador deste profissional no controle social das políticas públicas em sua cidade, seu bairro, sua comunidade. Seu sistema de hipóteses considerou, centralmente, o reduzido nível de conhecimento dos radialistas sobre os contornos das políticas públicas o responsável pela abordagem quase nula desses assuntos no cotidiano da programação da emissora. Entretanto, ao conhecê-las, compreendê-las e relacioná-las às questões cotidianas locais, os comunicadores se conscientizam de seu protagonismo e assumem, na prática, o papel de controle social.

Apoiado nessas premissas, o percurso da pesquisa confirmou o pouco tempo dedicado pelo rádio aos assuntos das políticas públicas e apresentou o diálogo como o motor que pode colaborar com a ampliação de consciência crítica dos radialistas, fazendo-os protagonistas do controle social ao conhecerem e passarem a relacionar as políticas públicas às questões cotidianas locais.

Ao problematizar o tipo de habilidade a ser convocada na formação dos radialistas populares, hoje, o estudo caminhou com as reflexões de autores como Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos sobre como contribuir para a conscientização dos comunicadores e construir uma nova chave de leitura sobre o papel educativo e social do rádio. Resgatou das teorias de Gramsci a possibilidade de atuar nas brechas do sistema hegemônico através de instituições e espaços que

se propõem a organizar a cultura e a formar a consciência, a linguagem e a visão do mundo dos indivíduos, como é o caso do rádio - formador por excelência, assim como são formadores os seus protagonistas.

O rádio retratado nesta pesquisa opera, em média, 17 horas diárias, das quais 60% é dedicada à música; 30% aos programas de variedades e 10% ao noticiário jornalístico. Apresentado aos ouvintes por homens com idade entre 30 e 45 anos, com 2º grau completo, formação específica em Locução e Técnicas de Entrevista e Reportagem e com conhecimentos básicos de Informática, cerca de um terço desses comunicadores nunca fez curso algum - nem na área radiofônica nem em conteúdos - desde que começou a atuar nos microfones da emissora. Mas entendem que atividades de reciclagem e aperfeiçoamento na área do Jornalismo (técnicas de entrevistas, reportagens e produção de textos) e na área da Gestão (para aprender a organizar modelos de programação e a sustentar financeiramente seu programa ou sua emissora) poderiam colaborar na melhoria de sua atuação profissional. Os comunicadores comunitários apontam dificuldades de legalização e de auto-sustentação da emissora, necessidade de formação em locução, apresentação de programas e redação de notícias e referem-se à falta de conhecimento para organizar a programação da rádio, produzir conteúdos e de habilidade em trabalhar com as novas tecnologias.

Apesar de qualificado pela pesquisa como um veículo pouco engajado e criativo em função das formas e aspectos tradicionais das programações analisadas, a presença de programas diferenciados em algumas grades e o empenho de determinados comunicadores em adotar novos modelos de programas foram destacados e interpretados a partir das exceções e discutidos através da *sociologia*

das ausências, da sociologia das emergências e do trabalho de tradução propostos por Boaventura de Sousa Santos.

A questão das ausências foi resgatada a partir da localização das novas experiências radiofônicas em curso nas emissoras pesquisadas. As questões emergenciais, tanto das rádios quanto dos radialistas, foram detectadas e classificadas em três níveis: Gerencial, Editorial e, em especial, o Pedagógico que assume o viés crítico e reflexivo das práticas educativas tanto nas atividades formais quanto nas informais e nas não-formais. Também foi localizado o campo articulador, ou seja, as demandas explícitas ou implícitas por formação destacadas pelos radialistas como os espaços a serem articulados para materializar as práticas transformadoras.

Além das respostas à pergunta motivadora da pesquisa: *“o que falta para o encontro do rádio com as políticas públicas se além popular, o veículo é um ágil vetor no acompanhamento e na fiscalização dessas políticas?”* foram também apresentados os desafios da baixa escolaridade, a da participação popular e do controle social das políticas públicas e das habilidades a serem incentivadas no repertório dos radialistas como condições a serem enfrentadas e trabalhadas nos espaços articuladores de formação.

Ainda sob a ótica da razão cosmopolita de Santos, que enaltece a imaginação sociológica e democrática na adoção de métodos não tradicionais para interpretar e atuar na realidade, foram apresentadas algumas experiências de formação de radialistas, através de práticas educativas não-formais, que se utilizam de encontros presenciais onde políticas públicas são apresentadas, conceituadas e contextualizadas no cenário das lutas democráticas nacionais. O convite à reflexão sobre os temas apresentados tendem a provocar nos radialistas a busca por novos

sentidos e novas abordagens críticas desses assuntos no seu cotidiano à frente dos seus microfones. Tais experiências-protótipo configuram-se como uma das possibilidades de atuação no terreno da formação de comunicadores e aqui foram relatadas com este propósito.

Refeito o trajeto, restam algumas considerações que redimensionam os desafios aqui instalados e podem auxiliar a todos que transitam no universo educativo e comunicativo a fechar esse circuito de reflexões.

A Controladoria Geral da União (CGU), órgão de controle do governo federal responsável por fiscalizar como as verbas federais são aplicadas nos municípios, divulgou relatório, em maio de 2006, demonstrando que 77% das prefeituras do país estão envolvidas em graves irregularidades ligadas a desvio de recursos públicos: licitações manipuladas, falsificação de notas fiscais e contratações irregulares.

Na Bahia, por exemplo, os auditores chegaram a descobrir graves problemas em 56 das 59 prefeituras visitadas (...). O Estado é apontado pela CGU como um dos principais focos de corrupção, mas com seus 95% de irregularidade não é o pior na estatística. De acordo com os dados oficiais, há oito Estados em que 100% das prefeituras fiscalizadas apresentaram graves problemas - Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Piauí, Sergipe, Rondônia e Roraima [...].

Esses problemas decorrem de 500 anos de corrupção e de impunidade no Brasil. Jamais houve um enfrentamento sério e profissional da corrupção como o que estamos colocando em prática", afirma o ministro interino responsável pela CGU, Jorge Hage. Segundo ele, é o trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público e dos órgãos de controle que têm tornado a corrupção mais transparente à opinião pública (GOBETTI, 2006, p. A4).

Os órgãos de controle aos quais o ministro Jorge Hage se refere em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo são as forças sociais que, numa democracia representativa, compartilham a formulação e a gestão das ações públicas de seus governos e de seus governantes. Tal direito estende-se a todos e a cada um dos cidadãos brasileiros e configura-se num importante mecanismo de

soberania popular. Nesse sentido, reforça-se a hipótese de que os meios de comunicação também podem ser compreendidos como controle social. E a imprensa, por sua natureza e função, um de seus maiores apoios.

Entretanto, na configuração atual, pode-se dizer que os meios de comunicação, em especial os grandes veículos, pouco têm atuado nesse papel. A concentração dos meios nas mãos de grandes grupos empresariais, seus vínculos com as elites políticas e econômicas e sua subordinação às lógicas do capitalismo global tiraram o foco da imprensa das grandes questões nacionais e locais.

A cobertura da imprensa nos assuntos de interesse social já foi alvo de reflexão de Marcelo Beraba, ombudsman do jornal Folha de S. Paulo e atual presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI. Em sua coluna de 9 de outubro de 2005, o jornalista analisa que a imprensa está despreparada para entender e desatenta para perceber os grandes problemas do país:

A cobertura do referendo coloca a imprensa mais uma vez na berlinda. Há uma expectativa grande de que, mais do que se posicionar, ela possa ajudar o leitor a entender o que está em jogo. Num país como o Brasil, onde o ensino é precário e pouco se lê, onde quase não existem fóruns de análise e de debate, a produção universitária é pequena e mal difundida e onde a publicidade oficial dos governos (todos) é eleitoral, a imprensa passa a ser cobrada por funções que não são só suas. A frustração é permanente porque ela não consegue dar um tratamento aprofundado para os assuntos mais complicados. Seja por que não está preparada, seja por que é dispersa e sem foco, seja por que não está atenta para os grandes problemas, mas apenas para a sua própria pauta, a verdade é que temas mais complexos são tratados de forma superficial e sem continuidade. Agora mesmo estamos vendo isso acontecer com o projeto de transposição do rio São Francisco (foi preciso um bispo fazer greve de fome para despertar a imprensa sobre o tamanho dos conflitos que estão em jogo). No caso do referendo das armas, acho difícil que a imprensa possa ainda trazer alguma racionalidade à discussão. O que vai orientar o voto agora, infelizmente, não é mais o debate nem a informação isenta, mas as propagandas oficiais carregadas de distorções e mistificações (BERADA, 2005, p. A6)

A análise publicada pelo advogado dos leitores de um dos maiores jornais do Brasil é sinal exemplar de que as políticas públicas e os grandes problemas do país estão pouco esclarecidos nos textos dos que são, reconhecidamente, formadores da opinião pública nacional. Por conseqüência, suas abordagens, além de agregarem pouco significado ao repertório de seus leitores, denotam como é reduzido o terreno de conhecimento em que esses profissionais circulam quando o assunto a ser tratado requer referenciação e contextualização nos pressupostos e condicionantes dessas políticas. Em especial às sociais, que são as permanentemente desafiadas a resolver os acessos, os meios e as formas de sobrevivência e garantia dos direitos sociais da grande maioria da população brasileira. Nesta lógica, a pesquisa aqui relatada qualifica o rádio com os mesmos predicados e funções. Não o isenta de ser um importante apoio ao controle social e não o redime por aportar pouco significado social às conversas com os seus ouvintes.

Afora as condicionantes tradicionais ligadas ao mercado e ao projeto empresarial e político das emissoras, um novo perfil do rádio pode ser desenhado, em grande parte, por seus comunicadores. Daí a importância de ações que colaborem para a ampliação do repertório informativo e simbólico dos radialistas, resgatando o papel educador que lhes é peculiar. Trata-se, em síntese, de colaborar na construção um outro universo de representação e de atuação social para o rádio, onde cada emissora é preposto do estado brasileiro para os serviços de comunicação através da radiodifusão mas até agora não está qualificada para agir em nome da causa pública.

No Brasil contemporâneo, onde as novas tecnologias ocupam espaço importante no cotidiano, o rádio ainda é a mais acessível fonte de informação e um forte formador de opinião para grande parcela da população do país que não sabe nem ler nem escrever nem contar (RETRATO..., 2005).¹⁶ Importante lembrar que dos atuais 182 milhões de brasileiros, 121 milhões têm mais de quinze anos, dos quais 14 milhões e 700 mil são analfabetos. Como aproximadamente 1/3 da população adulta tem menos de quatro anos completos de estudo, estatisticamente,

¹⁶ O uso de Internet nos domicílios, apesar de ter aumentado, continua restrito a uma minoria de 12,4% das residências. Nas 87,6% sem acesso à Internet vivem 152 milhões de pessoas – 84% da população.

40 milhões de brasileiros são considerados analfabetos funcionais. Tais dados legitimam o rádio como um meio de comunicação ainda mais importante na vida da Nação por seu papel educativo e pela sua atuação possível e necessária no terreno da educação não-curricular.

Entretanto, esse valor educativo e cidadão atribuído ao veículo carece de ser esculpido no repertório dos próprios radialistas. Elevar o nível de conhecimento e de conscientização dos comunicadores para que eles estejam também habilitados para conversas mais consistentes com o seu público é ressignificar o rádio para uma atuação cooperante e concomitante nos muitos espaços educativos que se propõem ao serviço da democracia. É devolver ao rádio seus ouvidos, que aos poucos foram se ensurdecendo, e convocar de seus microfones outras palavras, agora musculadas por sua consciência crítica.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros Radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é Mídia-Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
- BERABA, Marcelo. As armas da imprensa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 out. 2005. Caderno Brasil, p. A6.
- BIANCO, Nélia e ZUCULOTO, Valci. **Memória do GT de Rádio do Intercom: seis anos em defesa do rádio (1991-1996)**. CD. São Paulo: Intercom, 1996.
- BIANCO, Nélia e MOREIRA, Sonia. **Rádio no Brasil: tendências e perspectivas**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, DF.: UnB, 1999.
- BOLLE, Willi. A idéia de formação na modernidade. In GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo (org). **Infância, Escola e Modernidade**. São Paulo: Cortêz; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.
- BOURDIEU, Pierre, et alii, **Ofício de Sociólogo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BRAGA, José Luiz e CALAZANS, Maria Regina Zamith. **Comunicação e Educação: questões delicadas na interface**. São Paulo: Hacker, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASÍLIA. Ministério das Comunicações. Ato anatel nº 43.957, de 26/04/2004. Disponível em <http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/atos/2004/ato_43957_2004.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2006.
- BRASÍLIA. Ministério das Comunicações. Radiodifusão Comunitária: legislação. Disponível em <<http://www.mc.gov.br/rc/lei/>>. Acesso em: 20 fev. 2006.
- BRASÍLIA. Ministério das Comunicações. **Relatório de Atividades Exercício 2004/2005: Resumo das Realizações**. Brasília, 2005.

BRASÍLIA. Ministério das Comunicações. **Rádiodifusão Comunitária no Brasil: análise da situação e sugestões para sua disseminação**. Brasília:Ministério das Comunicações /GT Interministerial, 2005.

BRASÍLIA. Ministério das Comunicações. Relatório Das Licenças Definitivas. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/rc/autorizacao/licenciamento/definitivo/rptLicen%E7aDefinitiva04012006.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2006.

BREVE, Nelson; DIAS, Lia Ribeiro; COUTO, Verônica. O drama sem fim das rádios comunitárias. **Arde: Tecnologia para a inclusão social**, São Paulo, n. 19, p.11-19, 26 out. 2006. Mensal.

CHAUÍ, Marilena. **Os sentidos da Democracia e da Participação**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/seminario/para_coloquio_polis.htm>. Acesso em: 13 fev. 2006.

CITELLI, Adilson. No discurso do livro didático. In: _____. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 1999.

CITELLI, Adilson Odair . **Comunicação e Educação: a linguagem em movimento**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

CITELLI, Adilson. Comunicação e Educação: aproximações. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org). **Gestão de Processos Comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Os sentidos da Democracia e da Participação**. Seminário. Disponível em: <http://www.polis.org.br/seminario/para_coloquio_polis.htm>. Acesso em: 13 fev. 2006.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-OBORÉ, 1988.

DONATO, Ausônia Favorido. **Trançando redes de comunicação: Releitura de uma práxis da educação no contexto da saúde**. 2000. 219 f. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão?** 12. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cortez/IPF, 2003.

GOBETTI, Sérgio. Três em cada quatro prefeituras têm irregularidades, aponta CGU. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 28 maio 2006. Editoria Nacional, p.A4.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas na Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni. **Redes Temáticas de Rádio: A parceria e a cooperação como ferramenta de gestão**. 2001. 165 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Processos Comunicacionais, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni e GOMES, Sergio. **Tecendo redes no Brasil Rural: a comunicação como ferramenta de desenvolvimento local**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - Nead / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003. 72 p. (Debates e Ação – Vol. 3).

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e Vida Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio Brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In BARBOSA FILHO, André; BENETON, Rosana e PIOVESAN, Angelo Pedro (org). **Rádio: Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

IANNI, Octávio. Globalização: Novo Paradigma das Ciências Sociais. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP/IEA, v. 8 – 21, 1994.

IANNI, Octávio. **Enigmas da Modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JACKS, Nilda. Recepção radiofônica: análise da produção acadêmica na década de 90. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.29., n.1, p. 85-105, jan./jun. 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **O Rádio dos Pobres: Comunicação de Massa, Ideologia e Marginalidade Social**. São Paulo: Loyola, 1988.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MAENO, Maria e CARMO, José Carlos. **Saúde do Trabalhador no SUS**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 1998.

MEDITSCH, Eduardo. **A Rádio na Era da Informação**. Coimbra: Minerva, 1999.

MEDITSCH, Eduardo (org). **Teorias do Rádio**. Florianópolis: Insular, 2005.

MINASSIAN, Ara Apkar. **A evolução da radiodifusão: aspectos técnicos**. Congresso ABART 2005. Feira de Santana (BA): Agência Nacional de Telecomunicações, 2005. Disponível em <http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/acontece_anatel/palestras/comunicação_massa/abart_agosto_2005.pdf>. Acesso em: 25 out. 2006.

MOREIRA, Sonia Virginia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

MOREIRA, S.V. e BIANCO, N. A pesquisa sobre o rádio no Brasil nos anos oitenta e noventa. In LOPES, M.I. (org.). **Vinte anos de Ciência da Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom/Universidade Santa Cecília, 1999.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998a.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. (1998b) **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. Versão ampliada de paper apresentado no GT Cultura e Participação Popular. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 21, Recife, set. 1998. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina e SATHLER, Luciano (org). **Mídia Cidadã, utopia brasileira..** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006a.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária**. Anuário Internacional da Comunicação Lusófona. São Paulo: INTERCOM ; [Lisboa]: Federação Lusófona da Ciência da Comunicação, 2006b.

PIOVESAN, Angelo Pedro. Rádio e Educação: uma integração prazerosa. In BARBOSA FILHO, André; BENETON, Rosana e PIOVESAN, Angelo Pedro (org). **Rádio: Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

PORTAL IDGNOW. **Brasil entra na era do rádio digital**. Disponível em: <<http://old.idgnow.com.br/AdPortalv5/InternetInterna.aspx?GUID=49EE492C-EC43-4BC3-9112-C0737FA1DE4C&ChannelID=2000012>>. Acesso em: 21 set. 2005.

PLEKHÂNOV, G.V. **Os Princípios Fundamentais do Marxismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

ROSAS, Paulo. **Germinação do pensamento de Paulo Freire**. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org/Paulo Freire/Vida e Obra/vida obra textos.htm#1](http://www.paulofreire.org/Paulo_Freire/Vida_e_Obra/vida_obra_textos.htm#1)>. Acesso em: 19 out. 2006.

RETRATO do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 nov. 2005. Caderno Especial.

RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e Teoria Social Moderna**. Porto Alegre: Fênix, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. 4. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento. Zoneamento da Cidade de São Paulo. Disponível em <[http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zoneamento/0001/Lei de Zoneamento.txt](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zoneamento/0001/Lei_de_Zoneamento.txt)>. Acesso em: 17 fev. 2006.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento. Plano Diretor Estratégico 2002. Disponível em <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor/0004>. Acesso em: 17 fev. 2006.

SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. **Sumário de Dados 2004**. São Paulo, 2004.

SILVEIRA, Paulo Fernando. **Rádios Comunitárias**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato**, Brasília, ano 1, n. 1, jan/mar 1999, p. 19-74.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão Comunicativa e Educação: Caminhos da Educomunicação. **Revista Comunicação e Educação**, ano 8, jan/abr 2002a, p. 16-25.

SOARES, Ismar de Oliveira. Metodologias da Educação para a Comunicação e a Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, Maria M. Ap. **Gestão de Processos Comunicacionais**, São Paulo, Atlas, 2002b.

SPOSATI, Aldaíza e LOBO, Elza. Controle social e políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, out./dez. 1992, vol.8, n.4, p.366-378.

VALLA, Victor Vicent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v.14, 1998, p.9.

VÉRON, Eliseo. As ideologias estão entre nós. In: VÉRON, Eliseo. **Ideologia, Estrutura e Comunicação**, São Paulo: Cultrix, 1970.

VÉRON, Eliseo. **A Produção de Sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

ANEXOS

Anexo 01**1º Seminário de Recepção e Informação
das Unidades de Saúde do Projeto Qualis****Tabulação das informações contidas nas fichas de inscrição****Inventário preliminar – 7 de novembro de 98**

Participantes: 32 técnicos da saúde representantes de 10 unidades de saúde do Projeto Qualis / Programa de Saúde da Família das zonas norte e sudeste de SP.
Total de questionários: 29 técnicos, representantes de 9 unidades

Unidades de Saúde: Jardim Guairacá; Iguazu; Posto da Pastoral V. Madalena; Dr Augusto Galvão; Vila Espanhola; Dra Ilza Hultzler; Vila Ramos; Vila Renato e Parque Santa Madalena.

Representantes: Nove diretores; seis auxiliares administrativos; uma enfermeira; um médico; um dentista e onze Agentes Comunitários de Saúde.

Questão 1 - De que jeito você fica sabendo das coisas ?

- jornal
- tv
- rádio
- revistas
- internet
- conversando com as pessoas (boca a boca)
- reuniões
- boletins, panfletos e cartazes
- Sindicato

Questão 2 - Quais os programas jornalísticos de TV que você assiste ?

- Jornal Nacional
- Jornal da Record
- Jornal da Band
- Jornal da Cultura
- Jornal da Manchete
- Bóris Casoy
- Jô Onze e Meia
- Opinião Nacional
- Passando a Limpo
- Fogo Cruzado
- Globo Repórter

- Leão Livre
- Ratinho
- Jornal da Globo
- Bom dia Brasil
- SPTV
- Aqui e Agora
- CNT
- Rede Vida
- Canal 21

Questão 3 - Qual a emissora de rádio que você costuma ouvir?

- CBN
- Bandeirantes
- Cidade
- Cultura
- Rádio Globo
- Transamérica
- América
- Eldorado
- Musical
- 105 FM
- Jovem Pan
- Antena 1

Questão 4 - Quais os jornais ou revistas que você costuma ler?

Jornais mais lidos:

- Diário Popular
- Folha de S. Paulo
- Estadão
- Jornal da Tarde
- Folha da Tarde
- Gazeta da Vila Prudente
- Gazeta do Imirim

Revistas mais lidas:

- Veja
- Isto É
- Época
- Manchete
- Você
- Contigo
- Ana Maria
- Faça Fácil

Questão 5 - Um dos objetivos deste Seminário é fazer o inventário dos meios de comunicação da região onde o seu Centro está instalado. Você já conhece quais os meios de comunicação que existem na sua da região? Vale tudo: TV comunitária, rádios comerciais, rádios comunitárias, jornais ou boletins de paróquias, de associações, de bairros, sistema de carros de som, serviços de alto-falantes etc. Você poderia fazer essa pequena pesquisa e listar quais são esses veículos?

**Meios de comunicação inventariados pelos
participantes presentes ao Seminário**
(região das Unidades de Saúde) - versão preliminar

A - Rádios comunitárias

1. Rádio Casa do Caboclo na Paróquia Nossa Senhora de Fátima
2. Rádio Comunitária Freguesia News
3. Serviço de Alto falante da região da Vila Ramos
4. Rádio Mauá
5. Rádio Esperança
6. Rádio Comunitária Maria de Nazaré 92.5 FM
7. Rádio Alternativa 95.3 FM Comunitária
8. Mais Mais 104.3 FM (Sapopemba)
9. Objetiva 88.5 FM da Igreja do Evangelho Quadrangular
10. Carro de Som / Alto falante da Igreja Católica N. Sra. Graças
11. Rádio Audio FM 93,3 – Vila Amália
12. Rádio Comunitária Cantareira – FM 96.3
13. Carro de Som do marido da ACS MA-19
14. Serviço de alto falante do Sr Neves
15. Rádio Comunitária Chama Viva
16. Rádio Utinga
17. Carro de Som do Chacrinha
18. Carro de som Tamoyo Show (prestação de serviços nas regiões do jardim Planalto, São Mateus, Jardim São Roberto, Jardim Elba e mediações)
19. Rádio Comunitária evangélica e serviço de alto falante da Igreja Assembléia de Deus – Deus Proverá
20. Rádio Voz da Esperança – da Igreja Regional da Esperança

B – TV Comunitária

1. Canal 45 UHF – transmissão Jdm Grimaldi, áreas de atuação: Sapopemba, S. Mateus, Jdm Elba, Parque Santa Madalena, Jdm Ninar e Jdm Planalto.

C - Jornais e boletins

1. Gazeta do Imirim
2. Gazeta de São Mateus
3. Boletim da Paróquia da Reconciliação (Sta Madalena)
4. Boletim O manancial – Evangelho Quadrangular
5. Boletim Belém , da região episcopal Belém – arquidiocese de SP
6. Jornal da Zona Norte
7. Jornal Voz da Esperança (reg. Brasilândia)
8. Jornal do Bairro da Vila Nova Cachoeirinha
9. Jornal Gazeta da Vila Prudente
10. Jornal da Igreja Universal do Reino de Deus
11. Folha do Jardim Panorama
12. Jornal de Informações das atividades da Paróquia Santíssima Trindade e serviço de alto falante
13. Jornal comercial Vitrine
14. O sementeiro, da igreja Evangélica do Jardim Guairacá
15. Jornal da Juta
16. Boletim Informativo de Renovação Carismática Católica da Comunidade Maria de Nazaré
17. Panfletos do CEDECA
18. Jornal do Sr Paulo Rosa (líder comunitário do Parque Santa Madalena)

Quem fala com o Povo

Pesquisa de opinião da OBORÉ para o Projeto Qualis/
Programa Saúde da Família
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo
Sistematização: abril de 1999

Regiões da Capital: Norte e Sudeste

Questionários aplicados: 1757

Período: 15 a 31 de março/99

Resultado da questão:

Qual o comunicador ou comunicadora em quem você mais confia ?

1. Paulo Lopes	462
2. Eli Correia	248
3. Sonia Abraão	111
4. Paulo Barbosa	92
5. Padre Marcelo	54
6. Claudia Martins	43
7. Roni Magrini	27
8. Bispa e J. Santos	25
9. Sandra Gratti	23
10. Heródoto Barbeiro	22
11. Gilberto Barros e Cacá Siqueira	19
12. Pedro Luiz Ronco	18
Não responderam	187
Confia em todos	102
Nenhum	89
Não sabe	69
Não lembra o nome	49
Sem preferência	24
Qualquer um	4

APÊNDICES

Apêndice 1

Amostra da pesquisa

Listagem das 142 emissoras comerciais e comunitárias instaladas em 136 municípios de 19 estados do Brasil

	UF	CIDADE	EMISSORA	BANDA
1	AL	CAMPESTRE	RÁDIO CAMPESTRE FM	FMC
2	AL	MAJOR IZIDORO	RÁDIO SERTÃOZINHO FM	FMC
3	AM	TEFÉ	RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL DE TEFÉ	AM
4	AP	CALÇOENE	CALÇOENE FM	FMC
5	AP	MACAPÁ	RÁDIO COMUNITÁRIA NOVO TEMPO	FMC
6	BA	BOTUPORÃ	RÁDIO ALTERNATIVA FM	FMC
7	BA	BRUMADO	RÁDIO NOVA VIDA FM	FMC
8	BA	CAETITÉ	RÁDIO EDUCADORA SANTANA DE CAETITÉ	AM
9	BA	CANDEIAS	J SID PUBLICIDADE	FMC
10	BA	CASTRO ALVES	RÁDIO COMUNITÁRIA ELDORADO FM	FMC
11	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	RÁDIO FM CIDADE	FMC
12	BA	ITAMBÉ	RÁDIO LUZ FM	FMC
13	BA	MUNDO NOVO	RÁDIO SANTA CRUZ FM	FMC
14	BA	NOVA VIÇOSA	RÁDIO TRANSVIÇOSA FM	FMC
15	BA	POJUCA	JUVENTUDE FM STEREO	FMC
16	BA	SALVADOR	RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DO LOBATO	FMC
17	BA	SALVADOR	RÁDIO STUDIO COMUNITÁRIA	FMC
18	BA	SANTA CRUZ DA VITÓRI	SANTA CRUZ FM 104.9	FMC
19	BA	SIMÕES FILHO	SIMÕES FILHO FM	FMC
20	CE	ANTONINA DO NORTE	SANTO ANTONIO FM	FMC
21	CE	BARBALHA	RÁDIO CETAMA	AM
22	CE	CANINDÉ	RÁDIO SÃO FRANCISCO DE CANINDÉ	AM
23	CE	IPÚ	HARMONIA FM	FMC
24	CE	LIMOEIRO DO NORTE	RÁDIO EDUCADORA	AM
25	CE	QUIXADÁ	RÁDIO CULTURA DE QUIXADA	AM
26	CE	SANTANA DO CARIRI	SANTANA FM	FMC
27	CE	SENADOR POMPEU	RÁDIO SERTÃO CENTRAL	AM
28	ES	MUQUI	RÁDIO COMUNITÁRIA DE MUQUI 87,9 FM	FMC
29	GO	ABADIA DE GOIÁS	SOL FM	FMC
30	GO	CACHOEIRA DOURADA	RÁDIO DOURADA FM	FMC
31	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	RÁDIO MEGA FM	FMC
32	GO	VIANÓPOLIS	RÁDIO LÍDER COMUNITÁRIA	FMC
33	MA	AÇAILÂNDIA	RÁDIO CULTURA AM	AM
34	MA	ARAIOSES	JAGUAR FM 96,9	FMC
35	MA	LAGOA DO MATO	RÁDIO CORRENTE FM	FMC
36	MA	PRESIDENTE DUTRA	RÁDIO INFORMATIVA FM	FMC
37	MA	SÃO BENEDITO DO RIO	RÁDIO COMUNITÁRIA RIO PRETO FM	FMC
38	MG	ANTÔNIO DIAS	RÁDIO INTEGRAÇÃO	FMC
39	MG	ATALÉIA	RÁDIO PAM FM	FMC
40	MG	BELO ORIENTE	RÁDIO ALTERNATIVA 104,9 FM	FMC
41	MG	BICAS	RÁDIO ALTERNATIVA FM	FMC
42	MG	BOM JARDIM DE MINAS	RÁDIO TRANS BJ FM	FMC

43	MG	CAMPO DO MEIO	INTERLAGOS FM	FMC
44	MG	CANA VERDE	RÁDIO PONTUAL FM	FMC
45	MG	CARNEIRINHO	RÁDIO TROPICAL FM	FMC
46	MG	CONCEIÇÃO DE IPANEMA	RÁDIO LUZLÂNDIA FM	FMC
47	MG	CONGONHAS	RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADE FM	FMC
48	MG	DIVISA NOVA	RÁDIO BOA VISTA FM	FMC
49	MG	DOM SILVÉRIO	RÁDIO NOSSA TERRA FM	FMC
50	MG	GOUVEIA	RÁDIO KOBU FM	FMC
51	MG	ITINGA	RÁDIO CULTURA	FMC
52	MG	JUIZ DE FORA	RESGATE FM	FMC
53	MG	MIRADOURO	MIRADOURO FM 87,9	FMC
54	MG	MONTE SANTO DE MINAS	RÁDIO PROGRESSO	AM
55	MG	MUZAMBINHO	RÁDIO CIDADANIA FM	FMC
56	MG	NEPOMUCENO	LIBERDADE FM	FMC
57	MG	PARAGUAÇU	RÁDIO COMUNITÁRIA	FMC
58	MG	PIRAÚBA	RÁDIO NOVA ALIANÇA	FMC
59	MG	POUSO ALEGRE	NOVA FM 90,9	FMC
60	MG	SANTOS DUMONT	RÁDIO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL FM 105.9	FMC
61	MG	SÃO JOÃO DO MANHUAÇU	RÁDIO 92 FM	FM
62	MG	VÁRZEA DA PALMA	RÁDIO AMÉRICA	FMC
63	PB	ÁGUA BRANCA	RÁDIO COMUNITÁRIA ÁGUA BRANCA FM	FMC
64	PB	AREIA	RÁDIO COMUNITÁRIA AREIA FM	FMC
65	PB	CAJAZEIRAS	RÁDIO ALTO PIRANHAS	AM
66	PB	CONDADO	RÁDIO COMUNITÁRIA ARCOVERDE FM 104,9	FMC
67	PB	JACARAÚ	ALVORADA FM	FMC
68	PB	MARI	ARAÇÁ FM	FMC
69	PB	NAZAREZINHO	RÁDIO COMUNITÁRIA NAZA FM	FMC
70	PB	PATOS	RÁDIO ESPINHAS DE PATOS	AM
71	PB	SERRA BRANCA	RÁDIO SERRA BRANCA FM	FM
72	PB	SUMÉ	RÁDIO CIDADE	AM
73	PE	AFOGADOS DA INGAZEIR	RÁDIO PAJEÚ DE EDUCAÇÃO POPULAR	AM
74	PE	PESQUEIRA	RÁDIO URUBÁ FM	FMC
75	PE	SÃO VICENTE FERRER	RÁDIO CAPIBARIBE MIRIM FM	FMC
76	PE	SERTÂNIA	RÁDIO SERTÂNIA FM	FM
77	PE	VICÊNCIA	RÁDIO VICÊNCIA FM	FMC
78	PI	BARRAS	RÁDIO POPULAR FM	FMC
79	PI	DOM EXPEDITO LOPES	FM 3º MILÊNIO	FMC
80	PI	ESPERANTINA	VOZ DO LONGÁ	AM
81	PI	PIRIPIRI	RÁDIO COMUNITÁRIA FM FAMÍLIA	FMC
82	PI	TERESINA	RÁDIO ANTARES 800	AM
83	PR	INAJÁ	RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARGO FM	FMC
84	PR	ITAPERUÇU	RÁDIO ITAPERUÇU FM	FMC
85	PR	LOBATO	RÁDIO COMUNITÁRIA LOBATO FM	FMC
86	PR	MANDAGUARI	RÁDIO LIBERDADE FM	FMC
87	PR	SERTANÓPOLIS	RÁDIO SERTÃO FM	FMC
88	RJ	RIO DE JANEIRO	RAYYZES FM	FMC
89	RN	APODI	FM LUTA	FMC
90	RN	FRUTUOSO GOMES	RÁDIO COMUNITÁRIA LIBERDADE FM 104,9	FMC
91	RN	JAÇANÃ	RÁDIO COMUNITÁRIA FM FLORES	FMC
92	RN	JANDUÍS	104,9 FM RÁDIO EDUCATIVA	FMC

93	RN	MARTINS	RÁDIO VIDA	FM
94	RN	OURO BRANCO	RÁDIO COMUNITÁRIA MANAIRAMA FM	FMC
95	RN	SÃO JOÃO DO SABUGI	RÁDIO COMUNITÁRIA MULUNGU FM	FMC
96	RS	ARROIO GRANDE	RÁDIO DIFUSORA FRONTEIRA	AM
97	RS	CATUÍPE	RÁDIO AGUAS CLARAS	AM
98	RS	GARIBALDI	RÁDIO GARIBALDI AM	AM
99	RS	GAURAMA	RÁDIO GAURAMA AM	AM
100	RS	IPÊ	RÁDIO NATUREZA	FMC
101	RS	NOVA PALMA	RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA PALMA	FMC
102	RS	SANANDUVA	RÁDIO SANANDUVA	AM
103	RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	RÁDIO SÃO LOURENÇO	AM
104	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC
105	SC	CHAPECÓ	SUPER CONDÁ AM 610	AM
106	SC	GAROPABA	GAROPABA FM	FMC
107	SC	ITAIÓPOLIS	RÁDIO CIDADE	AM
108	SC	SOMBRIO	RÁDIO COMUNITÁRIA DE SOMBRIO	FMC
109	SE	ARACAJÚ	RADIO A VOZ DO PARAÍSO	FMC
110	SE	ITABAIANA	RÁDIO CAPITAL DO AGRESTE AM	AM
111	SP	ADAMANTINA	RÁDIO BRASIL DE ADAMANTINA	AM
112	SP	ARARAS	RÁDIO FRATERNIDADE AM	AM
113	SP	AVARÉ	RÁDIO CIDADANIA FM	FMC
114	SP	BARRETOS	RÁDIO CRIATIVA FM	FMC
115	SP	BERNARDINO DE CAMPOS	NOVA FM	FMC
116	SP	CACHOEIRA PAULISTA	RÁDIO ALVORADA FM	FMC
117	SP	COLÔMBIA	VALE FM	FMC
118	SP	DIADEMA	RÁDIO ALVORADA FM	FMC
119	SP	DIADEMA	RÁDIO FAMÍLIA FM	FMC
120	SP	IEPÊ	RÁDIO SHALOM FM	FMC
121	SP	IGARATÁ	RÁDIO TURÍSTICA IGARATÁ FM 91,7	FMC
122	SP	IGUAPE	JURÉIA FM 93,1	FM
123	SP	ILHA SOLTEIRA	RÁDIO COMUNITÁRIA ILHA FM	FMC
124	SP	INDIAPORÃ	RÁDIO BEIRA RIO FM	FMC
125	SP	IRAPURU	RÁDIO RAINHA DA PAZ	FMC
126	SP	ITÚ	RÁDIO CONVENÇÃO	AM
127	SP	LAVÍNIA	RÁDIO LAVÍNIA FM 104.9	FMC
128	SP	MOJI DAS CRUZES	RÁDIO VIVA FM	FMC
129	SP	MONTE APRAZÍVEL	RÁDIO CIDADE FM 87,9	FMC
130	SP	PENÁPOLIS	ELDORADO FM	FMC
131	SP	PORANGABA	PORANGABA FM	FMC
132	SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRET	RÁDIO NOVO TEMPO	AM
133	SP	SÃO MIGUEL ARCANJO	RÁDIO ALIANÇA FM 104,9	FMC
134	SP	SÃO PAULO	INFINITA 106.7	FMC
135	SP	SÃO PAULO	RÁDIO COMUNITÁRIA ALITAVÍ FM	FMC
136	SP	SÃO PAULO	RÁDIO DIGITAL FM 105,9 MHZ	FMC
137	SP	SÃO PAULO	RÁDIO VOZ ATIVA	FMC
138	SP	SÃO PAULO	SONORA	FMC
139	SP	SÃO SEBASTIÃO	RÁDIO COMUNITÁRIA COSTA SUL	FMC
140	SP	SOROCABA	SUPER FM	FMC
141	SP	SUZANO	RÁDIO VOZ DO DESAFIO	FMC
142	SP	TUPÃ	RÁDIO CLUBE DE TUPÃ	AM

Apêndice 2

Listagem das 78 emissoras com grades de programação analisadas.

	UF	CIDADE	EMISSORA	BANDA
1	AL	MAJOR IZIDORO	RÁDIO SERTÃOZINHO FM	FMC
2	AM	TEFÉ	RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL DE TEFÉ	AM
3	BA	BOTUPORÃ	RÁDIO ALTERNATIVA FM	FMC
4	BA	CAETITÉ	RÁDIO EDUCADORA SANTANA DE CAETITÉ	AM
5	BA	CANDEIAS	J SID PUBLICIDADE	FMC
6	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	RÁDIO FM CIDADE	FMC
7	BA	ITAMBÉ	RÁDIO LUZ FM	FMC
8	BA	NOVA VIÇOSA	RÁDIO TRANSVIÇOSA FM	FMC
9	BA	SALVADOR	RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DO LOBATO	FMC
10	BA	SANTA CRUZ DA VITÓRI	SANTA CRUZ FM 104.9	FMC
11	BA	SIMÕES FILHO	SIMÕES FILHO FM	FMC
12	CE	ANTONINA DO NORTE	SANTO ANTONIO FM	FMC
13	CE	IPÚ	HARMONIA FM	FMC
14	CE	QUIXADÁ	RÁDIO CULTURA DE QUIXADA	AM
15	CE	SANTANA DO CARIRI	SANTANA FM	FMC
16	CE	SENADOR POMPEU	RÁDIO SERTÃO CENTRAL	AM
17	ES	MUQUI	RÁDIO COMUNITÁRIA DE MUQUI 87,9 FM	FMC
18	GO	ABADIA DE GOIÁS	SOL FM	FMC
19	GO	CACHOEIRA DOURADA	RÁDIO DOURADA FM	FMC
20	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	RÁDIO MEGA FM	FMC
21	MA	AÇAILÂNDIA	RÁDIO CULTURA AM	AM
22	MA	ARAIOSES	JAGUAR FM 96,9	FMC
23	MA	SÃO BENEDITO DO RIO	RÁDIO COMUNITÁRIA RIO PRETO FM	FMC
24	MG	ANTÔNIO DIAS	RÁDIO INTEGRAÇÃO	FMC
25	MG	ATALÉIA	RÁDIO PAM FM	FMC
26	MG	BELO ORIENTE	RÁDIO ALTERNATIVA 104,9 FM	FMC
27	MG	CAMPO DO MEIO	INTERLAGOS FM	FMC
28	MG	CANA VERDE	RÁDIO PONTUAL FM	FMC
29	MG	CARNEIRINHO	RÁDIO TROPICAL FM	FMC
30	MG	CONCEIÇÃO DE IPANEMA	RÁDIO LUZLÂNDIA FM	FMC
31	MG	CONGONHAS	RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADE FM	FMC
32	MG	DIVISA NOVA	RÁDIO BOA VISTA FM	FMC
33	MG	DOM SILVÉRIO	RÁDIO NOSSA TERRA FM	FMC
34	MG	JUIZ DE FORA	RESGATE FM	FMC
35	MG	NEPOMUCENO	LIBERDADE FM	FMC
36	MG	PIRAÚBA	RÁDIO NOVA ALIANÇA	FMC
37	MG	POUSO ALEGRE	NOVA FM 90,9	FMC
38	MG	SANTOS DUMONT	RÁDIO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL FM 105.9	FMC
39	PB	CAJAZEIRAS	RÁDIO ALTO PIRANHAS	AM
40	PB	CONDADO	RÁDIO COMUNITÁRIA ARCOVERDE FM 104,9	FMC
41	PB	JACARAÚ	ALVORADA FM	FMC
42	PB	MARI	ARAÇÁ FM	FMC
43	PB	PATOS	RÁDIO ESPINHARAS DE PATOS	AM
44	PB	SERRA BRANCA	RÁDIO SERRA BRANCA FM	FM
45	PB	SUMÉ	RÁDIO CIDADE	AM
46	PE	PESQUEIRA	RÁDIO URUBÁ FM	FMC

47	PE	SÃO VICENTE FERRER	RÁDIO CAPIBARIBE MIRIM FM	FMC
48	PI	BARRAS	RÁDIO POPULAR FM	FMC
49	PI	DOM EXPEDITO LOPES	FM 3º MILÊNIO	FMC
50	PI	ESPERANTINA	VOZ DO LONGÁ	AM
51	PI	PIRIPIRI	RÁDIO COMUNITÁRIA FM FAMÍLIA	FMC
52	PI	TERESINA	RÁDIO ANTARES 800	AM
53	PR	ITAPERUÇU	RÁDIO ITAPERUÇU FM	FMC
54	PR	SERTANÓPOLIS	RÁDIO SERTÃO FM	FMC
55	RJ	RIO DE JANEIRO	RAYYZES FM	FMC
56	RN	FRUTUOSO GOMES	RÁDIO COMUNITÁRIA LIBERDADE FM 104,9	FMC
57	RN	JAÇANÃ	RÁDIO COMUNITÁRIA FM FLORES	FMC
58	RN	MARTINS	RÁDIO VIDA	FM
59	RN	OURO BRANCO	RÁDIO COMUNITÁRIA MANAIRAMA FM	FMC
60	RN	SÃO JOÃO DO SABUGI	RÁDIO COMUNITÁRIA MULUNGU FM	FMC
61	RS	ARROIO GRANDE	RÁDIO DIFUSORA FRONTEIRA	AM
62	RS	GAURAMA	RÁDIO GAURAMA AM	AM
63	RS	IPÊ	RÁDIO NATUREZA	FMC
64	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC
65	SC	CHAPECÓ	SUPER CONDÁ AM 610	AM
66	SC	ITAIÓPOLIS	RÁDIO CIDADE	AM
67	SC	SOMBRIO	RÁDIO COMUNITÁRIA DE SOMBRIO	FMC
68	SE	ITABAIANA	RÁDIO CAPITAL DO AGRESTE AM	AM
69	SP	ADAMANTINA	RÁDIO BRASIL DE ADAMANTINA	AM
70	SP	AVARÉ	RÁDIO CIDADANIA FM	FMC
71	SP	IGARATÁ	RÁDIO TURÍSTICA IGARATÁ FM 91,7	FMC
72	SP	ITÚ	RÁDIO CONVENÇÃO	AM
73	SP	MONTE APRAZÍVEL	RÁDIO CIDADE FM 87,9	FMC
74	SP	PENÁPOLIS	ELDORADO FM	FMC
75	SP	SÃO MIGUEL ARCANJO	RÁDIO ALIANÇA FM 104,9	FMC
76	SP	SÃO PAULO	RÁDIO COMUNITÁRIA ALITAVÍ FM	FMC
77	SP	SÃO PAULO	RÁDIO VOZ ATIVA	FMC
78	SP	SÃO SEBASTIÃO	RÁDIO COMUNITÁRIA COSTA SUL	FMC

Apêndice 3

Listagem dos 155 radialistas pesquisados, atuantes em 142 emissoras da amostra.

	UF	CIDADE	EMISSORA	BANDA	RADIALISTA
1	AL	CAMPESTRE	RÁDIO CAMPESTRE FM	FMC	AMARO MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
2	AL	MAJOR IZIDORO	RÁDIO SERTÃOZINHO FM	FMC	NICELIO DA SILVA LEITE
3	AM	TEFÉ	EDUCAÇÃO RURAL DE TEFÉ	AM	THOMAS SCHWAMBORN
4	AP	CALÇOENE	CALÇOENE FM	FMC	LUIZ ARNALDO DE ANDRADE FERNANDES
5	AP	MACAPÁ	COMUNITÁRIA NOVO TEMPO	FMC	OSMAIDE BARBOSA DA SILVA
6	BA	BOTUPORÃ	RÁDIO ALTERNATIVA FM	FMC	JACQUES DOUGLAS DA COSTA BAPTISTA
7	BA	BRUMADO	RÁDIO NOVA VIDA FM	FMC	CÉLIA MARIA TELES DIAS
8	BA	CAETITÉ	EDUCADORA SANTANA DE CAETITÉ	AM	SILVANO BEZERRA DA SILVA
9	BA	CANDEIAS	J SID PUBLICIDADE	FMC	IDEVALDO GOMES LIMA
10	BA	CASTRO ALVES	ELDORADO FM	FMC	EVERALDO MAGALHÃES SANTOS
11	BA	FORMOSA DO R PRETO	RÁDIO FM CIDADE	FMC	EDNILTON PEREIRA ALVES
12	BA	ITAMBÉ	RÁDIO LUZ FM	FMC	GILBERTO AZEVEDO RODRIGUES
13	BA	MUNDO NOVO	RÁDIO SANTA CRUZ FM	FMC	GILDASIO ALVES DE SOUZA
14	BA	NOVA VIÇOSA	RÁDIO TRANSVIÇOSA FM	FMC	ADRIANY DE SOUZA GUALBERTO
15	BA	POJUÇA	JUVENTUDE FM STEREO	FMC	NARACÍ DANTAS DE SANTANA
16	BA	SALVADOR	A VOZ DO LOBATO	FMC	MARTILLO FIRMO DE JESUS
17	BA	SALVADOR	RÁDIO STUDIO COMUNITÁRIA	FMC	JOSÉ CARLOS TAVARES VILAR
18	BA	STA CRUZ DA VITÓRIA	SANTA CRUZ FM 104.9	FMC	JOSÉ ANTONIO SOBRINHO
19	BA	SIMÕES FILHO	SIMÕES FILHO FM	FMC	JAIRO MASCARENHAS
20	CE	ANTONINA DO NORTE	SANTO ANTONIO FM	FMC	ANA PAULA LEITE
21	CE	BARBALHA	RÁDIO CETAMA	AM	JOSÉLIO FIDELIS DE ARAÚJO
22	CE	CANINDÉ	SÃO FRANCISCO DE CANINDÉ	AM	JOÃO PAULO TEIXEIRA PAULINO
23	CE	IPÚ	HARMONIA FM	FMC	MANOEL MESSIAS BEZERRA SANTOS
24	CE	LIMOEIRO DO NORTE	RÁDIO EDUCADORA	AM	JOSÉ MARCOS MAURICIO LIMA
25	CE	QUIXADÁ	RÁDIO CULTURA DE QUIXADA	AM	JOSEFA MARTINS DA ROCHA
26	CE	SANTANA DO CARIRI	SANTANA FM	FMC	FRANCISCO GEANIO FELIPE DE OLIVEIRA
27	CE	SENADOR POMPEU	RÁDIO SERTÃO CENTRAL	AM	JOSE VILMAR INACIO BOTÃO
28	ES	MUQUI	COMUNITÁRIA DE MUQUI 87,9 FM	FMC	ALESSANDRO MATEUS
29	GO	ABADIA DE GOIÁS	SOL FM	FMC	WANDERSON JOSÉ SILVA
30	GO	CACHOEIRA DOURADA	RÁDIO DOURADA FM	FMC	CELSO ROSA VELOSO
31	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	RÁDIO MEGA FM	FMC	MÁRCIO PEDRO DA SILVA
32	GO	VIANÓPOLIS	RÁDIO LÍDER COMUNITÁRIA	FMC	HIGOR RAFAEL GUIMARÃES CINTRA
33	MA	AÇAILÂNDIA	RÁDIO CULTURA AM	AM	WÂNIA MARIA DE FIGUEIREDO SILVA
34	MA	ARAIOSES	JAGUAR FM 96,9	FMC	MANOEL MARIA LIMA
35	MA	LAGOA DO MATO	RÁDIO CORRENTE FM	FMC	JAMES RIBEIRO GUIMARÃES
36	MA	PRESIDENTE DUTRA	RÁDIO INFORMATIVA FM	FMC	MAX SILVA
37	MA	SÃO BENEDITO DO RIO	RÁDIO COMUNITÁRIA RIO PRETO FM	FMC	LUCIANO DE SOUSA FERREIRA
38	MG	ANTÔNIO DIAS	RÁDIO INTEGRAÇÃO	FMC	ALOISIO DE CASTRO PEREIRA
39	MG	ATALÉIA	RÁDIO PAM FM	FMC	JOSÉ CLEMENTINO DOS SANTOS FILHO

40	MG	BELO ORIENTE	RÁDIO ALTERNATIVA 104,9 FM	FMC	EDSON MARTINS DE ALMEIDA
41	MG	BICAS	RÁDIO ALTERNATIVA FM	FMC	ALOIZIO BARROS DE SOUZA
42	MG	BOM JARDIM DE MINAS	RÁDIO TRANS BJ FM	FMC	LUCIANO FARIA TEIXEIRA
43	MG	CAMPO DO MEIO	INTERLAGOS FM	FMC	GILSON ROCHA DE ABREU
44	MG	CANA VERDE	RÁDIO PONTUAL FM	FMC	AENDER ANASTÁCIO DE MORAIS
45	MG	CARNEIRINHO	RÁDIO TROPICAL FM	FMC	EDSON ALVES DOS SANTOS
46	MG	CONCEIÇÃO DE IPANEMÁ	RÁDIO LUZLÂNDIA FM	FMC	CLEBERSON EUGÊNIO RODRIGUES
47	MG	CONGONHAS	RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADE FM	FMC	SÉRGIO DOURADO DE OLIVEIRA MATOS
48	MG	DIVISA NOVA	RÁDIO BOA VISTA FM	FMC	MARCOS DE JESUS MARINHO
49	MG	DOM SILVÉRIO	RÁDIO NOSSA TERRA FM	FMC	FLAVIANE NASCIMENTO
50	MG	GOUVEIA	RÁDIO KOBU FM	FMC	RAQUEL LUIZA DA SILVA
51	MG	ITINGA	RÁDIO CULTURA	FMC	ANTÔNIO EVANGELISTA GUSMÃO
52	MG	JUIZ DE FORA	RESGATE FM	FMC	NATANAEL COSTA DA SILVA
53	MG	MIRADOURO	MIRADOURO FM 87,9	FMC	JOSÉ MÁRCIO ALVES DE PAIVA
54	MG	MONTE SANTO DE MINAS	RÁDIO PROGRESSO	AM	ANA MARIA AP LOPES BALDO
55	MG	MUZAMBINHO	RÁDIO CIDADANIA FM	FMC	MARCOS ROBERTO CÂNDIDO
56	MG	NEPOMUCENO	LIBERDADE FM	FMC	JACQUELINE SOUZA REIS
57	MG	PARAGUAÇU	RÁDIO COMUNITÁRIA	FMC	IDELFONSO FRANCISCO
58	MG	PARAGUAÇU	RÁDIO COMUNITÁRIA	FMC	BENÍCIO SOUZA RAMOS
59	MG	PARAGUAÇU	RÁDIO COMUNITÁRIA	FMC	VALDINEI DONIZETE REIS
60	MG	PARAGUAÇU	RÁDIO COMUNITÁRIA	FMC	LUIZ CARLOS ROBERTO
61	MG	PIRAÚBA	RÁDIO NOVA ALIANÇA	FMC	IVAIR PACHECO DE QUEIROZ
62	MG	POUSO ALEGRE	NOVA FM 90,9	FMC	MARCOS VINÍCIUS CAMPOS CAMPANELLA
63	MG	SANTOS DUMONT	RÁDIO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL FM 105,9	FMC	EDSON NOGUEIRA PALMA
64	MG	S JOÃO DO MANHUAÇU	RÁDIO 92 FM	FM	DIVIELSON RIBEIRO QUEIROZ
65	MG	VÁRZEA DA PALMA	RÁDIO AMÉRICA	FMC	EDVALDO DE BRITO SALES
66	PB	ÁGUA BRANCA	RÁDIO COMUNITÁRIA ÁGUA BRANCA FM	FMC	VALTER FIRMINO DE FREITAS JUNIOR
67	PB	AREIA	RÁDIO COMUNITÁRIA AREIA FM	FMC	GILBERTO BATISTA DA SILVA
68	PB	CAJAZEIRAS	RÁDIO ALTO PIRANHAS	AM	GEORGE SANDRO CEZAR GUEDES
69	PB	CONDADO	RÁDIO COMUNITÁRIA ARCOVERDE FM 104,9	FMC	RAIMUNDO ALVES GOMES
70	PB	JACARAÚ	ALVORADA FM	FMC	SEVERINO DO RAMO SILVA
71	PB	MARI	ARAÇÁ FM	FMC	SEVERINO BATISTA DA SILVA
72	PB	NAZAREZINHO	RÁDIO COMUNITÁRIA NAZA FM	FMC	JOSÉ DE SOUSA LIRA
73	PB	PATOS	RÁDIO ESPINHAS DE PATOS	AM	MÁRIO FRADE FILHO
74	PB	SERRA BRANCA	RÁDIO SERRA BRANCA FM	FM	LÚCIA DE CÁSSIA DE SOUSA OLIVEIRA
75	PB	SUMÉ	RÁDIO CIDADE	AM	JACQUELINE VIEIRA SANTOS DE OLIVEIRA
76	PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	RÁDIO PAJEÚ DE EDUCAÇÃO POPULAR	AM	NIVALDO ALVES GALINDO FILHO
77	PE	PESQUEIRA	RÁDIO URUBÁ FM	FMC	WERCILEI DE FREITAS BARBOSA
78	PE	SÃO VICENTE FERRER	RÁDIO CAPIBARIBE MIRIM FM	FMC	JOSIAS ALBINO DE LIMA
79	PE	SERTÂNIA	RÁDIO SERTÂNIA FM	FM	GISLAYNE MIRANDA VALENÇA
80	PE	VICÊNCIA	RÁDIO VICÊNCIA FM	FMC	AURÍLIO JOSÉ DOS SANTOS
81	PI	BARRAS	RÁDIO POPULAR FM	FMC	MANOEL CORDEIRO DA SILVA
82	PI	DOM EXPEDITO LOPES	FM 3º MILÊNIO	FMC	FRANCIVAL DE ARAÚJO GONÇALVES
83	PI	ESPERANTINA	VOZ DO LONGÁ	AM	ELIAS MEDEIROS JUNIOR
84	PI	PIRIPIRI	RÁDIO COMUNITÁRIA FM FAMÍLIA	FMC	LUIZ DE BRITO VIEIRA JUNIOR
85	PI	TERESINA	RÁDIO ANTARES 800	AM	SOLFIERE ANTONIO MARKAN LUZ

86	PR	INAJÁ	RÁDIO COMUNITÁRIA CAMARGO FM	FMC	ADELMO DOS SANTOS FILHO
87	PR	ITAPERUÇU	RÁDIO ITAPERUÇU FM	FMC	MIRIAN JUDITE BINI SILLA
88	PR	ITAPERUÇU	RÁDIO ITAPERUÇU FM	FMC	ADILSON NUNES DE OLIVEIRA
89	PR	ITAPERUÇU	RÁDIO ITAPERUÇU FM	FMC	CLAUDETE BINI
90	PR	LOBATO	RÁDIO COMUNITÁRIA LOBATO FM	FMC	LILIAN COQUELETE LEMOS
91	PR	MANDAGUARI	RÁDIO LIBERDADE FM	FMC	WALTER CARVALHO
92	PR	SERTANÓPOLIS	RÁDIO SERTÃO FM	FMC	WESLLER FERNANDES
93	RJ	RIO DE JANEIRO	RAYYZES FM	FMC	FLAVIO DOS SANTOS SANTANA
94	RN	APODI	FM LUTA	FMC	FRANCISCO ERIVAN DE MORAIS
95	RN	FRUTUOSO GOMES	RÁDIO COMUNITÁRIA LIBERDADE FM 104,9	FMC	CARLOS EDUARDO DE SOUZA
96	RN	FRUTUOSO GOMES	RÁDIO COMUNITÁRIA LIBERDADE FM 104,9	FMC	RYSONELY MACLAY DE OLIVEIRA
97	RN	JAÇANÃ	RÁDIO COMUNITÁRIA FM FLORES	FMC	GEOVANIA GOMES DA SILVA
98	RN	JANDUÍS	104,9 FM RÁDIO EDUCATIVA	FMC	LEANDRO FERREIRA TOMÉ
99	RN	MARTINS	RÁDIO VIDA	FM	ERIAN LEITE FERNANDES
100	RN	OURO BRANCO	RÁDIO COMUNITÁRIA MANAIRAMA FM	FMC	ITAN MARINHEIRO DA SILVA
101	RN	SÃO JOÃO DO SABUGI	RÁDIO COMUNITÁRIA MULUNGU FM	FMC	DEUZILENE DA NÓBREGA COSTA FLÁVIO LUIZ JAOUGLARD DA SILVA
102	RS	ARROIO GRANDE	RÁDIO DIFUSORA FRONTEIRA	AM	LEANDRO BENETTI
103	RS	CATUÍPE	RÁDIO AGUAS CLARAS	AM	JOSÉ PARISE
104	RS	GARIBALDI	RÁDIO GARIBALDI AM	AM	VITOR PEDRO BONATTO
105	RS	GAURAMA	RÁDIO GAURAMA AM	AM	ROZELEIDE ZANOTTO
106	RS	IPÊ	RÁDIO NATUREZA	FMC	HERMES BERTOLDO
107	RS	NOVA PALMA	RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA PALMA	FMC	ITAMAR JACOB BELIN
108	RS	SANANDUVA	RÁDIO SANANDUVA	AM	ANA LUÍSA DA SILVA
109	RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	RÁDIO SÃO LOURENÇO	AM	JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOUGHU
110	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC	OSVALDIR DRANKA
111	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC	MARCIO JOSÉ RONSKA
112	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC	CARLOS ALBERTO FLORIANO
113	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC	EVERSON PAULI
114	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC	NÉDIA MARIA SCHEFFER
115	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC	ELEANDRO PAULI
116	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC	ANTONIO MARCOS FRANCO
117	SC	CAMPO ALEGRE	RÁDIO CIDADE FM 104.9 MHZ	FMC	PAULO GOMES
118	SC	CHAPECÓ	SUPER CONDÁ AM 610	AM	DENISE DE OLIVEIRA AMORIM
119	SC	GAROPABA	GAROPABA FM	FMC	DARCY ZANGHELINI
120	SC	ITAIÓPOLIS	RÁDIO CIDADE	AM	EVANDRO MATTOS DUARTE PINTO
121	SC	SOMBRIO	RÁDIO COMUNITÁRIA DE SOMBRIO	FMC	JOÁS RIBEIRO MELO
122	SE	ARACAJÚ	RADCOM E SERV DE AF A VOZ DO PARAÍSO	FMC	ANA LÚCIA MENDONÇA
123	SE	ITABAIANA	RÁDIO CAPITAL DO AGRESTE AM	AM	FABRÍCIO BONASSA
124	SP	ADAMANTINA	RÁDIO BRASIL DE ADAMANTINA	AM	CARLOS CAZARIN
125	SP	ARARAS	RÁDIO FRATERNIDADE AM	AM	ERNESTO FERREIRA DE ALBUQUERQUE
126	SP	AVARÉ	RÁDIO CIDADANIA FM	FMC	CANCIONEIRO DUVALLE
127	SP	BARRETOS	RÁDIO CRIATIVA FM	FMC	VALDEMIR APARECIDO FREDERICO
128	SP	BERNARDINO DE CAMPOS	NOVA FM	FMC	MARCO ANTONIO DE PAULA LICO
129	SP	CACHOEIRA PAULISTA	RÁDIO ALVORADA FM	FMC	ANDERSON BORGES TSUCHIDA
130	SP	COLÔMBIA	VALE FM	FMC	ERMINIO RODRIGUES DE SOUSA
131	SP	DIADEMA	RÁDIO ALVORADA FM	FMC	

132	SP	DIADEMA	RÁDIO FAMÍLIA FM	FMC	JOSÉ AGUINALDO BEZERRA DA SILVA
133	SP	IEPÊ	RÁDIO SHALOM FM	FMC	CLAUDINEI DO VALE GLIGOR
134	SP	IGARATÁ	RÁDIO TURÍSTICA IGARATÁ FM 91,7	FMC	OSMAR RAMOS PRIANTI
135	SP	IGUAPE	JURÉIA FM 93,1	FM	JOSÉ IVO ALVES DE ALMEIDA
136	SP	ILHA SOLTEIRA	RÁDIO COMUNITÁRIA ILHA FM	FMC	LEANDRO MARINI PEREIRA
137	SP	INDIAPORÃ	RÁDIO BEIRA RIO FM	FMC	JULIO CESAR REIS PEREIRA
138	SP	IRAPURU	RÁDIO RAINHA DA PAZ	FMC	DECIO APARECIDO FELICIANO FERNANDA MARIÁH DE PAULA LIMA
139	SP	ITÚ	RÁDIO CONVENÇÃO	AM	
140	SP	LAVÍNIA	RÁDIO LAVÍNIA FM 104.9	FMC	CICERO RODRIGUES DA SILVA
141	SP	MOJI DAS CRUZES	RÁDIO VIVA FM	FMC	CESAR ALFREDO RODRIGUES DE SOUZA
142	SP	MONTE APRAZÍVEL	RÁDIO CIDADE FM 87,9	FMC	MARCOS ROBERTO PINTO
143	SP	PENÁPOLIS	ELDORADO FM	FMC	JOÃO J VIEIRA
144	SP	PORANGABA	PORANGABA FM	FMC	ELIAS MARQUES
145	SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	RÁDIO NOVO TEMPO	AM	FRANK DE SOUZA
146	SP	SÃO MIGUEL ARCANJO	RÁDIO ALIANÇA FM 104,9	FMC	ISRAEL ESTRELA SANTOS
147	SP	SÃO PAULO	INFINITA 106.7	FMC	TERESA MENDOZA DE VILLALBA
148	SP	SÃO PAULO	RÁDIO COMUNITÁRIA ALITAVÍ FM	FMC	AIRTON EDUARDO DOS SANTOS
149	SP	SÃO PAULO	RÁDIO DIGITAL FM 105,9 MHZ	FMC	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
150	SP	SÃO PAULO	RÁDIO VOZ ATIVA	FMC	LEIDYLA SILVA NASCIMENTO
151	SP	SÃO PAULO	SONORA	FMC	JAILTON JESUS DOS SANTOS
152	SP	SÃO SEBASTIÃO	RÁDIO COMUNITÁRIA COSTA SUL	FMC	JUVENAL MARQUES LUIZ JUNIOR
153	SP	SOROCABA	SUPER FM	FMC	BENEDITO HIDALGO
154	SP	SUZANO	RÁDIO VOZ DO DESAFIO	FMC	JURACI BISPO DOS SANTOS
155	SP	TUPÃ	RÁDIO CLUBE DE TUPÃ	AM	JANÂINE ARAÚJO

Apêndice 4

Relação das seis emissoras comunitárias instaladas no município de São Paulo com narrativas analisadas a partir de depoimentos de seus diretores.

<p>1 - Rádio Heliópolis UNAS – União de Núcleos, Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco. Responsável: Geronino Barbosa de Souza Rua da Mina, 38 - Heliópolis, São Paulo CEP 04235-510 Tel . (11) 6215.1744 radioheliopolisfm@yahoo.com.br / unass@uol.com.br</p>
<p>2 - Rádio Catedral 106,7 Fm Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Campo Limpo Responsável: Diácono Edilson Marcos Lima dos Santos R. Lira Paulista, 30 - Campo Limpo, São Paulo CEP 05788-320 Tel. (11) 5844-6088 catedral106@hotmail.com</p>
<p>3 - Rádio Comunitária Caminho Para a Vida Associação Rádio Comunitária Caminho para a Vida Responsável: Almir Ribeiro dos Santos Rua Brinco de Princesa, 28 - São Matheus, São Paulo CEP 08391-400 Tel. (11) 6751-7137, (11) 6753-5859</p>
<p>4 - Rádio Futura Associação Cultural Comunitária Filadélfia Responsável: Luiz Gomes Alves Av Jatobás, 67 – Parelheiros, São Paulo CEP 04896-010 Tel. (11) 5921-8140, (11) 5926-0596</p>
<p>5 - Rádio Comunitária Colina FM Centro Comunitário Castro Alves - CEBECH Responsável: Rocha D'Urano R Sara Kubitschek, 221- Cidade Tiradentes, São Paulo CEP 08474-000 Tel. (11) 6867-1265</p>
<p>6 - Rádio Athus FM Associação Comunitária e Cultural Athus Responsável: José Rodrigues Rua Batista Coelho, 04 - Pq Sônia, São Paulo CEP 05856-510 Tel. (11) 5825-4187</p>

Apêndice 5

Modelo de questionário aplicado como pré-teste junto a 25 radialistas

PESQUISA COM RADIALISTAS

Nome completo.....

Idade

Emissora.....

Cidade Estado

Cargo / Função na emissora

A - Escolaridade:

1. Ensino Fundamental - 1ª a 8ª séries

- () completo
 () incompleto [fiz até a série]
 () ainda estou cursando

2. Ensino Médio – 1º a 3º colegial

- () não fiz
 () completo
 () incompleto [fiz até o colegial]
 () ainda estou cursando

Se for uma Escola Técnica, diga qual o curso

.....

3. Ensino Superior – Faculdade

- () não fiz
 () ainda pretendo fazer
 () estou cursando. Qual?
 () tenho curso completo. Qual?
 () tenho curso incompleto. Qual?

B - Envolvimento com o rádio:

Quando, Como e Por quê você decidiu trabalhar com rádio?

C – Você se preparou para começar a trabalhar em rádio? De que forma?

D – Quais cursos você já fez para aprimorar a sua atuação no rádio?

E – Na sua opinião, quais são os temas ou cursos que mais ajudariam você a melhorar o seu trabalho na sua emissora? Por quê?

Apêndice 6

Modelo de questionário aplicado na pesquisa junto aos 155 radialistas

PESQUISA COM RADIALISTAS

Por favor, leia atentamente toda a pesquisa antes de começar a responder.

Nome completo.....
 Idade
 Emissora.....
 Cidade Estado
 Cargo / Função na emissora
 Desde quando você está nessa emissora?.....

Seu trabalho na rádio é () voluntário () remunerado

Você já trabalhou em outras rádios?

() Não () Sim, em uma comercial () Sim, em uma comunitária

A - Escolaridade:

1. Ensino Fundamental - 1ª a 8ª séries

- () completo
 () incompleto [fiz até a série]
 () ainda estou cursando

2. Ensino Médio – 1º a 3º colegial

- () completo
 () incompleto [fiz até o colegial]
 () ainda estou cursando

3. Ensino Superior – Faculdade

- () ainda pretendo fazer. Qual o curso?
 () estou cursando. Qual o curso?.....
 () tenho curso completo. Qual?
 () Comecei, mas parei. Qual o curso?

B – Formação na área do Rádio:

Desde que você começou a trabalhar com rádio, buscou algum curso, em especial, para fazer?

- () Sim () Não

C – Se sim, que tipo de curso foi esse? Marque um X e indique na frente qual foi a instituição promotora do curso.

1. Área Jurídica

- 1.1 - Cursos ou oficinas voltados à área jurídica
- 1.2 - Outros.

2. Área Técnica

- 2.1 - Elétrica / Eletrônica / Manutenção de equipamentos
- 2.2 - Informática e Novas Tecnologias
- 2.3 - Construção / Montagem de Estúdios / Montagem de Antenas
- 2.4 - Outros.

3. Área de Programação (Artística e Jornalística)

- 3.1 - Locução
- 3.2 - Redação
- 3.3 - Linguagem radiofônica
- 3.4 - Entrevista / Reportagem
- 3.5 - Programação radiofônica
- 3.6 - Produção radiofônica
- 3.7 - Técnicas de Jornalismo
- 3.8 - Sonoplastia / Operador de Áudio / Mixagem / Gravação e Edição
- 3.9 - Outros.

4. Área de Gestão (Pessoal / Comercial / Promoção e Vendas)

- 4.1 - Administração / Gerenciamento Financeiro / Contabilidade
- 4.2 - Marketing e Promoção de eventos
- 4.3 - Atendimento de clientes / Publicidade / Apoio Publicitário
- 4.4 - Outros.

5. Área da Política de Relacionamento (Alianças e Parcerias)

- 5.1 - Montagem e Apresentação de Projetos / Busca de Patrocínio
- 5.2 - Atividades de Relacionamento com instituições financiadoras do 3º Setor
- 5.3 - Outros.

6. Área de Conteúdo

- 6.1 - Educação
- 6.2 – Cultura e Arte
- 6.3 - Saúde
- 6.4 - Meio ambiente
- 6.5 - Direitos / Cidadania
- 6.6 - Criança e Adolescente
- 6.7 - Comunicação
- 6.8 - Outros.

D – Na sua opinião, quais são os 3 assuntos que mais ajudariam você a melhorar o seu trabalho na emissora?

Assunto 1:

Motivo:

.....

.....

Assunto 2:

Motivo:

.....

.....

Assunto 3:

Motivo:

.....

.....

E – Agora, uma curiosidade: o que levou você a trabalhar no rádio?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....